ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

MARIA IZABEL MACHADO
(ORGANIZADORA)

Ano 2020

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

MARIA IZABEL MACHADO
(ORGANIZADORA)

Ano 2020

Editora Chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
Shutterstock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os Autores

Ano 2020

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ano 2020

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ano 2020

Estética e política nas ciências sociais aplicadas 2

Editora Chefe:	Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária:	Janaina Ramos
Diagramação:	Maria Alice Pinheiro
Correção:	Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte:	Luiza Alves Batista
Revisão:	Os Autores
Organizadora:	Maria Izabel Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E79 Estética e política nas ciências sociais aplicadas 2 / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-597-6
DOI 10.22533/at.ed.976201811

1. Ciências Sociais Aplicadas. 2. Estética. 3. Política. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora). II. Título.

CDD 300

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Ano 2020

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

Ano 2020

APRESENTAÇÃO

A obra “Estética e Política nas Ciências Sociais Aplicadas 2” tem como foco principal apresentar discussões, debates e análises que transitam entre representações, modos de vida, urbanidade e análises socioeconômicas.

O volume abordar**á** de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos e/ou revisões que transitam nos vários caminhos da análise de mídias à estudos de viabilidade empresarial.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país, contando ainda com uma colaboração internacional. Em comum aos trabalhos temos a linha condutora de pensar caminhos possíveis no direito, na vida urbana, na viabilidade econômica de empresas e medias cidades.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo diálogo interdisciplinar no campo das ciências sociais aplicadas.

Deste modo a obra “Estética e Política nas Ciências Sociais Aplicadas 2” apresenta um conjunto interessante de capítulos que contaram com diferentes abordagens metodológicas e um amplo panorama teórico conceitual, oportunizando ainda aos leitores um passeio pelas diversas instituições aqui representadas por seus autores e autoras. Convido então, cada um e cada uma a esse passeio pelas páginas e seus conteúdos.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DA ABORDAGEM MÍDIÁTICA DO MASSACRE DA CANDELÁRIA

Data de aceite: 01/10/2020

Gisele Ferreira Kravicz

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar como as discussões de violência envolvendo crianças e adolescentes ganharam visibilidade na mídia brasileira a partir do massacre da Candelária. A metodologia utilizada tem como pressuposto a pesquisa qualitativa, a qual busca compreender e analisar os significados presente no mundo social. Realizamos um levantamento bibliográfico por meio de uma revisão de literatura livros, artigos e materiais disponíveis na internet e que estão diretamente relacionados a temática do massacre da Candelária. Foram catalogados e analisados os materiais online publicados: jornais e revistas que veicularam as notícias sobre a chacina. Utilizamos como recorte temporal para amostragem as principais matérias disponíveis na internet desde 1993 até 2012, tendo como pressuposto metodológico as matérias veiculadas desde o massacre até sua repercussão nos dias atuais.
PALAVRAS - CHAVE: Massacre da Candelária, mídia e violência.

ABSTRACT: This article aims to analyze how discussions of violence involving children and adolescents gained visibility in the Brazilian media from themassacre of Candelária. The methodology used is based on qualitative research, which seeks to understand and analyze the meanings present in the social world. We conducted a bibliographic survey through a literature review of books, articles and materials available on the internet and which are directly related to the theme of the massacre of Candlemas. Published online materials were cataloged and analyzed: newspapers and magazines that carried the news about the slaughter. We used it as a time frame for sampling the main articles available on the internet from 1993 to 2012, with the assumption methodological material published from the massacre to its repercussion today.
KEYWORDS: Candelária massacre, media and violence.

INTRODUÇÃO

O massacre da Candelária foi um dos acontecimentos que ganharam visibilidade na mídia nacional e internacional na década de 90 no país. Este artigo tem como ponto de partida abordar como a mídia retratou a questão da violência contra a criança e o adolescente.

O objetivo, portanto, consiste em analisar como as discussões de violência envolvendo crianças e adolescentes ganharam visibilidade na mídia brasileira a partir do massacre da Candelária. Ainda busca compreender como a questão da violência foi abstraída pela mídia em um dado momento histórico e conjuntural do país.

A partir desta questão podemos apreender a dinâmica entre as correlações de

forças presentes na sociedade e a busca pelo enfrentamento constante diante da violência e da negação dos direitos relacionados a criança e o adolescente.

DESENVOLVIMENTO

A violência contra criança e adolescente é marcada historicamente no Brasil como um fenômeno social. Definir a violência não é determinar apenas um atributo, mas sim uma associação de determinantes que compõe o seu simbolismo. De acordo com o Dicionário de Filosofia, a violência pode ser compreendida como "Ação contrária à ordem ou à disposição da natureza. 2. Ação contrária à ordem moral, jurídica ou política. Nesse sentido, fala-se em 'cometer' ou 'sofrer' V." (ABBAGNANO, 2007, p. 1002).

Ainda a violência pode ser definida como sendo:

> [...] 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror [...] (CHAUÌ, 2012, p.?).

A violência, portanto, pode ser considerada como um fenômeno multifacetado, o qual "[...] não somente atinge a integridade física, mas também as integridades psíquicas, emocionais e simbólicas de indivíduos ou grupos nas diversas esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado." (ABROMOWAY, 2002, p. 27).

Podemos apreender a violência como sendo direta, indireta e simbólica. É direta quando ocorre um dano a integridade física dos sujeitos: homicídios, genocídios, guerras, dentre outras. A violência indireta a qual engloba as ações coercitivas e agressivas que pode ocasionar dano psicológico e emocional aos sujeitos. A violência simbólica compreende as relações interpessoais e pessoais incitadas pelo poder, cerceando a liberdade e a ação dos sujeitos.

A violência contra a criança e o adolescente possui algumas representações sociais[1] que foram construídas ao longo da história e demarcadas por elementos econômicos, sociais, culturais e de classes.

No Brasil os meios midiáticos estiveram a serviço dos interesses hegemônicos das classes que detinham o poder, atreladas as lideranças políticas. Assim, observa-se que ao:

---

1 Partimos do pressuposto utilizado por Moscovici para definir representações sociais como sendo elementos que não são criadas pelos sujeitos isolados, mas são partilhadas por diferentes sujeitos. Assim, "[...] elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem" (MOSCOVICI, 2003, p. 41).

> [...] determinarem quais temas terão destaque nas discussões na esfera da sociedade, tornam-se o fiel da balança com poder, por exemplo, para fazer prevalecer políticas públicas de segurança com perfil repressivo ou preventivo. Portanto, muito mais que fomentador do comportamento violento de um cidadão, a mídia deve ser entendida como instrumento de controle social que contribui (ou não) para que o Estado assuma definitivamente seu papel à frente dessas questões (NJAINE, 2012, p. 73).

Dentre os acontecimentos que antecedem o massacre da Candelária está o surgimento do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) este movimento surgiu em 1985, sendo uma entidade sem fins lucrativos, compostas por educadores, ativistas e voluntárias. O movimento tinha como pressuposto de que a criança e o adolescente são sujeitos em condição de desenvolvimento e, portanto, é necessário realizar uma ação levando a informação e propondo o debate a meninos e meninas que vivem nas ruas, despertando a consciência de seus direitos. O MNMMR foi uma das organizações que articulou, mobilizou e colaborou para a realização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com a Constituição Federal de 1988, o Art. 227 fomentou os princípios que norteariam o ECA e dispõe:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2002, p. 127).

Aliada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, materializa em 13 de julho de 1990 o ECA, considerado um dos grandes avanços na garantia de direitos e deveres para as crianças e adolescentes.

Desta forma, temos como ponto de partida o massacre da Candelária o qual foi um marco na história do país e no rol das violências contra as crianças e adolescentes, mobilizando a opinião pública internacional e a nacional.

Na construção dos acontecimentos que marcaram aquela noite de23 de julho de 1993, ainda não há uma narrativa contundente sobre as reais situações que desencadearam a violência.

Naquela sexta-feira, um grupo de policiais (militares e civis), supostamente integrantes de grupos de extermínio no Rio de Janeiro. Atiraram em 50 crianças e adolescentes que dormiam em frente a Igreja histórica da Candelária no Centro do Rio de Janeiro. Neste massacre 8 crianças e adolescentes morreram e dois ficaram feridos. A violência ganhou repercussão primeiramente Internacional e posteriormente nacional, sendo a capa da Revista Veja no dia 28 de julho de 1993: O massacre dos meninos. Na revista encontramos a matéria intitulada *“A chacina das crianças da Candelária: Sete*

meninos de rua são assassinados no Rio, o país se revolta, mas muitos aplaudem o fuzilamento” a reportagem relata como o massacre ocorreu na noite da sexta-feira.

Cerca de 50 crianças e adolescentes dormiam em frente a Igreja quando dois carros pararam em frente procurando um dos adolescentes, na negativa do adolescente estar entre o grupo que dormia, os policiais atiraram, atingindo 07 crianças. Após o ataque aos meninos na Candelária, a cerca de 500 metros outras duas crianças foram mortas e uma ficou ferida, entre eles o jovem Wagner dos Santos de 22 anos que foi uma das testemunhas que posteriormente reconheceu os policiais envolvidos. De acordo com o Jornal Folha de São Paulo:

> Segundo depoimentos de sobreviventes, pelo menos cinco homens desceram de dois Chevettes e atiraram. Quatro garotos morreram no local e outro no hospital. Mais duas crianças e um jovem foram mortos na praça Mauá. A chacina ocorreu quando cerca de 50 crianças dormiam sob uma marquise, em frente à igreja da Candelária (27 de agosto de 2004- Cotidiano)

Os motivos que envolveram o massacre não foram esclarecidos, havendo hipóteses sobre este acontecimento. Dentre elas de que na noite anterior, policiais tiveram suas viaturas apedrejadas pelas crianças e adolescentes que dormiam no local, conforme a exposição do Jornal:

> Na quinta-feira à tarde, um rapaz conhecido como Neilton, 19 anos, foi preso na Candelária vendendo 3 latas de cola de sapateiro, que entorpece o cotidiano sem horizontes de crianças que vivem nas ruas. Houve confusão, os meninos jogaram pedras contra um carro da Polícia Militar, quebrando o vidro lateral traseiro e ferindo no rosto um soldado (Revista Veja, 28 de julho de 1993, p. 17).

A outra hipótese seria de que os policiais faziam parte de um grupo de extermínio e que estes foram contratados para “higienizar” o centro histórico onde situava a Candelária. Esta hipótese vem ao encontro do relatório anual divulgado pela Anistia Internacional duas semanas antes do massacre, a Anistia denunciava a morte de crianças e adolescentes no Brasil e atribuía os crimes a grupos de extermínio e a policiais. Desta forma, o massacre ganhou repercussões internacionais, antes de atingir a opinião pública no país.

Em 1993, ano do massacre o país transitava por diferentes transformações políticas, econômicas, sociais. O processo de democratização do país a partir de 1985 traz em conjunto uma ampla articulação dos movimentos sociais.

O MNMMR ganhou força na luta pelos direitos da criança e do adolescente. Em 1987 foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte, um grupo de trabalho buscou que a Nova Constituição (1988) garantisse direitos fundamentais as crianças e adolescentes. Assim, vários órgãos governamentais, judiciário, ministério público mobilizaram a sociedade civil e todo o país para a efetivação do ECA.

Os avanços viabilizados pelo ECA também concretizam como um marco legal nas

Políticas Públicas, pois possibilitou o reordenamento institucional com a implantação de Conselhos de Direito, Tutelares e a articulação como o Sistema de Garantias de Direitos, isto é, o poder local deve estar voltado para as vulnerabilidades relacionadas a estes sujeitos.

No cenário mundial ocorreu nos dias 28 e 29 de setembro de 1990 em Nova Iorque a elaboração de um Plano de Ação com o tema da "Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança ", o objetivo deste plano era de assumir compromissos sobre a infância, possibilitando um futuro melhor as crianças, este evento contou com líderes mundiais dentre as metas estabeleceram: combater a desnutrição, o analfabetismo e erradicar as doenças que poderiam comprometer a saúde das crianças.

O Brasil nos inícios dos anos 90 passava pela crise econômica, o então presidente Fernando Collor de Mello implementou em seu governo o Plano Collor, a abertura extensiva do mercado nacional a importações gerando uma grande recessão econômica, posteriormente por meio do impeachment renunciou ao cargo em 1992, sendo sucedido pelo seu vice-presidente Itamar Franco.

A economia internacional também foi marcada pelas crises cíclicas do capitalismo, com o Consenso de Washington a perspectiva neoliberal impõe um conjunto de idéias políticas e econômicas do sistema capitalista, buscando a defesa do livre comércio e mínima intervenção do Estado para que os países possam se desenvolver.

Entretanto, verificamos que mesmo com a lei instaurada, a violência ainda contra a criança e o adolescente fazia parte do cenário do país. De acordo com a Revista Veja em 1992 no Brasil em média 4,2 crianças e adolescentes foram mortas no Brasil, no Rio de Janeiro 424 crianças e adolescentes foram mortas, no primeiro semestre de 1993 foram 320. Calcula-se que em 1993 havia no Brasil 1 milhão de crianças e adolescentes vivendo nas ruas. Estes dados refletem não somente o descaso com a situação da infância e da juventude como também a negação da cidadania e dos direitos humanos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na década de 90 expôs que a violência contra a criança e o adolescente nas metrópoles urbanas foi a proporção de mortes nos casos de homicídios, suicídios e outros acidentes, "[...] na faixa etária de 15 a 19 anos, subiu de 63% para 68%. A região Sudeste tem a maior taxa, onde 73% dos óbitos dessa faixa etária estão relacionados a causas violentas" (IBGE, 2001, p. ?).

Diante deste contexto em que o país se encontrava algumas das hipóteses levantadas sobre o massacre foram que os policiais envolvidos pertenciam a um grupo de extermínio, expõe a Revista Veja: "Atribui-se a maioria desses crimes a grupos de extermínio formada por policiais militares e bancadas por comerciantes, empresários da hotelaria e do turismo que ressentem a delinqüência praticada por muitos menores de rua" (1993, p. 21).

A mídia foi outro ator que se fez presente, a qual pode exercer um papel fundamental no agendamento das políticas públicas a partir da cobertura e exposição de crimes,

violências e qualquer forma de violação de direitos. No caso do massacre da Candelária, para os autores RAMOS e PAIVA:

> O acompanhamento do caso da mídia, inclusive internacional, impulsionou a investigação até a condenação de alguns policiais (embora o processo tenha denúncias de irregularidade) e tornou o caso um marco na história da cidade. (2007, p. 23).

As relações de forças presentes neste contexto parte do pressuposto de que o discurso sobre a criminalidade foi atribuído as crianças e adolescentes que viviam nas ruas, a matéria da Revista Veja veiculada sobre o massacre informa que segundo o "Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e pelo Núcleo de Estudos da Violência de São Paulo indicam que a maioria das crianças mortas não tinha antecedentes criminais nem envolvimento comprovado com drogas." (1993, p. 21).

A partir desta questão podemos observar alguns elementos: ausência efetiva do Estado em garantir as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social por meio de políticas públicas eficientes condições dignas de sobrevivência.

Outra questão, é a necessidade de mudança do paradigma com o ECA, como todo processo exige uma construção, as crianças e adolescentes deixavam de ser compreendido como sujeito em situação irregular para sujeitos de direitos. A estigmatização aliada ao pré-conceito contra as crianças e adolescentes que viviam nas ruas e que sofreram esta violência, embora tenha ocasionado indignação e mobilizado órgãos, entidades e do Estado, ainda para uma parte da sociedade não viram o massacre como uma violência, conforme expõe a Revista Veja:

> A sexta-feira não foi só de espanto e indignação. Trouxe à tona a patologia da violência. A partir das 17h15 o governo do Estado veiculou em rádios e emissoras de televisão um apelo para quem soubesse do algum fato contribuíssem para a elucidação da chacina ligasse para o telefone 220-6442. Na primeira hora ligaram 25 pessoas, duas com denúncias sobre a matança. Mas o dobro delas telefonou para festejar a brutalidade. Diziam coisas do tipo: 'Deveriam ter matado todos', 'Esses pivetes têm que morrer'. 'Ainda foi pouco, deveriam arrancar a cabeça deles'(1993, p. 18).

A mídia embora tenha exercido um papel fundamental fomentando a visibilidade do crime e denunciando o massacre, nem sempre possuiu está postura. É necessário que as situações de violência contra a criança e o adolescente sejam contextualizadas e não apenas citadas, expostas e em muitos casos utilizadas como mercadoria, para satisfazer a curiosidade do leitor. Pois, "[...] entendemos que a imprensa é um local privilegiado para a análise da disputa pela hegemonia social, pois, cada vez mais intervém abertamente na orientação da opinião pública" (FREIRE e CARVALHO, 2008, p. 160).

Para Michaud, a mídia precisa de acontecimentos e os torna sensacional, a medida que a violência incide como uma carga de ruptura "[...] é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou

atrozes sobre as violências comuns, banais e instaladas" (1989, p.49).

As apresentações pertinentes em alguns jornais posteriormente enfocam o massacre, resgatando o simbolismo que este representou, conforme a Agência Brasil:

> Mães de vítimas da violência policial e representantes de instituições de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes participaram no início da tarde de hoje (23) de uma manifestação para lembrar os 18 anos da Chacina da Candelária, ocorrida em 23 de julho de 1993 em frente à igreja homônima no Rio de Janeiro. De braços dados, reunido diante da igreja, no centro do Rio, em torno da cruz com os nomes dos oito jovens mortos na chacina, o grupo de mulheres exibiu fotos de seus filhos desaparecidos, orou e soltou balões grafados com a palavra paz (23 de julho de 2011).

Em outras notícias podemos encontrar ainda as formas de redenção a partir da violência sofrida como no caso do título da matéria apresentada pelo Jornal O Fluminense: "*O pastor, que escapou da morte com 14 anos, era menino de rua desde os seis. Filho de um lar desfeito, Rodrigo procurava na rua o que não tinha em casa. Não morreu, por acaso"* (grifo nosso), ressalta a matéria:

> Após superar o trauma e o histórico de pequenos delitos e abuso de drogas, Rodrigo hoje ajuda jovens a sair das ruas e do mundo do crime, através de um trabalho social na cidade de São Gonçalo (Jornal O Fluminense, 22 de janeiro de 2012).

A criminalização das crianças e adolescentes que foram vítimas da violência é outro elemento que se faz presente nos jornais levantados. Desta forma, a mídia não apenas referência o massacre como estabelece que algumas daquelas crianças e adolescentes passaram de vítimas a agentes de violência, conforme expõe o Jornal do Brasil: "Investigadores da 59° DP (Duque de Caxias) prenderam, na tarde desta segunda-feira (26) Rogério da Silva, de 35 anos, um dos sobreviventes da Chacina da Candelária, sob a acusação de tráfico de drogas" (26 de setembro de 2011). Outro caso que teve repercussão nacional foi o sequestro do ônibus 174, realizado por Sandro Barbosa do Nascimento, sobrevivente do massacre. Os aspectos de violência, criminalidade e agressividade foram realçados pela mídia e ocultam a falta de políticas públicas. Após o massacre, quais foram as oportunidades que estes jovens tiveram?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a história de violência contra crianças e adolescentes, observamos que a mesma se mantém conjugada aos interesses de classes hegemônicas, norteada por valores arraigados de exclusão e negação do outro enquanto sujeito. A mídia é utilizada, muitas vezes, como um órgão de controle social e não é neutra, mas defende os interesses ideológicos de determinadas classes. Para FREIRE e CARVALHO:

> [...] as repetidas falas da mídia sobre a cobertura do fenômeno da violência, em detrimento de outros fatos sociais, não é uma escolha alheatória, ao contrário induz o próprio interesse do leitor pelo assunto, e o estimula a consumir seu conteúdo, que se torna um produto lucrativo (2008, p. 152).

A busca em desvelar estas relações que desenvolvemos no decorrer deste artigo, não centraliza no enfoque de culpabilizar a mídia como instrumento de estigamatização do fenômeno da violência, mas reforça o modelo pelo qual a notícia é exposta, desde a descontextualização das matérias, seja pelo desconhecimento da história de vida dos sujeitos envolvidos como pela carência de informações. Incluir estas informações nas matérias possibilitaria uma nova forma de ver o fenômeno da violência, contribuindo para que estas discussões se tornem pautas no agendamento das políticas públicas e também para a (des)construção do discurso sobre a violência.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia.** Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2007.

AGÊNCIA BRASIL. **Manifestação lembra os 18 anos da Chacina da Candelária.** Disponível em: http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2011/07/23/Brasil/Manifestacao_lembra_os_18_anos_da.shtml. Acesso em 24 de janeiro de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 29 edição. São Paulo, Saraiva, 2002

CHAUÍ, M. **Contra a Violência.** Disponível em: < *www2.tjce.jus.br:8080/.../**contra**-a-violencia-marilena-chaui1.doc > Acesso: 12 de janeiro de 2012.*

FREIRE, S. M.; CARVALHO, A. S. **Midiatização da violência: os labirintos da construção do consenso.** Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3944/3208. Acesso em 12 de novembro de 2011.

IBGE. Brasil termina o século com mudanças sociais. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404sintese.shtm> Acesso em 24 de janeiro de 2012.

JORNAL DO BRASIL. **Sobrevivente da Chacina da Candelária é preso por tráfico. Disponível em: <**http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/massacreemsp/candelaria.shtml- Candelária.> Acesso em 24 de janeiro de 2012.

JORNAL O FLUMINENSE. **O pastor, que escapou da morte com 14 anos, era menino de rua desde os seis. Filho de um lar desfeito, Rodrigo procurava na rua o que não tinha em casa. Não morreu, por acaso**. Disponível em: <http://jornal.ofluminense.com.br/editorias/policia/solidariedade-na-trindade> Acesso em 28 de Janeiro.

MICHAUD, YVES. **A Violência.** *São Paulo: editora Ática, 1989.*

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais:** investigações em psicologia social. Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2003.

NJAINE, K. Violência na Mídia. Disponível em: < www.**unicef**.org/brazil/pt/Cap_04.pdf> *Acesso em: 30 de janeiro de 2012.*

PAIVA, S. R.; RAMOS, S. **Mídia e Violência:** tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro, 2007

PARANÁ. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Legislação Social:** instrumento de garantia de direitos. Curitiba, 2004.

RAMOS, S. (Org.). **Mídia e Violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

REVISTA VEJA. **A chacina das crianças da Candelária:** Sete meninos de rua são assassinados no Rio, o país se revolta, mas muitos aplaudem o fuzilamento". Disponível em: http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx 28 de julho de 1993. Acesso em 30 de janeiro de 2012.

CAPÍTULO 2

O CAMPO RELIGIOSO: A IGREJA CATÓLICA E OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA REPRESENTAÇÃO

Data de aceite: 01/10/2020

Gisele Ferreira Kravicz

RESUMO: O objetivo do presente artigo é compreender os elementos presentes no campo religioso, enfocando a Igreja Católica, a partir das discussões propostas por Bourdieu (bens simbólicos) e Goffman (representações), realizando uma análise sobre a formação do campo religioso e as representações que permeiam este campo. Deste modo o presente artigo tem como pressuposto a pesquisa qualitativa, realizamos um referencial bibliográfico referente as discussões dos autores: Bourdieu e Goffman e alguns artigos que estão diretamente relacionados a temática. Conclui-se, neste artigo, que o campo religioso onde se insere a Igreja Católica ainda mantém uma legitimidade. A representação, enquanto um mecanismo de atuação possibilita manter as relações de poder, naturalizando e reforçando estas relações.

PALAVRAS - CHAVE: Igreja Católica, bens simbólicos e representação.

ABSTRACT: The objective of this article is to understand the elements present in the religious field, focusing on the Catholic Church, from the discussions proposed by Bourdieu (symbolic goods) and Goffman (representations), carrying out an analysis on the formation of the religious field and the representations that permeate this field. In this way, this article is based on qualitative research, we still carry out a bibliographic reference referring to the authors' discussions: Bourdieu and Goffman and some articles that are directly related to the theme. It is concluded, in this article, that the religious field where the Catholic Church is inserted still maintains a legitimacy. Representation, as a mechanism of action, makes it possible to maintain power relations, naturalizing and reinforcing these relations.

KEYWORDS: Catholic Church, symbolic goods and representation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo compreender os elementos presentes no campo religioso, delimitamos como fenômeno de estudo a Igreja Católica, a qual ainda detém o maior número de fieis no país.

A Igreja Católica, no Brasil está interligada com a própria história do país, desde o descobrimento com a vinda dos jesuítas, mantendo uma hegemonia religiosa seja na agregação de fiéis como na imposição de toda uma estrutura organizacional da constituição do país como uma religião predominante. Para Isaia a partir do século XX "[...] a igreja católica ainda mantinha viva a leitura da história brasileira, cuja meta narrativa marcava a ascendência do catolicismo e de um construído português 'branco e civilizado'" (2009, p. 96).

Além disso, no Brasil houve uma proliferação de novas religiões a partir da década de 50, a Igreja Católica não se adaptou as

transformações presentes na sociedade, contribuindo para que parte dos fiéis buscassem novas segmentações religiosas. Nesta relação que perpassa uma violência simbólica, conforme Isaia:

> [...] perpetuada pelo catolicismo pré-conciliar à "guerra santa" movida pelos neopentecostais de hoje, o que se vê é a persistência da afirmação de um projeto identitário totalmente antagônico com nossa formação histórica e com a realidade do Brasil de hoje. Fomos ou somos um país católico? Somos hoje um país evangélico? Somos o maior país espírita do mundo? Afinal qual é o peso da religião na formação do "ethos" cultural brasileiro na atualidade? (2009, p. 98-99).

É o que mostra o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apresentou recentemente dados sobre a diminuição do número de católicos e aumento do número de evangélicos. O Brasil continua sendo a nação com o maior número de católicos do mundo, porém conforme expõe a Revista Veja:

> [...] a Igreja teve uma redução da ordem de 1,7 milhão de fieis, um encolhimento de 12,2%. [...] A tendência de redução dos católicos e de expansão das correntes evangélicas era algo esperado. Mas pela primeira vez o Censo detecta uma queda em números absolutos. Antes do levantamento de 2010, o quadro era apenas de crescimento de católicos em ritmo cada vez menor. Mantida essa tendência, em no máximo 30 anos católicos e evangélicos estarão empatados em tamanho na população. Os números mostram uma redução acentuada de poder da Igreja Católica no país nas últimas décadas: a mudança foi lenta entre 1872 e 1970, com perda de 7,9% de participação no total da população ao longo de quase um século; e tornou-se acelerada nos últimos 20 anos, quando a retração foi de 22% (Revista Veja, 29 de junho de 2012).

É a partir destas discussões que buscamos neste artigo compreender como o campo religioso se torna uma estrutura estruturada e estruturante de uma determinada realidade. Questionamo-nos quais são os determinantes que perpassam o campo religioso da Igreja Católica? Como os elementos presente na representação podem contribuir para apreender as relações de poder da Igreja? Focalizaremos respectivamente, a discussão no valor dos bens simbólicos de Bourdieu (1996) e a representação a partir da análise de Goffman (1985). Não pretendemos analisar neste artigo as intenções subjetivas dos fieis para as pretensões que os motivam a frequentar uma determinada Igreja, porém é fundamental conceber a particularidade de cada sujeito, sua história e todo o processo de socialização e dos atravessamentos culturais que perpassa as relações sociais. Entretanto, é fundamental compreender as relações de poder que perpassam o campo religioso, enquanto um elemento presente na sociedade. Enfatizamos que os aspectos que serão abordados podem ser passiveis como objeto de estudo a qualquer outra religião.

1 I A FORMAÇÃO DOS CAMPOS

A partir da modernidade, temos como pressuposto de que a teoria dos campos possibilitam compreender as estruturas sociais, conforme expõe Esteves:

> [...] constitui uma proposta original de compreensão das estruturas sociais; originalidade em termos de virtualidades analíticas e, também, da sua origem recente na história do pensamento sociológico: nela é marcante a preocupação de encontrar respostas para problemas e necessidades de conhecimento específicas das sociedades contemporâneas (?, p. 112).

Deste modo, a teoria dos campos se insere nas características da modernidade, sendo: a progressiva individualização e a autonomia dos campos sociais. Entretanto, conforme ressalta Esteves a teoria dos campos sociais encontra um tênue limite com aquilo que é temporal, cuja característica não procede da modernidade em uma gama de aspectos e na própria organização da sociedade.

Além disso, a organização da sociedade tem como base uma série de campos sociais, tornando-se possível a partir das intensas transformações culturais que impulsionou a descentralização das imagens do mundo. Conforme, expõe Esteves, este processo permeia a relação da religião como estatuto da religião na sociedade tradicional, desencadeado pelo movimento de secularização e também do movimento em que perpassam diferentes esferas culturais, dotadas de valor e que colaboraram para a resolução dos problemas cotidianos. Portanto "[...] a religião deixa de poder assumir-se como a <<verdade>> sobre o conjunto dos problemas do mundo e da vida" (ESTEVES, ?, p. 114).

Neste sentido, o processo de modernidade impulsiona a separação da Igreja e do Estado, fomentando um processo de racionalização a partir de diferentes formas de conceber o mundo e a realidade. Caberia a igreja, apenas as funções de caridade, comunicação espiritual e das reflexões teológicas. A religião passa por um processo de secularização interna, a medida que o pensamento religioso não pode ser imposto de forma autoritária, mas sim torna-se um produto posto no mercado. As relações da religião com a sociedade também perpassam por transformações, uma vez que: "[...] a religião deixou de garantir por sua exclusiva conta tanto a integração social como a reprodução cultural" (ESTEVES, ?, p. 116). Pois o pensamento religioso não pode mais ser mantido como uma visão única diretamente a sociedade, coagindo o sentido cultural, delimitando o que deve ser pensado e aceito pela sociedade se estabelecendo um limiar do pensamento moderno entre o que é ético-normativo e a linguagem.

Compreendemos a partir desta questão que embora o processo de desenvolvimento social não esteja condicionado restritamente ao mundo religioso, o desenvolvimento social acaba por ser influenciado pelas possibilidades que foram criadas ao nível das representações coletivas que organizam a sociedade. Para Esteves, a consciência coletiva "[...] tem como referencia uma nova cosmovisão, constituída por uma pluralidade de

universos simbólicos profanizados” (?, p. 117).

Portanto, uma das peculiaridades da modernidade é o processo de racionalização social, a qual está estritamente ligada a racionalidade das estruturas simbólicas. Em conjunto com a racionalização cultural, fomentando as objetivações institucionais contribuiu com as implicações ao modelo de organização social, a partir da diferenciação dos universos simbólicos e das diferentes esferas sociais.

Neste contexto que a estabilidade do passado não garante mais sua perpetuação no presente e tampouco num futuro próximo. O mundo encontra-se em constantes transformações, a complexidade das organizações em conjunto com as atribuições que se encontram os sujeitos, impõe que a tradição, de acordo com Esteves:

> [...] já não é uma referência segura e indiscutível das condutas dos indivíduos: ao fatalismo do destino sucede o imperativo de seleccionar e fazer escolhas – cada um é confrontado com a necessidade da ***decisão*** e com a imponderabilidade do ***juízo***, que exigem o domínio de uma competência (?, p. 119).

Neste sentido, que a formação dos campos se torna possível a partir de uma gama de organização e diferenciação da atividade humana. Constituí a partir de uma estrutura e de um determinado nível da atividade presente na sociedade. Este campo é ao mesmo tempo *estruturas estruturadas* e *estruturantes*. Para Esteves: “[...] a estrutura social e o devir social são inseparáveis, a dinâmica dos campos sociais define ao mesmo tempo uma determinada estrutura e os factores de sua variação” (?, p. 134).

Portanto, a principal função dos campos sociais é de ser um espaço social de interação, sendo um produto da realidade cotidiana e desempenhando um papel de ligação entre os homens, fomentando a construção de uma sociedade e a sua absoluta interdependência entre os sujeitos.

O processo de interdependência entre os sujeitos ganham sentido a partir das figurações sociais, a medida que estas figurações sociais são tecidos de interdependência que forma um elo entre a relação dos sujeito com outros sujeitos. As figurações são históricas, isto é, existe em um determinado tempo e espaço, sendo próprio do processo civilizatório do homem. Outra característica é que as mesmas adquirem uma nova significação no desenvolvimento da dinâmica interna presente nas relações. Assim, podemos ter instituições antigas, mas com uma nova forma de estabelecer as relações na sociedade.

É o caso da religião, que embora seja uma instituição histórica é amplamente difundida na sociedade, perpassando não apenas uma unicidade (enquanto entidade), mas uma variedade de segmentações no campo religioso. De acordo com Serafim e Andrade, a Igreja surge:

> [...] como produto da institucionalização e da burocratização da seita profética e apresenta inúmeras caracteristicas de uma burocracia: delimitação explicita das áreas de competência e hierarquização regulamentada das funções, com a racionalização correlata das remunerações, das nomeações, das promoções e das carreiras, codificação das regras que regem a atividade profissional e a vida extraprofissional, racionalização dos instrumentos de trabalho, como o dogma e a liturgia, e da formação profissional (2009, p. 06).

Outra apreensão enfocada por Bourdieu está na análise de que a Igreja é uma empresa, inserida na economia pré-capitalista, a qual é:

> [...] fundada na recusa do econômico, está mergulhada em um universo no qual, com a generalização das trocas monetárias, a procura da maximização do lucro tornou-se o principio da maior parte das práticas cotidianas, de modo que qualquer agente – religioso ou não religioso – tende a avaliar em dinheiro, ainda que implicitamente, o valor de seu trabalho e de seu tempo (1996, 183).

Deste modo, a objetivação de que a Igreja é uma empresa está na própria negação que faz de assumir-se como tal.

Podemos compreender que o interesse dos sujeitos a ser adepto a uma prática religiosa tem como pressuposto reforçar o poder de legitimação sobre as propriedades materiais e simbólicas que representa. Deste modo, a religião não apenas confere uma redenção para os problemas existenciais, mas também pode vir a justificar a posição social que o sujeito ocupa em um determinado contexto social. Pois, as questões como: “[...] salvação, mal, morte, sofrimento, são produzidas e manipuladas através de diferentes métodos, o que só se torna viável a partir de um tipo determinado de condições materiais de existência” (SERAFIM e ANDRADE, 2009, p. 03).

Além disso, a partir dos bens simbólicos podemos compreender de que formas estas trocas simbólicas entre a Igreja e os sujeitos são realizados, a partir do pressuposto de que este universo em que emergem os bens simbólicos situa-se desde o processo de socialização dos sujeitos o qual é instituído desde a infância. Para Bourdieu:

> Quando esquecemos que quem dá e quem recebe estão preparados e inclinados, por todo um trabalho de socialização, a entrar sem intenção nem cálculo de lucro na troca generosa, cuja lógica se impõe a eles objetivamente, podemos concluir que a dádiva gratuita não existe, ou que é impossível [...] (1996, p. 161-162).

Deste modo, podemos verificar estas implicações no discurso ofertado pela Igreja, a recompensa será sempre divina. Conforme expõe Bourdieu para que a troca simbólica funcione é necessário que ambos os sujeitos tenham as mesmas perspectivas de percepção e avaliação semelhantes. A aceitação mediante ao discurso pronunciado pela Igreja, supõe que há uma partilha entre os sujeitos (representante da igreja e os que a frequentam) a partir deste contexto é exercido o poder e sua legitimidade advém da cumplicidade daqueles que se sujeitam a esta dominação.

Outra questão importante que podemos pontuar está na relação estabelecida sobre o discurso da igreja, que perpassa inevitavelmente o posicionamento de uma ordem social por meio dos valores e da linguagem da recusa. O eufemismo, de acordo com Bourdieu é “[...] o que nos permite dizer tudo, dizendo que não o dizemos; o que permite nomear o inominável, isto é, em uma economia de bens simbólicos, o econômico, no sentido usual do termo, o ‘toma lá, dá cá’” (1996, p. 165). Além disso, é por meio do discurso apresentado pelo sacerdote que verificamos as máximas condensadas a partir dos princípios bíblicos em torno de como os sujeitos devem pensar e agir dentro da sociedade, para Bourdieu:

> Não se espera doa agentes sociais que eles conformem perfeitamente, mas sim que eles ajam em conformidade, que mostrem sinais visíveis de que, se pudessem, respeitariam as regras (e assim que entendo a máxima ‘a hipocrisia é uma homenagem que o vício presta à virtude’).

A figura do sacerdote como representante legitimo da igreja e de toda a obra espiritual expõe os atos simbólicos a medida que estes atos são de conhecimento e reconhecimento. O valor dos atos simbólicos está dimensionado na constituição do grupo, isto é, dos sujeitos que frequentam estes espaços. A dominação simbólica, somente pode ser exercida em conformidade com o reconhecimento e dos princípios oriundos daqueles que os exercem. Portanto, a figura do sacerdote e a relação que este estabelece com os seus fieis impõe a “[...] transformação do poder em carisma ou em encanto adequado à suscitar um encantamento afetivo [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 170). É plausível este pressuposto a medida que vemos cotidianamente nos meios midiáticos o “sucesso” que alguns padres adquirem seja no meio musical ou no rebanhamento de uma grande quantidade de pessoas as igrejas. Tudo isto é possível a medida o ato simbólico realiza de acordo com Bourdieu uma espécie de eficácia mágica, realizado por um trabalho anterior invisível, isto é:

> [...] em todo caso, esquecido, recalcado, tenha produzido, naqueles submetidos ao ato de imposição, de injunção, as disposições necessárias para que eles tenham a sensação de ter de obedecer sem sequer se colocar a questão de obediência (1996, p. 170-171).

O aspecto econômico é amplamente abordado por Bourdieu na atribuição da Igreja ser uma empresa religiosa e na sua recusa de se afirmar como tal. A comparativa máxima deste autor está na analogia que realiza dos vários aspectos presente na composição da Igreja. Desde a difícil denominação dos sujeitos que circulam nestes espaços (bispos, padres e a hierarquia interna) até os sujeitos que mantém laços estreitos com a Igreja de servir e colaborar para a sua manutenção. Para estes sujeitos, o trabalho realizado pela Igreja, não é um “ofício” e sim um serviço divino. Compreende-se que o sagrado embriaga todo discurso em defesa da legitimidade do campo. A transfiguração verbal, nesta relação de eufemismo, significa que “[...] para poder fazer o que se faz, acreditando (se) que não se faz, é preciso dizer (se) que se faz outra coisa, diferente da que se faz, é preciso fazê-la

dizendo (se) que não a estamos fazendo, como se não a fizéssemos" (BOURDIEU, 1996, p. 187).

Além da negação de ser uma empresa, Bourdieu também reforça que a Igreja se autodenomina como uma grande família. Esta aproximação as relações familiares, impõe toda uma estrutura que condiciona os sujeitos a aceitarem subjetivamente que fazem parte de um todo, de um grupo, de uma família. O que torna toda esta estrutura uma entidade católica é que existe "[...] um maestro que incorporou profundamente essa espécie de disposição católica, uma linguagem e um modo muito especial de gerir as relações entre as pessoas" (BOURDIEU, 1996, p. 188). Além disso, fica clara na perspectiva de Bourdieu que a intenção da Igreja é mascarar as suas intenções econômicas por meio do tratamento empregado aos membros que a compõem denominando os mesmos de irmãos.

Essa dualidade presente no discurso religioso da negação do aspecto econômico aliado a linguagem eufemística impõe uma dependência dos sujeitos que frequentam, e portanto, que estão submetidos as relações de poder, pois:

> Essa duplicidade estrutural, que leva a estratégias de duplo efeito – permitindo acumular o ganho religioso o ganho econômico – e de linguagem dúplice, poderia ser uma das invariantes do personagem do representante (padre, delegado, homem político) de uma Igreja ou de um partido (BOURDIEU, 1996, p. 190).

1.1 A representação enquanto relação de poder

Para aprofundarmos a análise em torno do campo religioso e de sua representatividade simbólica, trataremos de alguns elementos específicos da representação, enfocando a atuação de personagens que representam determinados papeis sociais, utilizaremos Goffman para referenciar as discussões.

Partimos da compreensão que na Igreja há uma representação de papeis, seja do padre responsável pela Igreja como dos sujeitos que a frequentam, nesta dinâmica, existe a definição de um papel social o qual pode ser definido como:

> [...] a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social, podemos dizer que um papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um destes pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas (GOFFMAN, 1985, p. 24).

A representação, deste modo, supõe sempre que o ator representa, neste caso o sacerdote, ocasione uma série de impressões nos sujeitos, pois parte do pressuposto da "[...] própria crença do indivíduo na impressão de realidade que tenta dar àqueles entre os quais se encontra" (GOFFMAN, 1985, p. 25).

Para Goffman, a representação enfocada pelo ator pode ser denominada de duas formas: cínico e o "sincero". O cínico pode ser apreendido a partir do ato de enganar

seu público, julgando ser o bem destes ou da comunidade em geral. Já o “sincero” são aqueles que acreditam na impressão criada por sua representação. Estas duas formas podem ao mesmo tempo se condensarem, tornando os sujeitos ao mesmo tempo crentes e não crentes no papel que representam. No caso da Igreja, a qual também é formada por sujeitos suscetíveis a qualquer necessidade humana e social, e portanto, independente do cargo que ocupe na hierarquia religiosa, a representação pode, muitas vezes, ocultar sua personalidade. Esta ocultação pode ser condicionada pelos padrões sociais como também pelo próprio campo que ocupa. Pois:

> As profissões que o público considera com temor religioso frequentemente permitem que seus recrutas sigam o ciclo nesta direção. Muitas vezes os recrutas o seguirão nessa direção não por causa de uma compreensão lenta de estarem iludindo seu público – porquanto pelos padrões sociais comuns suas pretensões bem podem ser válidas – mas porque podem se servir deste cinismo como meio de isolarem sua personalidade íntima do contato com o público. E podemos espera mesmo encontrar típicas carreiras de fé, começando o individuo com um tipo de envolvimento pela representação que deve fazer, oscilando em seguida para trás e para diante várias vezes entre sinceridade e cinismo, antes de completar todas as fases e pontos de inflexão na crença a seu respeito, para uma pessoa de sua condição (GOFFMAN, 1985, p. 28).

Outros apontamentos abordados por Goffman na representação refere-se a fachada, a qual pode ser definida como “[...] o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 1985, p. 29). Ainda fazem parte deste contexto o cenário, a Igreja, enquanto um elemento que oferece proteção aos atores e que impõe momentaneamente uma relação sagrada. Deste modo, estes dois elementos interagem no processo de representação. A fachada em conjunto com o cenário, no campo religioso, supõe apreender o processo de ritualização como expressões de suas características. A figura masculina, o vestuário sacerdotal, os ritos, as atitudes, a gesticulação corporal e a linguagem, dentre outros elementos. O cenário, por sua vez impõe sempre um ambiente sagrado, utilizando-se dos elementos sacros como a cruz, imagens de santos, o altar e a disposição do espaço destinado aos fiéis, a plateia. Todo este contexto colabora para a representação. Entretanto na fachada pessoal existem dois estímulos diferentes: a “aparência” e “maneira”. A “aparência” determina o status social do ator, enquanto a “maneira” sinaliza o momento para nos informar sobre o papel da interação que o ator espera desempenhar mediante uma dada situação. Estes dois estímulos supõe que de “[...] as diferenças de situações sociais entre os participantes sejam expressas de algum modo por diferenças congruentes nas indicações dadas de um papel de interação esperado” (GOFFMAN, 1985, p. 31). Entretanto, a “aparência” e a “maneira” também podem possuir contradições, a medida que o ator pode assemelhar com a plateia ou o inverso sobrepondo a ela.

A intenção principal de enfocar estes elementos é observar que as práticas

empregadas pelos atores, podem tornar a fachada social institucionalizada, legitimando formas estereotipadas e efetivando-se como uma representação coletiva. A Igreja, a partir do papel estabelecido, supõe que uma determinada fachada já foi construída para que este papel se efetive. Para Goffman, a representação "[...] é 'socializada', moldada e modificada para se ajustar à compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada" (1985, p. 40).

Além disso, a representação também perpassa um modelo idealizado, a Igreja historicamente instituiu modelos de idealização que não apenas se relaciona com a sua atuação dentro do campo religioso, mas também circula entre nas diversas esferas da sociedade, seja pela pregação de uma moral cristã como também na idealização de como os sujeitos devem pensar e agir dentro da sociedade. Portanto:

> [...] quando o individuo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do individuo como um todo (GOFFMAN, 1985, p. 41).

A partir da constituição de uma dada idealização fornecida pela representação, que a mobilidade social pode nos fornecer outro aspecto para a compreensão, pois ao mesmo tempo em que estratifica os sujeitos perante a sociedade, tornam-se familiarizados determinadas representações colaborando para a condição de um *status*.

O ator que representa determinado papel faz perante algumas expressões a partir de um padrão idealizado. Caso não se enquadre ao que foi idealizado, o mesmo terá que ser ocultado, conforme expõe Goffman:

> [...] um indivíduo tem de dar expressão a padrões ideais na representação, então terá de abandonar ou esconder ações que não sejam compatíveis com eles. Quando tal conduta imprópria é em certo sentido satisfatória com muitas vezes acontece, verifica-se então comumente que o indivíduo se entrega a ela secretamente; desse modo o ator pode abster-se do bolo e comê-lo também (1985, p. 46).

A partir deste pressuposto enfocado por Goffman, podemos analisar alguns aspectos levantados por Bourdieu ao referir-se ao a negação dos bens materiais. Um dos votos feitos pelos sacerdotes está a pobreza. Porém, na atualidade os sacerdotes recebem um determinado salário para o pagamento de suas despesas pessoais. Este recurso econômico é oriundo do arrecadamento feito pela diocese local e também pela paróquia, a qual também realiza outros investimentos: manutenção da moradia e o fornecimento de um automóvel para o deslocamento do sacerdote. Deste modo, observamos que a representação idealizada de um voto de pobreza perpassa o imaginário social. Enquanto por outro lado possibilita que os representantes da Igreja tenham um grau de estabilidade econômica e social com a prerrogativa de ser uma forma de garantir a manutenção e a continuidade da obra religiosa.

Outro aspecto que podemos ressaltar e que permeia o pensamento religioso, refere-se a idealização do papel que deve assumir, neste caso da Igreja são as vocações, espécie de um desejo intrínseco nos sujeitos que aspiram seguir uma carreira religiosa. As vocações são frequentemente associadas a um dom, atribuído a divindade que arrebanha para si os eleitos. Para Goffman:

> [...] encontramos com frequência atores que alimentam a impressão de ter motivos ideais para assumir o papel que estão representando, que possuem as qualificações ideais para o papel, e que não precisam sofrer quaisquer indignidades, insultos e humilhações, ou fazer 'acordos' tácitos para consegui-lo (1985, p. 50).

Assim, a idealização de que a vocação é inata nos membros da Igreja, impõe exclusivamente uma relação sagrada de que: "nasceram para servir". Além disso, existe um aparato que possibilita preservar este pensamento sempre latente: o papel do coroinha, os seminários, as congregações, a Igreja Católica e o público: os fieis.

O público tem um papel fundamental na dinâmica da representação. Desde em garantir o reforço do papel apresentado pelo ator, como também em manter uma crença subjetiva de que o ator é aquilo que representa. Quando observamos a atuação de um sacerdote, verificamos que "[...] o indivíduo garante que aqueles diante dos quais desempenha um de seus papéis não serão as mesmas pessoas para as quais representará um outro papel num ambiente diferente" (GOFFMAN, 1985, p. 52). É importante enfatizar que qualquer membro da Igreja, é uma pessoa humana, sujeita a qualquer necessidade e anseios humanos. Entretanto, para os fiéis o ideal de assemelhar um sacerdote a um sujeito quase divino e indiferente as necessidades humanas pressupõe colocar estes sujeitos num patamar em que "[...] seu valor profissional visível, como se ele fosse tão-somente o que seu uniforme exige que seja" (GOFFMAN, 1985, p. 52).

Esta idealização quase sagrada e que permeia o imaginário dos fiéis não são isentas de mudanças, pois podem sofrer transformações gradativas a medida que podem não corresponder mais as percepções, pois "[...] devemos estar capacitados para compreender que a impressão de realidade criada por uma representação é uma coisa delicada, frágil, que pode ser quebrada por minúsculos contratempos" (GOFFMAN, 1985, 58).

Outro aspecto da relação entre o ator e seu público, isto é, do sacerdote com seus fiéis, está na crença da unicidade seja no tratamento com o público como na abordagem a cada evento realizado. Entretanto, ocultam-se, seja para o ator como para o público de que a natureza da representação é rotineira. Pelo ato da repetição do ritual, possibilita o reforço do que é apresentado, e portanto, incutido e naturalizado ao público como verdade.

Portanto, compreendemos que o ato da representação possuem diferentes formas de se fazer ver e crer perante a sociedade são:

> [...] um modelo de conduta apropriada, coerente, adequada e bem articulada. Representado com facilidade ou falta de jeito, com consciência ou não, com malícia ou boa-fé, nem por isso deixa de ser algo que deva ser encenado e retratado e que precise ser realizado (GOFFMAN, 1985, p. 74).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões suscitadas neste artigo foram orientadas por dois questionamentos: quais são os determinantes que perpassam o campo religioso da Igreja Católica? Como os elementos presente na representação podem contribuir para apreender as relações de poder da Igreja?

Utilizamos a partir do pensamento de Bourdieu e Goffman para compreender alguns aspectos pertinentes a atuação da Igreja Católica. A igreja embora tenha perdido deste a modernidade sua soberania nas decisões do Estado e da sociedade ainda mantém um certo espaço de atuação e legitimação do seu campo, seja como um bem simbólico como também um ato de representações. A diminuição do número de adeptos ao catolicismo no Brasil, não pode ser inferida a questões unilaterais, mas sim pelas transformações sociais, econômicas, culturais e das tecnologias. A Igreja ainda permanece alheia aos processos de atravessamentos existentes na sociedade, embora tenha molecularmente investido contra para aproximar os fieis.

Deste modo, o presente artigo buscou lançar um olhar delimitando a instituição Igreja e aproximando-o do ato da representação, a qual possibilita compreender a dinâmica que ocorre as relações sociais e também as relações de poder que podem se fazer presentes neste ato.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. **O IBGE e a religião – Cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,4%; evangélicos já são 22,2%.** Revista Veja. Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-ibge-e-a-religiao-%E2%80%93-cristaos-sao-868-do-brasil-catolicos-caem-para-646-evangelicos-ja-sao-222/. Acesso em 29 de junho de 2012.

BOURDIEU, P. **A economia dos bens simbólicos.** In: Razões Práticas, Campinas: Papirus, 1996.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1985.

ISAIA, A. C. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. In: **Revista Brasileira de História das Religiões** – Ano I, n. 3, Jan. 2009

SERAFIM, V. F; ANDRADE, S. R. O conceito de campo religioso e o estudo das religiões africanas no Brasil. In: Anais do II Encontro Nacional do GT História das religiões e das religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá: Paraná, 2009. Disponível em:< http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em 12 de junho de 2012.

CAPÍTULO 3

O CAMPO PEDAGÓGICO E OS SUJEITOS DO ENSINO JURÍDICO: NOVOS PERCURSOS PEDAGÓGICOS PARA O CURSO DE DIREITO

Data de aceite: 01/10/2020

Ana Cristina Tomasini
FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara / RS. Bolsista Integral CAPES
PPGDR-FACCAT
http://lattes.cnpq.br/0541852451737910

RESUMO: O campo pedagógico e os sujeitos dos cursos de Direito se transformaram com o passar dos tempos e continuam se transformando. Traçar novos percursos pedagógicos para esse curso exige, obrigatoriamente, uma reflexão sobre a metodologia pedagógica e a ação dos sujeitos que compõem o ensino como um todo. Hodiernamente, o curso de Direito deve privilegiar em seu currículo o que é essencial na formação de seus alunos. É por meio dos processos interativos desenvolvidos pelos sujeitos do campo pedagógico jurídico que o conhecimento ocorre. Para este trabalho será adotada a pesquisa exploratória e a pesquisa documental qualitativa. Serão utilizadas bibliografias diversas de autores clássicos e também dos que tratam especificamente dos assuntos estudados, com o propósito de dar ao texto a ser produzido um cunho eminentemente técnico e científico. Como resultados, foi possível verificar que em um contexto de permanentes transformações, a busca por excelência, qualidade e inovação deve ser prioridade para as universidades em geral. Adotar estratégias instigantes e qualificadas no ensino jurídico permitirá a formação de juristas mais comprometidos com a sua prática.

PALAVRAS - CHAVE: Campo pedagógico. Sujeitos do ensino jurídico. Curso de Direito.

THE PEDAGOGICAL FIELD AND THE SUBJECTS OF LEGAL EDUCATION: NEW PEDAGOGICAL PATHS FOR THE LAW COURSE

ABSTRACT: The pedagogical field and the subjects of Law courses have changed over time and continue to transform. Tracing new pedagogical paths for this course requires, necessarily, a reflection on the pedagogical methodology and the action of the subjects that make up the teaching as a whole.Nowadays, the Law course should focus on its curriculum what is essential in the training of its students.It is through the interactive processes developed by the individuals of the legal pedagogical field that knowledge occurs.For this academic work, exploratory research and qualitative documentary research will be adopted.Varied bibliographies by classic authors and by authors that approach specifically with the subjects studied will be used, with the purpose of giving the text to be produced an eminently technical and scientific stamp.As a result, it was possible to verify that in a context of permanent changes, the search for excellence, quality and innovation must be a priority for universities in general.Adopting instigating and qualified strategies in legal education will allow the formation of jurists more committed to their practice.

KEYWORDS: Pedagogical field.Subjects of legal education.Law course.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Educação Superior é uma importante modalidade de ensino. Cada vez mais, o legislador, através das políticas educacionais, tem se preocupado em orientar, fiscalizar e avaliar o trabalho didático-pedagógico das universidades. Este texto levará em conta reflexões sobre o campo pedagógico e a ação dos sujeitos do ensino jurídico.

A temática é instigante e complexa. A superação de um modelo tradicional de ensino já vem, lentamente, ocorrendo em algumas instituições de ensino superior. O curso de Direito está gradualmente se transformando. A presente pesquisa apresentará alguns diálogos sobre possíveis mudanças que podem movimentar novos percursos pedagógicos nos espaços acadêmicos.

O curso de Direito precisa de alunos inquietos e questionadores quanto ao atual desenvolvimento da proposta curricular nas salas de aula. A aplicabilidade prática de uma pedagogia jurídica mais inovadora e em conexão com as bases legais possibilitará avanços no meio acadêmico, instigará a saída de um imobilismo do ensino jurídico.

A ideia central deste texto será demonstrar que é possível às instituições de ensino superior se comprometer com uma pedagogia mais eficiente e inovadora, e, consequentemente, buscar uma formação mais sólida ao egresso do curso de Direito.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Para este trabalho, será adotada a pesquisa exploratória e a documental qualitativa. Serão utilizadas bibliografias diversas de autores clássicos e também dos que tratam especificamente dos assuntos estudados, com o propósito de dar ao texto a ser produzido um cunho eminentemente técnico e científico, sem, contudo, abdicar de opiniões pessoais se, assim entendido, pertinentes. Uma embasada crítica a prática pedagógica adotada atualmente no ensino jurídico brasileiro também será objeto de estudo desta pesquisa. O procedimento instrumental a ser utilizado será, essencialmente, a pesquisa bibliográfica.

O CAMPO PEDAGÓGICO E OS SUJEITOS DO ENSINO JURÍDICO: NOVOS PERCURSOS PEDAGÓGICOS PARA O CURSO DE DIREITO

O compromisso assumido pela universidade para com a sociedade é grande. Cabe a instituição assegurar a formação de profissionais dotados de valores, de competências, que sejam investigativos e inovadores. Quando os discentes deixarem de alcançar os objetivos essenciais do seu curso ou quando o processo de ensino e aprendizagem apresentar lacunas, deve-se refletir a prática pedagógica num todo. Seguramente, o melhor caminho para isso é repensar o campo pedagógico da instituição.

A efervescente discussão sobre o campo pedagógico e os sujeitos do ensino jurídico busca refletir sobre as diversas ações docentes verificadas nos espaços acadêmicos,

muitas eivadas de práticas do senso comum, outras apresentando um trabalho mais crítico de reflexão filosófica e científica. A formação pedagógica dos profissionais do curso de Direito precisa estar em consonância com o “campo pedagógico do ensino jurídico” e não apenas com o “campo do Direito”.[1]

O campo pedagógico do ensino jurídico não pode ter sua prática baseada em significações alienadas, ou seja, não pode ser um processo mecânico, automático ou do acaso. Toda ação prática deve estar pautada em algum nível de reflexão. São os sujeitos da educação - professor e aluno - que agem direita ou indiretamente, através de instrumentos, sobre a realidade pedagógica. Deve haver na ação consciente dos sujeitos “um nível de elaboração, um sentido, um fim, uma justificativa, uma marca humana, uma intencionalidade”[2].

Observa-se, com certa frequência, que a ação pedagógica jurídica vem sendo realizada sem uma permanente meditação crítica. Genericamente falando, o dia a dia do professor universitário pode ter por base “não uma filosofia criticamente construída, mas sim um senso comum adquirido por acúmulo espontâneo de experiências ou por introjeção acrítica de conceitos, valores e entendimentos vigentes e dominantes no seu meio”[3].

Dessa forma, ensina Luckesi[4], o senso comum pode imperar na prática pedagógica. Por senso comum podemos compreender os conceitos, significados e valores que adquirimos espontaneamente, pela convivência no ambiente em que vivemos. Mais do que uma interpretação da realidade, “o senso comum é uma forma mítica, acrítica de ver a realidade”. O autor compara o senso comum com um rolo compressor, que nos envolve e retira a possibilidade do questionamento, inclusive nas questões pedagógicas e educacionais.

O senso comum pedagógico manifesta um entendimento “idealista” do que seja o conhecimento. É como se o conhecimento não tivesse história e não contivesse acertos e erros, é como se fosse uma verdade estagnada. A prática pedagógica deve ser um processo de assimilação ativa do conhecimento combatendo as ditas verdades do senso comum. Nesse sentido, esclarece Luckesi[5]:

> O conhecimento tem história, está eivado de desvios por interesse de uns ou de outros. Nasceu e continua nascendo num determinado momento do tempo e terá uma duração. Temos não só que nos apropriar do que já existe como entendimento, mas também assumir o papel de criadores do conhecimento. Só poderemos chegar a um entendimento relativamente adequado do que venha ser o conhecimento e o seu processo se abandonarmos essa posição

---

1 LEITE, Maria Cecília Lorea. **Pedagogia jurídica**: uma inovação necessária. 2004. Disponível em**:** <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Mesa_Redonda/Mesa_Redonda/01_00_25_PEDAGOGIA_JURIDICA_UMA_INOVACAO_NECESSARIA.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

2 VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012. p. 11.

3 LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 93.

4 Ibidem, p. 95.

5 LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 102.

idealista e ingênua.

No campo pedagógico, significativa parte do corpo docente demonstra estar acostumado e adaptado às explicações e compreensões didáticas que foram sendo passadas de uma geração a outra. Parece ser tão natural agir assim, lecionando por anos da mesma forma, que não se importa em questionar o que ensinam, a forma como ensinam e de que jeito deveria ser avaliado esse conhecimento. A prática pedagógica jurídica não pode ser uma retenção padronizada e acabada de textos e exercícios, tampouco ser um quantificador da capacidade de memorização do aluno. Sobre a memorização, Moretto[6] contribui:

> A memorização certamente tem seu lugar no processo de aprendizagem, desde que acompanhada da compreensão do significado do objeto de conhecimento. O que a instituição dita tradicional explorou com mais ênfase foi à memorização em busca de acúmulo de informações, em grande parte sem significado para os alunos.

Na aula jurídica, não é difícil encontrar características como passividade, aceitação e acomodação por parte do corpo discente. O professor, especialista da sua disciplina, é o responsável por transmitir o seu conhecimento ao aluno que deve absorvê-lo automaticamente. Essa aula consiste, na maioria das vezes, na aula expositiva. Ribeiro Júnior[7] contribui:

> Ontem, como hoje, o ensino do Direito nada mais faz do que acumular informações. É um simplificador da realidade. É caracterizado pela transmissão da cultura jurídica positiva, cujo tradicional processo didático-pedagógico é muito simples – dir-se-ia até inexistente – e que consiste na arte da exposição: nada mais do que uma forma de oratória, na qual a metodologia de ensino predominante é a aula expositiva e o código comentado.

A nova orientação é outra, não se deve transformar a aprendizagem numa mera acumulação de dados. Isso não significa que não se deve exigir dos alunos que memorizem alguns conhecimentos básicos, mas que esta memorização tenha significado. O docente deve ter como foco a preparação competente do seu aluno, objetivando que ele seja capaz de estabelecer relações significativas dentro desse universo simbólico de informações que vem recebendo diariamente.

Possivelmente, pela predominância do senso comum e pela transformação da aprendizagem em mera acumulação de dados, a aula expositiva é utilizada demasiadamente por muitos professores como recurso didático exclusivo na prática pedagógica. Segundo Oliveira[8], a escolha pela aula expositiva pode ser explicada como "um reflexo da formação

---

6 MORETTO, Vasco Pedro. **Prova**: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 101.

7 RIBEIRO JÚNIOR, João. **A formação pedagógica do professor de direito**: conteúdos e alternativas metodológicas para a qualidade do ensino no direito. Campinas, SP: Papirus, 2003. p. 22-23.

8 OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Ensino jurídico: história que explica a prática docente. *In*: MIGUEL, Paula Castello; OLIVEIRA, Juliana Ferrari de (Org.). **Ensino jurídico**: experiências inovadoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 5.

que tiveram". Tão importante quanto reorganizar a proposta curricular de uma universidade é o professor modificar seu método de ensino. Bastos[9] apresenta ideias que contribuem para o entendimento do processo de transformação do cenário pedagógico de uma instituição de ensino:

> Modificar o método de ensino é, com certeza, mais difícil do que modificar currículos, porque envolve, em primeiro lugar, uma alternação de mentalidades, um convencimento do professor de que ele deve buscar novos caminhos para a transmissão do conhecimento jurídico, o que implica a absorção e domínio de novas formas de aprender e, em segundo lugar, porque a mudança no método de ensinar exige transformações no cenário pedagógico da escola, nos modelos de sala de aula, de biblioteca e no uso do material didático e de novas tecnologias, o que é muito difícil nas estruturas físicas de funcionamento acabado. O aspecto central do ensino do Direito não se restringe ao 'que' ensinar, de certa forma acomodável nos currículos e programas, mas estende-se ao 'como' ensinar, expressão verbal que traduz uma verdadeira revolução na obtenção dos objetivos.

A trajetória histórica dos cursos de Direito e o modelo de formação de professores para o ensino superior são os responsáveis por algumas características marcantes do professor do magistério jurídico. Oliveira[10] descreve o professor do ensino jurídico:

> Não se pode negar que o professor se alimenta dos modelos que teve enquanto se encontrava na posição de aluno. O professor é fruto daquilo que vivenciou e passa a ser um repetidor das ações que julgou adequadas ou nega as que considerou inadequadas. A adoção de novas posturas didáticas não ocorre de forma natural.

Alguns profissionais do ensino seguem certos princípios sem questioná-los e muito menos sem se perguntar se seriam esses os que gostariam de perseguir como meta e finalidade de suas ações. Normalmente, são esses mesmos os sujeitos que não compreendem o significado e a importância de uma reestruturação curricular no ensino jurídico. Aguiar[11] apresenta algumas razões que justificam a necessária mudança na postura do docente:

> O estranhamento dos conceitos vigentes e as demandas emergentes do mundo explicam-se pelo fato de o direito estar referido a um mundo que já passou o que urde práticas, padrões e compreensões que não dão conta deste mundo veloz, que a cada momento apresenta um novo problema, que atinge o cotidiano das pessoas, em uma abrangência nunca vista antes. Frente a estes novos chamamentos, as velhas fórmulas, as ideologias antes úteis, as jurisprudências consagradas e os brocardos caquéticos que acompanham o direito há tantos anos são inúteis, o que gera a crescente deslegitimação das intervenções jurídico-institucionais.

---

9 BASTOS, Aurélio Wander. **Ensino jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p. 356.

10 OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Ensino jurídico: história que explica a prática docente. *In*: MIGUEL, Paula Castello; OLIVEIRA, Juliana Ferrari de (Org.). **Ensino jurídico**: experiências inovadoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 5.

11 AGUIAR, Roberto A. R. de. **Habilidades**: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 14.

Os espaços legalmente responsáveis pela formação de professores para o ensino superior deveriam desempenhar um trabalho relevante no campo da didática e da pedagogia. O art. 66 da LDBEN[12] prevê que os professores do magistério superior do Brasil deverão ter a sua formação na pós-graduação “prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”. Todavia, os programas de mestrado e doutorado – pós-graduação *stricto-sensu* – pelo enfoque maior destes cursos nos projetos de pesquisa, ainda não têm contribuído plenamente para essa formação que deveria estar mais direcionada à pedagogia jurídica.

Ainda que na legislação esteja previsto que o professor busque a pós-graduação como requisito antes de lecionar no ensino superior, a norma não orienta como deve ocorrer esta formação e, “justamente a ausência de diretrizes relativas à formação dos professores que permite que esses programas sejam desenvolvidos sem quaisquer atividades destinadas à formação de docentes”[13]. Nessa direção, Ventura[14] afirma que “são raros os docentes que buscam titulação na área da educação, assim como são raros os programas de pós-graduação em Direito que propõem uma ação pedagógica inovadora”, o que deixa claro que a formação para a docência jurídica está distante de uma formação didática adequada para o trabalho de sala de aula.

Diante ao exposto, Aguiar[15] faz a seguinte constatação relacionada ao curso de Direito: “ou ele permanece como está e empurra os operadores jurídicos para limbo da insignificância histórica, ou se refaz dando-lhes novo sentido”. Para o autor, um trabalho crítico de reflexão filosófica e científica é o que deveria ser desenvolvido diariamente nas salas de aula. Somente dessa forma, e muito lentamente, os espaços acadêmicos poderiam verdadeiramente se transformar.

De acordo com Vasconcellos[16] o planejamento é um excelente caminho para que o espaço universitário consiga cumprir seu papel social de humanização e emancipação. Para que o discente possa desabrochar, crescer como profissional e cidadão, e o professor possa apresentar um trabalho menos alienado e alienante, faz-se necessário que o docente repense sua prática e reflita sobre jeitos de se buscar novas alternativas pedagógicas.

O campo pedagógico do ensino jurídico não pode ser uma opção formal que aliena o caráter existencial e político da experiência, da aprendizagem. O trabalho de ensino-aprendizagem, tomado como mera forma de sobrevivência pelo professor ou como mercadoria pelo aluno, “perde sua dimensão humana e reduz-se a uma relação fetichizada

---

12 BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

13 OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Ensino jurídico: história que explica a prática docente. *In*: MIGUEL, Paula Castello; OLIVEIRA, Juliana Ferrari de (Org.). **Ensino jurídico**: experiências inovadoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 5.

14 VENTURA, Deisy. **Ensinar direito**. Barueri, SP: Manole, 2004. p. 15.

15 AGUIAR, Roberto A. R. de. **A crise da advocacia no Brasil**: diagnósticos e perspectivas. São Paulo: Alfa-Omega, 1999. p. 83-84.

16 VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012. p. 14.

de trocas institucionais"[17]. Trata-se da ideia da superação do simples fazer pelo fazer bem, da substituição da mera transmissão de saberes.

A realidade educacional que nos cerca, em função das suas gritantes contradições, aponta para uma urgente mudança no campo pedagógico do ensino jurídico. Paralelamente, existe um desejo nos sujeitos do campo educacional, de contribuir para esta transformação, e lentamente estas modificações começam a aparecer. Os sujeitos do ensino jurídico são os maiores convocados para esse novo jeito de olhar e pensar o curso de Direito nas universidades. Trilhar novos percursos pedagógicos no curso de Direito é o próximo passo.

Pensar sobre os novos percursos pedagógicos para o ensino jurídico pode ser o início da caminhada para uma pedagogia jurídica mais inovadora e transformadora. Felizmente, já se reconhece a necessidade de se transformar o campo pedagógico do ensino superior, e muitas instituições de ensino já trabalham em prol desta adequação. Os currículos, os planejamentos e as práticas pedagógicas já são temas de discussão nas formações docentes espalhadas pelo país. De acordo com Severino[18], muitos desafios são postos durante esses diálogos:

> As resistências ficam por conta da acomodação de alguns ou da ausência de projetos culturais e educacionais de outros [...]. É preciso lutar contra essas situações e consolidar sempre mais esta postura [...]. Não se trata de se transformar as instituições de ensino superior [...]. Trata-se de ensinar pela mediação necessária [...], componentes curriculares com configuração teórica e com desenvolvimento prático.

Um curso jurídico precisa centrar sua atenção e investimentos em seu corpo docente, sem a qualificação docente, o curso tende a ser medíocre, o que pode significar o comprometimento da implantação das políticas educacionais. Ainda que os estudantes estejam no centro do processo de ensino-aprendizagem, Aguiar[19] afirma que "a alma dos cursos jurídicos é expressa por seus professores". Para o autor, ainda que as instalações, a materialidade e as formalidades sejam prioridades, são os docentes que desenvolvem o contato diário com os estudantes e possibilitam verdadeiramente a formação e a instrução necessárias.

A forma como o ensino jurídico vem sendo desenvolvido, pertence a uma estrutura de conhecimento hierárquico, um discurso vertical, uma pedagogia jurídica oficial. Essa estrutura contraria a proposta de uma pedagogia jurídica eficiente, pois implica em fortes limitações às atividades de seleção de conteúdos e de recontextualização no ensino jurídico, a aula é considerada como dada, sem questionamentos, sem a base social do

---

17 VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012. p. 25.

18 SEVERINO, Antonio Joaquim. Docência universitária: a pesquisa como princípio pedagógico. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 120-128, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://www.fcarp.edu.br/graduacoes/administracao/sobre-o-curso/nupea/download/1155_85c2249 e37e0749238d09ada3377962d>. Acesso em: 20 abr. 2018. p. 126.

19 AGUIAR, Roberto A. R. de. **Habilidades**: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 254.

conhecimento.[20]

De acordo com Aguiar[21] "é preciso recolocar os estudantes de Direito nas ruas, nos campos, nas cidades a fim de que reconquiste a concretude perdida nas práticas jurídicas", para isso a pesquisa jurídica exerce o papel fundamental que é de abrir as mentes dos alunos para deixar que o contexto direcione as condutas teóricas e práticas. O grande perigo é de os cursos de Direito se restringirem às pesquisas bibliográficas, apenas. Que também é muito importante, mas não expõe o pesquisador à prática necessária.

Da mesma forma, não pode haver curso jurídico sem que existam atividades de extensão. Tudo o que for novo, o que não for desenvolvido pelo currículo regular, as experiências sociais exitosas, as atualidades políticas, os problemas e demandas sociais, deverão ser contemplados pela extensão. De acordo com Aguiar[22], "a extensão integra a formação dos alunos com a inserção das universidades nas localidades às quais pertencem, além de possibilitar o diálogo com outros saberes". O que necessita mudar é a escassez da criatividade nessa área, restringindo a atividades de extensão, em grande parte, apenas as semanas jurídicas e seminários em torno de nomes respeitáveis.

Um dos novos percursos para o curso de Direito, além de um poderoso instrumento pedagógico e de produção de conhecimento, seria a universidade disponibilizar uma biblioteca viva e real de ensino, não apenas formal. Para isso, deve ser superado o entendimento de ela ser um espaço com amontoado de livros catalogados – na sua maioria, manuais - para dar a impressão de que todas as áreas jurídicas estão atendidas e disponíveis aos alunos.[23]

Mas sim, uma biblioteca conectada com as devidas conexões da informática apresentando acervo de expressivo número de revistas – que é um instrumento de produção e reprodução de conhecimento – e o mais importante, trazer em seu espaço as preciosas monografias de final de curso. É justamente o trabalho de conclusão de curso que possibilita ao estudante a se expressar de forma escrita e, de acordo com a sua temática, concentrar considerável número de bibliografias sobre o mesmo assunto e linha de pesquisa com a devida e necessária orientação docente, num mesmo material.

Aos acadêmicos do curso de Direito, ter livre acesso às monografias dos egressos da graduação, certamente seria uma riquíssima fonte de leitura e de conhecimento. Aos professores, esse material seria um canal de estudos ofertado aos alunos, assim como um material que despertaria interesse por ser fruto de pesquisa e trabalho de colegas. Aos próprios autores da monografia, seria um reconhecimento pela dedicação e estudo. E para a universidade, esses trabalhos poderiam servir para publicação e divulgação das pesquisas realizadas pelo corpo discente na instituição de ensino.

20 LEITE, Maria Cecília Lorea. **Pedagogia jurídica**: uma inovação necessária. 2004. Disponível em**:** <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Mesa_Redonda/Mesa_Redonda/01_00_25_PEDAGOGIA_JURIDICA_UMA_INOVACAO_NECESSARIA.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

21 AGUIAR, op. cit., p. 256.

22 Ibidem, p. 258.

23 AGUIAR, Roberto A. R. de. **Habilidades**: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 260.

Quando nenhuma dessas estratégias é somada ao curso de Direito, acabamos por ter um ensino jurídico que não constrói novos saberes, que não produz cultura, que apenas reproduz um Direito que há muito nos foi dado, enfim, um ensino distante da realidade e que não participa da vida social. Esse tipo de ensino assume uma postura dogmática de seus professores e uma postura alienada de seus alunos. Vasconcellos[24] conceitua essa prática distante da ideal:

> Quando analisamos as práticas na sala de aula, verificamos que elas acontecem como rituais que foram aprendidos de uma maneira empírica, frequentemente muito mais pela iniciação que tiveram no longo tempo de banco escolar, do que por uma tomada de posição consciente.

A tomada de posição consciente evita que se crie um enorme abismo entre as concepções da pedagogia jurídica e a prática em si. Não se pode reduzir o ensino a dimensões limitadas que se distanciam muito de uma pedagogia jurídica inovadora, que utiliza apenas a estrutura da narração, que ensina através de uma mera dissertação dos acontecimentos e torna a palavra, nessas dissertações, esvaziadas de dimensões concretas e ocas, numa verbosidade alienada ou alienante, confirmando estar o ensino jurídico aprisionado a uma educação bancária.[25]

A adoção repetitiva de aulas expositivas é a característica central de uma educação bancária. O autor Martinez[26] resume o conjunto destas aulas, em termos pedagógicos, como "um ensino massificador e veiculado pelas aulas magistrais, nas quais os professores costumam falar para classes silentes que, passivamente, limita-se a anotar o que ouvem".

Freire[27] se referiu à vantagem significativa dos seres humanos de ser capazes de ir mais além que os condicionamentos a eles impostos, de conseguirem superar os efeitos negativos desse "falso ensinar". O autor[28] aprofunda a discussão em prol do aluno vítima da educação bancária:

> O necessário é que, subordinado, embora, à prática "bancária", o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o "imuniza" contra o poder apassivador do bancarismo.

Menciona o autor[29] que é justamente a "força criadora do aprender" que possibilita ao aluno a fazer comparações, constatações, a não ter suas curiosidades facilmente sanadas, apresentando sempre uma "dúvida rebelde" que acaba por questionar a educação bancária.

Nesse sentido, é possível concluir que o ensino jurídico não pode ser mero repertório

---

24 VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012. p. 26.

25 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 57.

26 MARTÍNEZ, Sérgio Rodrigo. **Pedagogia jurídica**. Curitiba: Juruá, 2002. p. 20.

27 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 25.

28 Idem, 1996, p. 25.

29 Idem, 1996, p. 25.

instrucional, nem um conservatório de conhecimentos, mas sim, um formador de opinião, assim como, um construtor de atitudes. A busca incansável para se encontrar os novos percursos para o curso de Direito possibilita a aceleração dessas transformações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho teve como propósito analisar o curso de Direito ofertado na contemporaneidade. Para isso, fez-se necessário identificar os sujeitos da relação de ensino e o seu campo pedagógico. Para então, ser possível apontar os elementos que demonstram a necessidade de uma transformação da pedagogia jurídica e também apresentar algumas experiências inovadoras que poderiam auxiliar os acadêmicos no aprimoramento da interpretação e da aplicação do Direito no cotidiano profissional.

Com todas as transformações que estão ocorrendo no mundo, hoje mais do que nunca, precisamos conviver bem com a dinâmica e modificação de tudo o que nos rodeia. Estamos em constante transformação social, e na educação, não está sendo diferente. Eis uma das constatações dessa pesquisa: o ensino superior, mais propriamente dizendo, o curso de Direito, está em plena reestruturação. Essa constatação tem sérias implicações nas questões curriculares e, obviamente, em todo o processo educacional do curso de Direito.

Concluiu-se, também, que um currículo desenvolvido através de estratégias inovadoras é diferente de um currículo planejado sob o enfoque meramente instrucional, aquele que vê o ensino como determinante da aprendizagem - o aprendiz como sujeito passivo do processo. Nessa direção, é possível afirmar que inserir experiências inovadoras no cotidiano da aula são estratégias que transformam o estudante em sujeito ativo do processo de aprendizagem e que são capazes de desenvolver habilidades para que o próprio aluno maneje e produza seu conhecimento.

Lentamente, um novo curso de Direito vai sendo implantado em nossas instituições de ensino superior, e as escolas de Direito vão deixando suas marcas, também novas, na sociedade vigente. Certamente, pesquisas como as contidas neste trabalho, são pequenos passos, mas que podem percorrer por longos caminhos ainda pouco explorados pelo ensino jurídico.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Roberto A. R. de. **A crise da advocacia no Brasil**: diagnósticos e perspectivas. São Paulo: Alfa-Omega, 1999.

______. **Habilidades**: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BASTOS, Aurélio Wander. **Ensino jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

______. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

______. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LEITE, Maria Cecília Lorea. Imagens da justiça, currículo e pedagogia jurídica. *In*: ______ (Org.). **Imagens da justiça, currículo e educação jurídica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTÍNEZ, Sérgio Rodrigo. **Pedagogia jurídica**. Curitiba: Juruá, 2002.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova**: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Ensino jurídico: história que explica a prática docente. *In*: MIGUEL, Paula Castello; ______ (Org.). **Ensino jurídico**: experiências inovadoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **A formação pedagógica do professor de direito**: conteúdos e alternativas metodológicas para a qualidade do ensino no direito. Campinas, SP: Papirus, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Docência universitária: a pesquisa como princípio pedagógico. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 120-128, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://www.fcarp.edu.br/graduacoes/administracao/sobre-o-curso/nupea/download/1155_85c2249e37e0749238d09ada3377962d>. Acesso em: 20 abr. 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 22. ed. São Paulo: Libertad, 2012.

VENTURA, Deisy. **Ensinar direito**. Barueri, SP: Manole, 2004.

CAPÍTULO 4

GASTRONOMIA TÍPICA: IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS POTENCIAIS PARA BUSCA DE REGISTRO EM INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IGS)

Data de aceite: 01/10/2020

Fátima Regina Zan
Instituto Federal Farroupilha - Campus Santo Ângelo, RS/RS
http://lattes.cnpq.br/1447161934695275

Juliana Rose Jasper
Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão/RS
http://lattes.cnpq.br/4729891995613414

Rosângela Oliveira Soares
Instituto Federal Farroupilha –Campus Júlio de Castilhos/RS
https://orcid.org/0000-0003-2197-8932

Cláudio Gabriel Soares Araújo
Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS
http://lattes.cnpq.br/3622629234394074

Alice Leoti Silva
Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão/RS
https://orcid.org/0000-0003-4411-1725

Carmen Regina Dorneles Nogueira
Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS
http://lattes.cnpq.br/7476378319243219

RESUMO: O presente trabalho consta do relato de pesquisa qualitativa que usou como técnicas de coleta de dados, pesquisa documental e bibliográfica. Teve por objetivo central indicar alternativas para o pedido de certificações de produtos da gastronomia regional, visando fomentar o comércio e o turismo da Região das Missões, localizada no noroeste do Rio Grande do Sul. Considerando que os municípios que a integram tem buscado alternativas para seu desenvolvimento socioeconômico a partir da valorização do seu patrimônio cultural e considerando também, que o processo pela busca de certificação, ao ser iniciado poderá promover o desenvolvimento e a qualificação das agroindústrias familiares da região que produzem e comercializam os produtos acredita-se que a gastronomia típica da região, poderá contribuir com seu desenvolvimento.

PALAVRAS - CHAVE: Indicação Geográfica; Gastronomia Típica; Região das Missões; Desenvolvimento

TYPICAL GASTRONOMY: IDENTIFICATION OF POTENTIAL PRODUCTS FOR THE SEARCHING OF GEOGRAPHICAL INDICATION (IG)

ABSTRACT: This work consists of a qualitative research report that used, desk research and literature review as data collection techniques It had as its main objective to indicate alternatives to the request of regional food product certifications, aiming to foster trade and tourism in the region of the Missions, located in the northwest of Rio Grande do Sul state. Considering that counties that integrate it have sought alternatives to their socio-economic development based on the value of their cultural heritage and also whereas the process for seeking certification as soon as

gets started can promote the development and qualification of family farms of the region that produce and sell the products it is believed that the typical gastronomy of the region will contribute to its development.

KEYWORDS: Geographical Indication; Typical Gastronomy; Missions Region; Development

INTRODUÇÃO

A Região das Missões, localizada no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul foi habitada por diferentes grupos étnicos, no decorrer de sua história. Dentre eles destacaram-se os índios Guarani que, a partir da colonização espanhola (século XVII), na porção centro-sul da América do Sul, foram “reduzidos” nas chamadas “Reduções Jesuítico-Guarani” que originaram os primeiros núcleos urbanos do Rio Grande do Sul. Em território que hoje constitui o Rio Grande do Sul, a colonização espanhola foi sucedida por portugueses, após a Guerra Guaranítica. Nesta guerra os Guarani foram dizimados e encerrou o período de colonização espanhola na região. Juntamente com os portugueses, na condição de escravos, vieram os negros e implantando as grandes fazendas de criação de gado.

Já no período de 1890 a 1914 a região recebeu levas de imigrantes dentre as quais preponderaram os alemães, os italianos, os poloneses, os russos, os suíços e os pomeranos. Esta corrente imigratória foi conhecida como segunda colonização visto que integrava imigrantes originários da região nordeste do Rio Grande do Sul cujas terras haviam sido colonizadas por imigrantes europeus a partir do período e 1840 a 1874. Seu deslocamento ocorreu em função do grande fracionamento das terras que já não comportavam o sustento das famílias de imigrantes, que eram numerosas. As localidades onde os imigrantes se estabeleceram, passaram a ser identificadas a partir de elementos de sua cultura, especialmente, pela gastronomia típica trazidas de seus países e adaptadas aos produtos cultivados na região.

Apesar de os imigrantes terem se dedicado a pequena agricultura, a região das Missões, por ter optado pelo cultivo do binômio trigo-soja, vem passando nos últimos anos, por sérios problemas econômicos decorrentes de transtornos e perdas ocasionados por mudanças climáticas aliadas às políticas públicas que não atendiam as necessidades dos produtores rurais. Estes fatos contribuíram para o empobrecimento sistêmico, mas principalmente dos produtores da agricultura familiar.

Na busca por possibilidades de novas alternativas para o desenvolvimento regional, a sociedade organizada tenta replicar ações de outras localidades que promoveram a agregação de valor aos produtos dentre as quais se destacam as Indicações Geográficas. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo central indicar alternativas para o pedido de certificações de produtos da gastronomia regional, visando fomentar o comércio e o turismo. O estudo justifica-se porque, ao ser iniciado o processo pela busca de certificação promoverá o desenvolvimento e a qualificação das agroindústrias familiares

da região que produzem e comercializam os produtos. Do ponto de vista metodológico, o presente estudo pode ser classificado como um estudo de caso, de natureza qualitativa que usou como técnicas de coleta de dados, pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, sites e revistas publicadas na região.

A pesquisa qualitativa, classificação em que se enquadra o presente trabalho, seguiu um processo de pesquisa que não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolveu em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de maneira que, por exemplo, a coleta de dados em determinados momentos passou a ser, também, análise de dados, e esta, em seguida, é veículo para nova busca de informações. Ela assumiu características de um processo simultâneo, não linear (TRIVIÑOS, 1987).

REFERENCIAL TEÓRICO

Mais do que um ato biológico, a alimentação pode ser entendida como um ato social e cultural. Através dela pode-se conhecer traços culturais de um país ou de uma região. Pela alimentação é possível

> visualizar e sentir tradições que não são ditas. A alimentação é também memória, opera muito forte no imaginário de cada pessoa, e está associada aos sentidos: o odor, a visão, o sabor e até a audição. Destaca as diferenças, as semelhanças, as crenças e a classe social a que pertence, por carregar as marcas da cultura. (BARROCO E BARROCO, 2008)

A gastronomia pode ser considerada como um produto da expressão cultural de uma localidade denotando além de cores e sabores, valores de caráter social como religião, etnia e história. Por meio dela hábitos e modos de fazer das sucessivas gerações de uma localidade são perpetuados garantindo a Nesse contexto, a gastronomia constituiu-se em importante atrativo turístico-cultural local que permite incorporar aos agentes da própria comunidade na elaboração dos produtos. Vem sendo incorporada aos novos produtos turísticos orientados a determinados nichos de mercado continuidade de suas tradições e o conhecimento de sua história, hábitos e costumes (BRAZ E VEIGA, 2011). Para Peccini (2013) a gastronomia tem papel fundamental no turismo, podendo por si só promover o deslocamento de pessoas valorizando a identidade do destino escolhido.

GASTRONOMIA TÍPICA

O estudo desenvolveu-se em torno de dois conceitos - tradicional e típico - que merecem ser clarificados. Bernat (1996, p.88), refere que os produtos são tradicionais na mediada em que persistem no tempo, sempre se fizeram em determinado lugar e de uma determinada maneira e conservam, em maior ou menor grau, as características que os definem, quanto ao aspecto, textura e sabor. Por sua vez, Ribeiro e Martins (1996, p. 313) afirmam que os produtos tradicionais são únicos pelas suas matérias-primas, pelos

conhecimentos aplicados, bem como pelos usos e práticas de produção, consumo e de distribuição e que na atualidade recebem, entre outras, as denominações de produtos locais, tradicionais, artesanais ou regionais. Nesta perspectiva, os produtos agroalimentares tradicionais são produtos portadores de elevado conteúdo simbólico, associado à ruralidade, à natureza, à nostalgia de um tempo passado, a um desejo de pertença a uma dada região, de enraizamento, de um certo regionalismo, ao prestígio e ao prazer.

Para Bernat, (1996, p. 94), um produto agroalimentar tradicional é muito mais do que um simples alimento. Os símbolos e valores (paisagem, ruralidade, natureza, nostalgia, tradição), a marca, os mitos e fantasmas também alimentam. Para Barberis (1992, p.7), considera como típico um produto que, a partir das estruturas de um território (localização geográfica), uma certa qualidade da matéria-prima (resultante do clima, solo, raças animais e variedades vegetais), certas técnicas de preparação (leais e constantes), desenvolveu, na continuidade da sua tradição, um mercado que mantém, frequentemente, em contato direto o produtor e o consumidor. Nesta óptica, o produto típico terá uma relação especial com o mercado e o seu processo de distribuição assentará em circuitos curtos de comercialização.

A gastronomia típica é aquela que permite representar uma cultura, distinguindo a região da qual é originária pelos alimentos que fazendo parte de seu cardápio. Através do alimento, a gastronomia remete às “lembranças, experiências e emoções vividas, possuindo um valor simbólico, intangível, pois cada um possui diferentes experiências” (CASTRO E SANTOS, 2012, s/p). Para Barroco e Barroco a gastronomia típica se traduz como a arte de comer bem, se relaciona com o turismo e com a história de um povo, adquirindo cada vez maior importância para promover um destino e captar correntes turísticas. Conforme Ignarra (2001) ela é muito valorizada pelos turistas que frequentam restaurantes indicados como representativos de uma cozinha tradicional de um lugar.

Desta forma, observa-se a relação da gastronomia com turismo cultural, principalmente quando a gastronomia for típica, carregando nos alimentos e no modo de preparar os costumes, a identidade e as tradições das comunidades. Assim, para Flandrin e Montanari (1996), as comidas típicas podem ser consideradas como elementos para valorização da cultura regional e da perpetuação da memória culinária das famílias e desta forma, gerar ganhos econômicos para a indústria e para o comércio local. Também Schluter (2003, p. 32) relata que a gastronomia expressa identidade das pessoas e “que reflete suas preferências e aversões, identificações e discriminações, e, quando imigram, a levam consigo, reforçando seu sentido de pertencimento ao lugar de origem”. Essa referência cultural pode ser considerada um patrimônio cultural intangível e /ou ter o registro de identificação geográfica, como também se transformar num atrativo turístico.

Fagliari (2005) relata que pratos e produtos típicos são elementos com história e tradição refletindo a identidade do local e, portanto, podem fazer parte do Turismo Cultural fornecendo uma “experiência local”. O mesmo autor destaca ainda, que a gastronomia típica, com o uso de pratos e produtos típicos valorizam restaurantes locais e os pequenos

produtores locais. Além disso, facilita a inserção da população local a partir do conhecimento de elementos de sua cultura e sua história.

GASTRONOMIA TÍPICA MISSIONEIRA

Nas sociedades contemporâneas a imigração formou nichos caracterizados pelos costumes. Os jesuítas que chegaram a Região das Missões encontraram os índios Guarani que tinham na alimentação produtos tais como o milho, a mandioca, a batata doce, feijão, abóbora, moranga, frutas silvestres, peixes e aves. Estes produtos ainda hoje se fazem presente na mesa dos missioneiros. Outro produto cultivado na Região, e que teve origem na civilização Guarani, é a Erva-mate, utilizada para fazer o chimarrão, hábito cultivado em todo o Estado do Rio Grande do Sul (RS).

Assim, com a chegada dos imigrantes, foram se agregando a esta cultura, uma gastronomia típica trazida de seus países, que sofreram transformações com o contato com as diferentes etnias. De acordo com Ramos (2006), as características étnico-culturais da população da região foram definidas a partir da construção histórica da região que agrega também à sua formação socioespacial, a característica da mobilidade da fronteira.

Os espanhóis, a partir da chegada dos jesuítas contribuíram com o cultivo das videiras, a elaboração do vinho, introdução do uso do sal na cozinha, o cultivo de pomares e hortas. São eles os primeiros a fazerem o pão (o corpo de Cristo), usado nas cerimônias religiosas. Os portugueses deixaram como herança, o cultivo da cana-de-açúcar e seus derivados; cachaça, melado, açúcar, rapadura, produtos que hoje são a identidade econômica de alguns municípios da região. Os alemães trouxeram o uso da carne suína, picles, chucrute e outras conservas. Todavia, a maior influência germânica está nas cucas, chocolates, bolachas e tortas. Os italianos foram os pioneiros no consumo e fabricação das massas com suas variedades de formas, dos sorvetes, das receitas com o uso da carne de galinha. Os poloneses o consumo de pato e o pirogue, um pastel cozido recheado com nata que são símbolos da rica mesa dos descendentes de poloneses na região (ROTA MISSÕES, 2014). Tem-se ainda a gastronomia russa na qual se destaca o vareniki que são pequenas panquecas que podem ser recheadas com doces (frutas) ou salgado (carnes); chás, bolachas, kibes (bolinho feito de carne e trigo), tabule (salada feita a base de triguilho e verduras), pastas de berinjela e grão de bico, da gastronomia árabe-palestina e o fondue da gastronomia suíça.

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

A Indicação Geográfica (IGs), certificação para produtos em determinados territórios, constituídos por denominação de procedência ou por denominação de origem, pode ser considerada como uma estratégia de mudança visando à competitividade. A certificação é uma forma de agregação de valor a produtos, serviços ou extração de produtos associados

a um determinado local, e que somente pode ser utilizada por membros, ou seja, por produtores ou empreendedores daquela localidade ou região onde são produzidos de maneira homogênea.

De acordo com Siqueira (2014), as Indicações Geográficas são uma ferramenta coletiva para os produtores promoverem os produtos de seus territórios e preservar sua qualidade. Seu registro é estratégico para o desenvolvimento regional porque protegem os produtos contra falsificações e promovem ganhos de competitividade, contribuem para a preservação ambiental e para a redução dos desequilíbrios entre o campo e a cidade uma vez que fortalecem a agricultura familiar e aumentam a renda e o emprego no campo.

As qualidades particulares de determinados produtos, atribuíveis a sua origem geográfica, começaram a ser conhecidos pontuando-se a localidade de onde estes são produzidos. O conceito de Indicações Geográficas foi construído ao longo da história no mundo e no Brasil. Segundo a *World Intellectual Property Organization* (WIPO), uma Indicação Geográfica é um sinal utilizado para produtos que tenham uma origem geográfica concreta e possuem qualidades e reputação derivada especificamente do lugar de origem. Dependem de legislação específica para definir este conceito, a nível nacional e internacional. A Indicação Geográfica compreende dois níveis: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO).

No Brasil, a certificação dos produtos por Indicações Geográficas é realizada pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), regulamentada pela Lei 9.279/96 e conceitua, em seus artigos 177 e 178, a Indicação de Procedência e Denominação de Origem, para a certificação, através do INPI:

> Art. 177- Indicação de Procedência: Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.
>
> Art. 178 - Denominação de Origem: Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

O início da certificação das Indicações Geográficas, segundo o INPI (2014), quando identificado o produto, dá-se a partir da elaboração de um processo, que segue as seguintes etapas: a) organização dos produtores ou empresas, através de uma representação, que pode ser sob a forma de Associação; b) realização da rememoração histórica da região, pontuando a sua relação com o produto a ser certificado; c) delimitação da área geográfica; elaboração de uma representação gráfica, ou seja, a criação de um selo para identificação dos produtos; d) regulamentação técnica para o uso da marca coletiva; e) criação de um Conselho Regulador, que faz o controle da Indicação Geográfica, e realiza a auditoria do

que está estabelecido no Regulamento Técnico; f) encaminhamento do processo ao INPI, solicitando o reconhecimento da Indicação Geográfica.

Além de agregar valor aos produtos ou um aumento de renda ao produtor, os benefícios das IGs são observados nas dimensões econômicas (aumento do valor agregado dos artigos, incremento do valor dos imóveis da região, estímulo aos investimentos na própria zona de produção, desperta o desenvolvimento de outros setores); promocionais (garantia de produtos de notoriedade, originais e de qualidade, afirmação da imagem autêntica, reconhecimento internacional); sociais e culturais (inserção de produtores ou regiões desfavorecidas, proteção de um patrimônio nacional e econômico das regiões, do manejo, dos produtos, proteção da riqueza, da variedade e da imagem de seus produtos); ambiental (preservação da biodiversidade e dos recursos genéticos locais e a preservação do meio ambiente, manutenção da população nas zonas rurais, geração de empregos, vitalidade das zonas rurais pelo crescimento do turismo, satisfação do produtor, orgulha da relação produto e produtor, contribuição para a preservação das particularidades e a personalidade dos artigos que se constituem em um patrimônio de cada região (NASCIMENTO, NUNES E BANDEIRA, 2012). A associação entre o turismo e as IGs provoca o reconhecimento e valorização das culturas tradicionais, a valorização da gastronomia típica promovendo o desenvolvimento regional.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Através da pesquisa realizada foram identificados cinco produtos oriundos da gastronomia típica que se destacam na região em estudo. Sua elaboração é herança dos índios Guarani ou foi trazida por imigrantes italianos, alemães e poloneses. São eles:

Chimarrão e Churrasco

Habitantes da Região das Missões no período de colonização ibérica, os Guarani foram aculturados pelos espanhóis, apesar disso mantiveram hábitos de sua cultura que permaneceu e constitui-se em gastronomia típica não só da região, como do Rio Grande do Sul, como é o caso do chimarrão e do churrasco de carne de gado vacun. São alimentos complementares, pois os indígenas alimentavam-se com grandes quantidades de carne bovina e após, ingeriam o chimarrão para melhor realizar a digestão.

Linguiça da Buriti- Santo Ângelo:

O Distrito de Buriti está localizado no município de Santo Ângelo/RS. O nome tem origem na palmeira com o mesmo nome, que existe em abundância na região. A fundação do distrito data de 1910, por agricultores de origem alemã, oriundos municípios de São Sebastião do Caí, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul.

A linguiça foi um dos primeiros embutidos que foram inventados. Consiste em um “enchido” na forma de salsicha, de carnes temperadas e cortadas em pequenos pedaços

e pode ser consumida fresca “curada” ou defumada. Embora tenha origem italiana, os imigrantes alemães se especializaram na fabricação deste produto, passando a ser sinônimo de produto gastronômico desta etnia, pois em festas tradicionais como a Oktoberfest, realizadas no Rio Grande do Sul e São Catarina são consumidas com cuca, um pão doce de origem germânica.

Bolachas caseiras de São Paulo das Missões:

O Município de São Paulo das Missões foi fundado em 1912, por colonos de origem alemã, vindos da “Colônia Velha”, ou seja, das proximidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo. A sua área de origem pertencia ao Município de Rio Pardo, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo. O município foi constituído com áreas de parte de seu distrito, e, também, parte dos distritos de Roque Gonzales e Porto Xavier, todos pertencentes ao município de Cerro Largo. Tornou-se Município com a Lei n.º 5.205, de 30 de dezembro de 1965. É conhecida popularmente como “Cantão Suíço das Missões”, por sua semelhança geográfica com a Suíça. A qualidade das bolachas produzidas no município é reconhecida em todo o estado, pois tem hotéis da Serra Gaúcha que as servem para seus exigentes hóspedes.

Vinhos do Lajeado do Cerne-Santo Ângelo:

O nome da localidade originou-se de uma árvore de cerne de guajuvira caída sobre um lajeado, servindo de pinguela e usada como travessia do riacho. Daí veio a expressão “Passo do Cerne”, posteriormente chamado Lajeado do Cerne e, finalmente, Lajeado Cerne. Os primeiros imigrantes a se instalarem nessas terras eram italianos provindos de Cachoeira do Sul, Ivorá, Faxinal do Soturno, Júlio de Castilhos, Santa Maria, Silveira Martins e Vale Vêneto. O distrito foi reconhecido oficialmente pela Lei Municipal nº 815, de 25 de setembro de 1984. No município, é produzido vinho de qualidade, pelos descendentes de imigrantes italianos que aí se instalaram.

Fruta Butiá de Giruá

O município de Giruá está localizado na Região das Missões, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A colonização de Giruá iniciou a partir da chegada de imigrantes europeus ao Rio Grande do Sul, vindos, principalmente, da Alemanha, Suécia, Letônia, Polônia, Rússia, Suíça e Itália.

Em 1927 torna-se 11º distrito de Santo Ângelo com o nome de Passo da Pedra em razão do Rio de Pedras que dava acesso à localidade. Compreendido no polígono das Reduções Jesuíticas, já pertenceu à Cachoeira do Sul, Cruz Alta e Santo Ângelo e no início da colonização, aproximadamente em 1895, a região era coberta por extensa mata virgem e abundantes palmeirais de frutos dourados, que os índios chamavam de jerivá.

Com a inauguração da estrada de ferro em 1928 a denominação Passo da Pedra é substituída por Giruá, porque os imigrantes encontravam dificuldades em pronunciar o nome do fruto do butiazeiro, que na linguagem indígena era jerivá. Emancipou-se em 28

de janeiro de 1955. O Butiá é uma fruta produzida pelo butiazeiro (Butiá capitata), palmeira nativa de até 7 m que existe em abundância no Município de Giruá. Tornou-se símbolo do Município, pela sua diversificada utilização tanto na gastronomia como no artesanato para o qual são utilizadas as suas fibras. Os frutos alaranjados são utilizados no fabrico de geleias, compotas, sucos, licor, cachaça, vinagre e, das sementes se extraí óleo. Assim, estes são os produtos identificados a partir da pesquisa e que, representam a cultura das diferentes etnias que contribuíram para a formação da população que habita a Região das Missões e para a sua cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características culturais da Região das Missões é fruto de sua trajetória histórica. Sua cultura resulta da amalgamação das culturas das diferentes etnias que a habitaram e das interações que ocorreram entre elas ao longo do tempo. Nesse contexto, elementos da cultura de umas etnias foram absorvidos pelas demais enquanto outros foram mantidos e dão originalidade a elas. Dentre os elementos culturais identificadores das etnias e suas comunidades, destaca-se a gastronomia que passa a ser importante meio para a dinamização do turismo local e regional.

A atividade turística não pode prescindir de produtos e serviços de qualidade. Por isto o processo de certificação, ao contribuir para a qualificação das agroindústrias familiares da região, contribuirá para a qualificação e diversificação da oferta produtos típicos e consequentemente para o incremento do turismo. Considerando as características sócio-econômico-culturais da Região das Missões e os dados levantados por este estudo, sugere-se que aliado a identificação dos produtos típicos da região, seja agregada os atrativos turísticos.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Alberto; TIBÉRIO, Luís; FONSECA, Carlos. **Estratégias de valorização dos produtos tradicionais:** o caso da região do Baixo Tâmega. Disponível em http://cetrad.info/static/docs/documentos/117.pdf. Acesso em jun.2020.

BARROCO, Lize Maria Soares, BARROCO, Hélio Estrela. A importância da gastronomia como patrimônio cultural, no turismo baiano. **TURyDES**, Vol 1, Nº 2 (marzo / março 2008). Disponível em: http://www.eumed.net/rev/turydes/02/sbb.htm, acesso em 28de ago. de 2019.

BRAZ, Kênia Cunha; VEIGA, Leidmar Oliveira da Veiga. **A gastronomia enquanto atrativo turístico-cultural.** Disponível em: http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/07/A-GASTRONOMIA-ENQUANTO-ATRATIVO-HIST%C3%93RICO-CULTURAL1.pdf Acesso em julho de 2020.

CASTRO, Fernanda Meneses de Miranda; SANTOS, Juliana Gomes Marinho dos. A cultura gastronômica como atrativo turístico: relato de uma experiência de pesquisa nos Restaurantes de Aracaju/SE. **Revista Hospitalidade.** São Paulo, v. IX, n. 2, p. 155 - 174, jul.- dez. 2012.

Diversidade Gastronômica: Disponível em: http://www.rotamissoes.com.br/_portugues/oQueAtrativosSaboresGastronomica.php. Acesso em agosto de 2020.

FAGLIARI,G. S. **Turismo e Alimentação:** Análises introdutórias. Ed. Roca, São Paulo, 2005.

FLANDRIN, J. L. MONTANARI, M. **A história da alimentação.** Paris: Fayard, 1996.

INPI-Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Disponível em : http://www.inpi.gov.br/publicacoes. Acesso em ago. 2020

MONTANARI, Máximo. **Comida como cultura.** São Paulo: SENAC, 2006.

NASCIMENTO, J. S.; NUNES, G. S.; BANDEIRA, M. da G. A. A importância de uma indicação geográfica no desenvolvimento do turismo de uma região. **Revista Geintec**, 2(4), 378–386, 2012.

PECCINI, Rosana. A Gastronomia e o Turismo. **Revista Rosa dos ventos.** 5(2). Abr./jun., 2013.

RAMOS, Antônio D. **A formação histórica dos Munícipios da Região das Missões do Brasil.** Disponível em: http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file1.pdf Acesso em ago./2020.

RIETH, Flávia Maria Silva. Inventário Nacional de Referências Culturais – produção de doces tradicionais pelotenses. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em:file:///C:/Users/carmennogueira/Downloads/flavia%20maria%20rieth.pdf Acesso em mai. 2020.

SCHLUTER, Regina G. **Gastronomia e Turismo.** São Paulo (SP): Aleph. 2. Ed. Revista, 2006.
TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

SIQUEIRA, Tagore V. de. **Indicações Geográficas e Desenvolvimento Regional:** Uma estratégia para o desenvolvimento regional a partir da valorização da cultura, da natureza e da história local. Disponível em: https://coreconpe.gov.br/eventos/iiienpecon/artigos/55enpecon2014.pdf Acesso em Ago. 2020.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). Disponível em: https://www.wipo.int/portal/en/index.html

CAPÍTULO 5

CONTROLE E ENRAIZAMENTO SOCIAL DA VIDA ECONÔMICA NA ILHA GRANDE, ANGRA DOS REIS/RJ: UMA ABORDAGEM À LUZ DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Data de aceite: 01/10/2020
Data de submissão: 05/10/2020

Diná Andrade Lima Ramos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro . Departamento de Ciências Econômicas e Exatas.
Três Rios, Rio de Janeiro.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2973656775835876

Lamounier Erthal Villela
UFRRJ. Departamento de Economia.
Seropédica, RJ.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0265624345647321

Esta pesquisa foi anteriormente publicada, numa versão mais ampla, com a seguinte referencia: RAMOS, D. A. L.; VILLELA, L. E. Controle e Enraizamento Social da Vida Econômica na Ilha Grande, Angra dos Reis - RJ: uma abordagem à luz da sociologia econômica. **CS&DT**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 74-91, 2017.

RESUMO: Este artigo se propõe a discutir os conflitos territoriais na Ilha Grande-RJ, à luz da sociologia econômica, tendo como cerne da questão as diferentes percepções do valor da terra, e do que a economia clássica convencionou chamar de recursos produtivos; pelos atores locais: empresários, moradores antigos, poder público local e órgãos ambientais de iniciativa pública ou privada. Usa-se para tal a técnica bibliográfica e propõe-se uma abordagem epistemológica considerando os fundamentos da sociologia econômica e da gestão social. Os interesses do capital requerem o reordenamento do território para sua exploração dita eficiente, ignorando o elevado valor subjetivo e socialmente situado desse território para os moradores antigos. Os órgãos públicos ambientais também não têm agido de forma diferente, enquanto buscam frear a expansão das atividades do turismo na ilha, terminam por retirar dos antigos moradores sua territorialidade e autarquia, cerceando seu direito a frequentar o que antes era seu quintal, fonte parcial de alimentos, ervas medicinais e práticas culturais. Assim, os moradores antigos estão sendo desenraizados econômica e socialmente, o que poderá resultar em sua saída da ilha ou sua rendição aos interesses do capital, visto que estes ainda resistem aos invasores. Entende-se que, mediante a prática da cidadania deliberativa e sob os princípios da gestão social, seria possível alcançar um consenso junto aos órgãos ambientais para que os moradores antigos não sejam desterritorializados. Ao contrário, sejam fortalecidos em seu sentimento protetor da Ilha Grande, o que os estimularia a exercer controle social sobre a expansão das atividades do turismo, no contexto do desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS - CHAVE: enraizamento; gestão social, controle social.

SOCIAL CONTROL AND EMBEDDEDNESS OF ECONOMIC LIFE IN ILHA GRANDE, ANGRA DOS REIS/RJ: AN APPROACH UNDER THE LIGHT OF ECONOMIC SOCIOLOGY

ABSTRACT: This article proposes to discuss the land use conflicts in Ilha Grande-RJ, under the light of economic sociology, having at the

heart of the question the different perceptions of the value of the land, and what classical economics has agreed to call productive resources; by the local actors: businessmen, ancient residents, local government and environmental agencies, of public or private initiative. The bibliographical technique is used for this, and an epistemological approach is proposed, considering the principles of economic sociology and social management. The interests of capital require the reorganization of geographic space for its efficient exploitation, ignoring the high subjective and socially situated value of that place for the ancient residents. The public environmental agencies have also not acted in a different way, while seeking to curb the expansion of tourism activities on the island, end up removing their territoriality and autarchy from the ancient residents, curtailing their right to attend what was once their yard, a partial source of foods, herbs and cultural practices. Thus, the ancient residents are being uprooted economically and socially, which may result in their leaving the island or surrendering to the interests of capital, as these still resist the invaders. It is understood that, through the practice of deliberative citizenship and under the principles of social management, it would be possible to reach a consensus with the environmental agencies so that the old residents are not expelled. Instead, be strengthened in their protective feeling of the Ilha Grande, which would encourage them to exercise social control over the expansion of tourism activities, in the context of sustainable development.
KEYWORDS: embeddedness; social management, social control.

1 I INTRODUÇÃO

Propõe-se, neste artigo, por meio da ideia de imersão social da vida econômica, fundamentar o controle social do reordenamento territorial. Embora os conflitos experimentados pelos atores da Ilha Grande-RJ não seja um fato novo, ele ainda não está resolvido. Ao contrário, o futuro do território da Ilha ainda está em questão. Tais conflitos são aqui discutidos à luz da sociologia econômica, interpretando falas e ações de empresários, moradores antigos e órgãos ambientais. O cerne da questão reside nas diferentes percepções do valor da terra, bem como dos bens comuns, que a economia clássica chama recursos produtivos. Os estudos aqui investigados mostram que a expansão das atividades do turismo, bem como as medidas adotadas pelo poder público local, que ora apoia estas atividades, ora busca contê-las; não demonstram respeito pelo modo de vida dos antigos moradores da ilha, onde suas atividades econômicas estão *embedded*[1] em sua vida social.

A configuração do campo de força no território é marcada por diferentes atores e respectivos interesses: os grandes proprietários de terras, que desejam a expansão imobiliária e de empreendimentos turísticos; e os demais atores que buscam a conservação ou a preservação da natureza: órgãos ambientais, Organizações Não Governamentais (ONG`s), ambientalistas locais, antigos moradores da ilha, associações de moradores, etc..

Esclarece-se, desde já, que, mesmo os atores pertencentes ao grupo composto pelos não interessados na expansão imobiliária, ligado às atividades do turismo, não necessariamente compartilham dos mesmos interesses. Há também nesse grupo conflito,

1 Enraizada, incrustada, submersa.

pois os moradores reivindicam o respeito ao seu modo de vida, o que significa ter acesso e uso da terra de seus ancestrais para, assim, manterem sua identidade e transmitirem seu saber tradicional. Paradoxalmente, estes, em menor medida, se beneficiam das atividades do turismo.

Na ilha, a especialização da atividade econômica, ligada ao turismo, encontrou resistência junto à estrutura social pré-existente. Estas atividades, que envolvia o turismo menos predatório, funcionaram harmonicamente na natureza durante muito tempo, enquanto enraizadas nas normas, valores e modo de vida dos seus moradores/trabalhadores. Mas em função da degradação rápida, e diante da especialização do turismo na ilha, muitos ambientalistas, inclusive ligados ao poder público, defendam mais uma postura do culto ao silvestre, a ser esclarecida mais adiante.

A mobilização plural, de diferentes atores locais, num território para a implementação de políticas e projetos de desenvolvimento, como prevê a gestão social[2], prescinde, sobretudo do reconhecimento da pertença da população ao território e a caracterização do território a partir do povo que o ocupa, que faz surgir, de forma natural, um saber e um modo de fazer totalmente característico do local.

Neste artigo propõe-se entender os conflitos entre atores e disputa pelo território da Ilha Grande a partir dos fundamentos da sociologia econômica e da gestão social, por meio de uma revisão bibliográfica. Ele está dividido em seis seções, contando com essa introdução. Dedicou-se na segunda seção a discutir o enraizamento social da economia e a formação do valor de um bem ou serviço como resultado do processo interativo de reconhecimento. Na terceira seção discute-se brevemente a expansão do turismo na Ilha Grande. Na quarta seção busca-se caracterizar os atores mais relevantes envolvidos na disputa pelo espaço e suas motivações e interesses no território. Na quinta seção analisa-se o *desenraizamento* social e econômico dos moradores antigos da Ilha Grande, propondo a *Gestão Social* como método de negociação e mediação do conflito no território.

2 | O ENRAIZAMENTO SOCIAL DA ECONOMIA E O VALOR COMO RESULTADO DE UM PROCESSO INTERATIVO DE RECONHECIMENTO

Blokc (1990, p.39) aponta como uma grande contribuição de Polanyi à sociologia econômica, o novo significado que este deu à palavra economia. Além do significado definido pelo pensamento econômico clássico e neoclássico, onde o homem racional deve fazer uso mais eficiente dos recursos escassos disponíveis; a palavra economia teria também um significado substantivo: a satisfação das necessidades materiais através da interação entre seres humanos e seu meio ambiente. De acordo com esta concepção, segue Block, a busca pela subsistência humana não estava ligada, antes da Revolução Industrial, ao aumento da eficiência da produção por meio da economia do máximo possível os recursos

2 O conceito será explicado adiante.

escassos, mas estruturada por laços de parentesco, religiosidade e outras práticas sociais. Esta forma de pensar economia, deu margem à contestação das clássicas leis que regulam a economia de mercado.

Polanyi (2000 [1944]) convocou os historiadores econômicos e antropólogos sociais à refletirem sobre a economia primitiva, a fim de realçar sua importância para as motivações e mecanismos das sociedades civilizadas. Avançou dizendo que pesquisas de sua época mostravam que o homem continuava a ser um ser social e que seus dotes naturais continuavam sendo de fundamental importância.

> A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos (POLANYI, 2000, p.65).

Para o autor, o processo de produção e sua distribuição, o sistema econômico, estaria atrelado aos interesses sociais e não a auto-interesses econômicos. Assim, "o prêmio estipulado para a generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social, que não compensa ter outro comportamento se não o de esquecimento próprio" (Ibid., p.66). Frente à ausência de motivação ao lucro e à venda de sua força de trabalho, o que garantiria a ordem, segundo Polanyi, seria principalmente o comportamento dos indivíduos baseado nos princípios da reciprocidade e de redistribuição e, em menor peso a autarquia ou domesticidade e o mercado.

> A reciprocidade e a redistribuição são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração apenas porque a organização das sociedades em questão cumpre as exigências de uma tal solução com a ajuda de padrões tais como a simetria e a centralidade (Ibid.).

De acordo com Vinha (2003), a simetria tem um aspecto dual, onde se pratica trocas de reciprocidade. No caso da centralidade, os produtos são entregues virtuosamente a uma autoridade, a quem cabe a redistribuição. O terceiro princípio é a autarquia, que significa a produção para o uso próprio do grupo. Neste caso, a produção para o mercado é acessória e a venda dos excedentes não deve destruir a base da domesticidade. Antes da revolução industrial, e às *margens* do sistema econômico, existia o mercado. Mais tarde, contudo, o mercado criou uma institucionalidade específica, mas que continuou *embedded* na vida social.

> Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a

> magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico (POLANYI, 2000, p.75).

Sobre a naturalização da evolução da economia, Polanyi também polemiza, afirmando que foi o Estado que nacionalizou o mercado, até então dividido entre comércio de longa distância e o comércio local, impondo o sistema mercantil nos séculos XV e XVI. Mas isso destruiu antigas relações e obrigou o Estado a lidar com os problemas do monopólio e da competição. "O remédio encontrado foi a total regulamentação da vida econômica, só que agora em escala nacional e não municipal" (POLANYI, op. cit., p.87).

Nesse contexto, Polanyi (op. cit., passim) desmitifica uma série de premissas que alicerçam a teoria neoclássica: i) o mercado nacional não teria surgido dos mercados locais, alicerce para as premissas a seguir; ii) negação da propensão do indivíduo à permuta e à barganha e ao interesse próprio, mostrando que o que predominava era os interesses do grupo segundo os princípios da reciprocidade, redistribuição e autarquia; e iii) a divisão do trabalho teria sua origem nas diferenças como sexo, geografia e capacidade individual e não da necessidade de permuta nos mercados locais; iv) e, por fim, antes de existir a auto-regulação do mercado - se é que um dia existiu-, houve a necessidade de uma intervenção e regulamentação estatal da economia.

Com todo este esforço teórico, o autor buscou mostrar que "o sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social" (Ibid., p. 88). Como bem sintetiza Vinha (2003, p. 213): enquanto, para Polanyi a economia é orientada, organizada e tem seus limites impostos pela sociedade, onde está enraizada; no entendimento da escola neoclássica, é o mercado que organiza e dirige a economia. Essa economia é de tal forma subsocializada que só lugar para o *homo economicus*.

Destaca-se aqui a contribuição de Granovetter (2007), que buscou explicar até que ponto a ação econômica está imersa nas estruturas das relações sociais. Para o autor, num extremo contra essa ideia estaria a escola neoclássica "que pressupõe um comportamento racional e de interesse pessoal minimamente afetado pelas relações sociais". Seus argumentos teóricos "rejeitam por hipótese todo impacto da estrutura social e das elações sociais sobre a produção, distribuição e o consumo." Na verdade, a atomização social constitui um pré-requisito à concorrência. Por isso representam uma concepção subsocializada do homem. No outro extremo estaria a proposta da imersão (*embeddedness*), que agrega os chamados de substantivistas, onde Polanyi é o principal expoente. Granovetter (op. cit., não paginado), busca um equilíbrio entre os extremos:

> O nível de imersão do comportamento econômico é mais baixo em sociedades não reguladas pelo mercado do que o sustentado pelos substantivistas e teóricos do desenvolvimento, e que esse nível mudou menos com o processo

> de “modernização” do que esses autores defendem; mas sustento também que esse nível sempre foi e continua a ser mais substancial do que o considerado pelos formalistas e economistas.

Apesar das teses defendidas pelas escolas: neoclássica e substantivista serem, aparentemente, completamente divergentes, o autor sustenta que elas têm em comum no fato de considerarem que as ações e as decisões são tomadas por atores atomizados. Isto está claro nas concepções subsocializadas, mas subentendido no caso das supersocializadas. Neste caso:

> [...] os padrões comportamentais são interiorizados e, portanto, as relações sociais existentes exercem efeitos apenas periféricos sobre os comportamentos. O fato de as regras interiorizadas de comportamento serem sociais em sua origem não diferencia decisivamente esse argumento da posição utilitarista, no qual a origem das funções de utilidade é deixada em aberto, abrindo espaço para um comportamento orientado inteiramente por normas e valores consensualmente determinados... Portanto, as soluções sub- e supersocializada para o problema da ordem convergem assim no fato de isolarem os atores do seu contexto social mais imediato” (GRANOVETTER, 2007).

Deve-se evitar, para o autor, durante uma investigação, essa atomização implícita, visto que os atores se comportam e tomam decisões num determinado contexto social. Afinal, tais ações estão “imersas em sistemas contínuos de relações sociais.” (Ibid.). Granovetter sugere que, na perspectiva de imersão, devem ser observadas as causas próximas, visto que “as questões mais amplas não podem ser satisfatoriamente abordadas sem uma compreensão mais detalhada dos mecanismos pelos quais as mudanças gerais tem seus efeitos.” Para ele, um dos mecanismos mais importantes e menos analisados é o impacto dessas mudanças nas relações sociais em que a vida econômica está imersa.

O autor (Granovetter, op. cit., passim) avança na questão do enraizamento, afirmando que *não existe* um mercado onde os agentes nunca se encontram e que “as transações de todos os tipos são associadas às conexões sociais [...].” Salienta que as relações de negócios se misturam com as sociais, formando redes ou estruturas de relações interpessoais fora do âmbito da empresa. Esta percepção, segue, ajuda a evitar as visões extremadas “sub e supersocializada da ação humana.” Para ele, “todos os processos de mercado são passíveis de análise sociológica e [...] essas análises revelam elementos centrais e não periféricos desses processos.” Em síntese, tão importante quanto analisar as metas econômicas dos atores para aferir a racionalidade de seus atos, é levar também em consideração critérios de “sociabilidade, aprovação, *status* e poder.”

Seguindo nesta linha, Beckert (2007) afirma que os mercados são arenas de interação social nas quais os atores se confrontam com problemas de coordenação, dado que a organização econômica também está baseada na redistribuição e reciprocidade. Assim, os mercados só podem ser entendidos a partir da análise dos problemas de

coordenação e das condições para a sua resolução, divididos em: problemas de valor, concorrência e cooperação.

A determinação de um valor, em específico, é um problema chave para entender conflitos que se acirram a cada reordenamento de território. Os atores de um determinado território possuem diferentes interesses e, portanto, atribuem valores socioculturais diferentes a terra, e aos seus bens e serviços.

Por exemplo, mesmo que um bem como a terra não pertença legalmente às comunidades locais na Ilha Grande, ou seja, alguém não tenha pagado pelo espaço que ocupa um valor monetário, este espaço ocupado de forma mansa e pacífica, conforma sua identidade, o que atribui um valor subjetivo a terra, quase impossível de ser expresso em dinheiro ou mesmo que esse espaço seja pensado como uma mercadoria. Como atribuir valor a mercadorias, como as terras, se elas podem não ser compreendidas como tal? Polanyi (op. cit., p.94), por exemplo, afirma que a terra não é uma mercadoria, na medida em que "[...] a Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem" para a venda a não ser no âmbito da ficção. Para o autor:

> "[...] Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade" (POLANYI, op. cit., p.94).

Beckert (2007, p.16) indica como entender os processos de classificação e mensuração nos quais atores atribuem valor aos bens e serviços: os "processos sociais subjacentes à constituição de valor tornam-se totalmente visíveis se nos voltarmos para um mercado onde as normas objetivas de avaliação da qualidade não desempenham qualquer papel." Aponta como exemplo o mercado para a arte contemporânea, onde os atores envolvidos não teriam recursos para padronizar objetivamente o produto. "Neste mercado, as avaliações de valor são estabelecidos em processos interativos de reconhecimento dentro do seu próprio campo." Isto ocorre porque a valorização de certas categorias de bens é social e culturalmente situada.

A causa pode ser a uma orientação normativa, como, por exemplo, os efeitos das restrições religiosas sobre um determinado produto; um ponto de referência cognitiva, como é o caso da observação das baleias; a manutenção da vida humana na Terra, ao se pagar por serviços ambientais; ou simbolizar o posicionamento social a partir da aquisição de um bem. Nestas categorias se incluem a preferência pelo turismo de base comunitária; por adquirir produtos de origem agroecologia, de movimentos soais, sustentável, onde o preço não é o único, e talvez nem mesmo, o principal determinante da transação.

3 | A ATIVIDADE (IN) SUSTENTÁVEL DO TURISMO ESPECIALIZADO NO

SANTUÁRIO ECOLÓGICO DA ILHA GRANDE: A QUEM PERTENCE O PARAÍSO?

A Ilha Grande é a terceira maior ilha do Brasil e está localizada no município de Angra dos Reis, no sul do estado do Rio de Janeiro. Mais especificamente situa-se na Região Hidrográfica da Baía de Ilha Grande e é conhecida como parte da Costa Verde. Com seus 193km² de praias, é considerado por muitos um santuário ecológico. Além das praias, possui cachoeiras, montanhas e uma vasta vegetação de Mata Atlântica.

Conforme se verifica em Almeida (2011, p.9), a história moderna da Ilha Grande se confunde com a própria história econômica do Brasil, não obstante estudos arqueológicos mostrarem a existência de populações autóctones. Em função de sua riqueza natural, a Ilha Grande é protegida por lei desde 1971. Naquela data foi criado o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), uma Unidade de Proteção Integral (UPI). Atualmente, a Ilha Grande pertencente à Área de Proteção Ambiental dos Tamoios (APA dos Tamoios) e está dividida em três áreas mais específicas, com o objetivo de manter a preservação e proteção as espécies de fauna e flora, em especial as ameaçadas de extinção: o PEIG; o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (PEMA) e a Reserva Biológica da Praia do Sul (RBPS). Segundo Almeida ainda (op. cit., p.5), em 2007 a Ilha Grande já tinha "um total de 87% de área preservada por legislação específica, sendo também parte integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação".

A desativação das últimas instalações carcerárias, em 1993, e sua posterior implosão, segundo o entendimento local, intensificou a transformação da Ilha Grande num importante pólo turístico. O fato é que hoje essa atividade se especializou e assumiu a base da economia local, atraindo cerca de 120 mil visitantes por ano (ECOMUSEU..., 2016). Como consequência, a permanência, modo de vida e a cultura de moradores antigos vêm sendo restringidas, dada a necessidade de intervenção dos órgãos ambientais. A intensificação do turismo na Ilha tem suscitado resistência por parte de diferentes atores locais e gerado uma disputa pelo uso e acesso ao território.

> Apesar de haver uma intensa atividade construtiva em toda a Ilha, os interesses econômicos mais pesados, que visavam a implantação de empreendimentos de grande porte, têm sido coibidos. Vários locais na Ilha foram disputados para a construção de gigantescos complexos turísticos. Um deles foi a praia de Lopes Mendes; outro, um enorme trecho ligando a Praia da Longa à Praia do Sul, em que hoje se encontra a Reserva Biológica da Praia do Sul; e a outro, a localidade de Freguesia de Santana, na qual se pretendia construir um condomínio de grandes proporções; além daquele na localidade de Dois Rios, onde era o presídio [...]. Todos esses empreendimentos e ainda alguns de menor porte têm sido impedidos pela disputa de forças políticas, em que o ambientalismo tem conseguido restringir alguns interesses econômicos na Ilha (FERREIRA, 2010, p.152).

Não são poucos os impactos que a atividade do turismo vem causando na ilha. Na Vila do Abraão, prédios antigos - inclusive fábricas de sardinha que estavam submersas

às atividades dos moradores antigos - foram transformados em pousadas ou adaptados para atender ao novo eixo econômico, o turismo. Prado (2003) observou o sentimento de “invasão” por parte dos moradores locais, causado tanto pelo turismo como pela especulação imobiliária e toda infraestrutura necessária ao exercício da atividade.

4 I O CONFLITO TERRITORIAL ENTRE PODER PÚBLICO, EMPRESÁRIOS E ANTIGOS MORADORES DA ILHA GRANDE

A partir das observações e entrevistas de Prado (2003) aos diferentes atores locais, o autor escreveu:

> Paira no ar um medo de que o Abraão[3] vá *virar uma Angra* (Angra dos Reis, a cidade sede do município, tida como o exemplo de uma urbanização a mais precária e desorganizada) e de que as demais praias vão *virar o Abraão*, que ninguém quer ser, com tal afluxo de gente, com as mudanças que descaracterizam. Diz-se que o número de pousadas era de meia dúzia há apenas alguns anos e que agora está em torno de oitenta, e sempre mais algumas podem ser vistas em construção (PRADO, 2003, p.4).

Esse sentimento de invasão suscita algumas perguntas, algumas retóricas: a quem é permitido usufruir desse paraíso afinal? A natureza deve permanecer intocada? Ou usufruída por poucos privilegiados que adquirem propriedades, como bem observa Karl Polanyi, como uma mercadoria qualquer? É legítimo impedir, seja com correntes, com muros, com animais ferozes ou seguranças intimidadores, o acesso à população, local ou não, a determinadas praias que são, por lei, livre ao público? O sistema de preços, defendido por economistas como uma poderosa ferramenta de alocação de recursos, provoca ainda uma elevada carga de exclusão social devido aos altos preços das instalações, alimentos e serviços prestados ao turismo. Controlar a entrada de visitantes, por meio da elevação do preço das tarifas das barcas, é também uma forma de exclusão social. Sobretudo se pensarmos no limitado aparelhamento da fiscalização controlar a entrada das pequenas embarcações que chegam à Ilha, dos que *podem* pagar ainda mais caro ou as possuem. Para a interpretação da disputa pelo espaço no território, parte-se do pressuposto de que a Ilha Grande corresponde a um território no sentido definido por Haesbaert (2010, p. 166), onde o espaço é uma dimensão da sociedade. De acordo com a teoria crítica frankfurtiana, o homem precisa ser entendido em seu meio social e por meio dele. Ele é resultado de suas relações sociais com outros homens, em seu meio e segundo as organizações internas. Para Tenório (2000, p. 37), “as leis objetivas do movimento da sociedade são a essência que determina o destino do indivíduo”. Isto posto, percebe-se no território um em espaço favorável para o exercício da cidadania dos antigos moradores, e sua interação com os demais atores e instituições envolvidos na redefinição do território da Ilha. Todos os atores devem, para isso, agir reflexiva e conscientemente, ao fazer uso da razão emancipadora (TENÓRIO, 2002, p.46).

---

3 Segundo Prado (2003) a Vila do Abraão é considerada a porta de entrada da ilha, a “Capital”.

Haesbaert (2004, p.76-80), considera possível trabalhar no território de forma articulada, e entender o espaço como um híbrido, integrando sociedade e natureza; política, economia e cultura. Na abordagem relacional de território, segundo o autor (2004, p.80) “o espaço é visto completamente inserido dentro das relações social-históricas”, em consonância com a proposta de *embeddedness* de Granovetter. Neste espaço, o território é compreendido como um local onde é possível priorizar tanto as investigações do caráter político, como as relações de poder envolvidas nas disputas territoriais. *Raffestin* (1993) relata como se manifestam tais relações:

> Por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. [...] O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação, quando, na relação que se estabelece os dois pólos fazem face a um outro ou se confrontam (RAFFESTIN, 1993, p.52-3).

Como já salientado, a disputa do territorial na Ilha Grande aumentou a partir do crescimento das atividades econômicas do turismo, bem como as políticas de ordenamento que tais atividades demandam, seja para sua expansão ou contensão. Prado (op. cit.) destacou, em seu estudo, que alguns atores atuantes na Ilha Grande tinham um propósito em comum: o de *salvar a Ilha*. Por outro lado, segundo a autora, moradores, frequentadores, ONGs ambientalistas, e órgãos públicos ambientais divergem quando se busca responder a três perguntas: “salvar por quê, para quê, para quem.” Segundo Ferreira (2010), a territorialização da Ilha está em permanente construção por diversificados movimentos. Conforme salienta a autora:

> Em todas as leis, o que se discute é a preservação ou a conservação de elementos que configuram um determinado território, a partir de ideias que se outorgam com a legitimidade científica. Ao mesmo tempo, populações locais, empresários, militantes de ONG’s, funcionários públicos, entre outros atores, disputam o uso e a legitimidade de outras formas territoriais, a partir de seus costumes e interesses, que também são dinâmicos, se influenciando mutuamente e se colocando em um processo permanente de mudança (FERREIRA, op. cit., p.136).

Ferreira (op. cit.) também avaliou que as relações entre os órgãos ambientais e as populações locais na Ilha Grande são problemáticas ao longo do tempo. Ela destaca, em especial, a dificuldade dos órgãos ambientais e legisladores de assimilarem como as comunidades se relacionam com o meio ambiente. Os órgãos não incorporam em suas propostas o fato dos mecanismos de sobrevivência das comunidades estarem *embedded* em seu modo de vida na ilha. Além disso, o poder público e outras instituições estariam usando de violência simbólica, seja por meio de estruturas e mecanismos específicos, seja subjetivamente, sob a forma de estruturas mentais, nos esquemas de percepção e de pensamento.

Prado (op. cit.) também observou que os moradores da Ilha Grande sofrem

intervenções do poder público, pesquisadores e ambientalistas. Intervenções essas ancoradas em verdades, muitas vezes arbitrárias, mas que, segundo o pensamento de Bourdieu (2006), se ditas com autoridade, pública e oficialmente, dado o poder simbólico dessas instituições, passam a existir. Mesmo a ciência, que busca propor critérios o mais próximo possível da verdade para gerir o território da Ilha Grande, na perspectiva bourdiana não parece levar em consideração as raízes históricas:

> Apenas se limita a registrar um estado da luta de classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor (BOURDIEU, op. cit., p.114-5).

O Poder público decidiu, ao longo do tempo, sobre o ordenamento do território da Ilha Grande. Fazendo uma analogia com as *populações tradicionais*, as quais são, com frequência, afetadas por terem seus territórios transformados em unidades de conservação, Prado (2003), salienta o inescapável conflito de visões e interesses entre estas e o Poder Público que cobra o cumprimento da legislação. Gama et al. (2010), sintetizou a intervenção política no território:

> A política ambiental implementada na Ilha Grande promoveu a sobreposição de UCs, o que implicou numa sobreposição de poderes que juntos são responsáveis pela complexidade das relações entre seus atores sociais. A necessidade de proteção da ilha foi influenciada pelo contexto nacional, num período em que a política ambiental brasileira fomentava as bases para responder aos problemas ambientais que emergiam no país. Após a criação em 1981 da PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente brasileira, as unidades de conservação se proliferaram pelo país e, consequentemente, na ilha. A partir da implantação e demarcação (mesmo que no papel) arbitrárias das unidades de conservação, altera-se o cotidiano da população local, com restrições que são postas e não entendidas, e nem sempre acatadas ou cumpridas: não se pode cortar árvores, não se pode ter mais um roçado, não se pode criar galinha, não se pode ter nenhuma atividade industrial, etc. Há de se considerar que, nas áreas de proteção mais restritiva, não é permitido a permanência de população (GAMA et al., op. cit., sem paginação).

A legislação ambiental brasileira tem como pano de fundo a proteção do patrimônio natural. Segundo Ferreira (op. cit., p.42), a concepção de patrimônio natural está fortemente inserida no discurso ambientalista. Tal patrimônio refletiria o espetáculo monumental da natureza. Por isso deveria permanecer intocável e inabitada por humanos. Visão esta que teria inspirado boa parte das leis de proteção ambiental no Brasil, em detrimento do patrimônio cultural, onde se valoriza tradições, costumes e lembranças coletivas. Para piorar, a partir ECO 92, que foi o berço das noções de patrimônio genético, químico e o patrimônio intangível, surgiu a bioeconomia. Tal patrimônio transformou-se em legado, os recursos naturais. Como consequência, segue a autora, consolidou-se a percepção de que a conservação da natureza, dos recursos de fauna e flora, do patrimônio genético,

dependia também da conservação da cultura das populações tradicionais, que passaria, a partir daí, a ser considerada também como patrimônio, enquanto essas populações seriam transformadas em “meras guardiãs desse saber-recurso”. Contudo, os saberes das populações “tradicionais”, não são para elas patrimônio, mas “conhecimento sobre os ciclos e elementos da natureza”. Os conhecimentos tradicionais ligados à biodiversidade, de acordo com Santilli:

> Vão desde técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies e as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais (SANTILLI, 2005, p.133):.

Para entender as motivações dos atores envolvidos no conflito territorial, utiliza-se a perspectiva de Martínez Alier (2012, p.24-39). O autor analisa o ambientalismo e sua resposta ao crescimento econômico com sua lógica (i)racional de explorar a natureza. Ele define como três as correntes de pensamento do movimento ambientalista: *o culto ao silvestre*, *o evangelho da ecoeficiência* e o *ecologismo dos pobres*. A primeira delas não se coloca contra o crescimento econômico, mas cultua a natureza intocada, visando “preservar e manter o resta dos espaços da natureza original, situados fora da influência do mercado”, seja por motivos estéticos ou utilitários, ligados a alimentos e saúde. Dito isto, esta corrente propõe “manter as reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana.” Esta parece ser a inspiração para o Poder Público, especialmente no que tange à legislação. Pode-se permitir o crescimento econômico predador na Ilha Grande, desde que uma parte de sua fauna e flora permaneça intacta.

A segunda corrente, *o evangelho da ecoeficiência*, segundo o autor acima, “está direcionada aos impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes das atividades industriais, da urbanização e também da agricultura moderna.” Sua discussão, portanto, avança para além da esfera da natureza original e faz uso de termos como: desenvolvimento sustentável, modernização ecológica e uso racional dos recursos. Aqui, a natureza passa a ser vista como recurso natural, capital natural e serviço ambiental e o ambientalismo/ecologia seria uma “ciência gerencial para limpar ou remediar a degradação causada pela industrialização”, em nome da ecoeficiência, que vincula o interesse do capital empresarial ao desenvolvimento sustentável. Neste caso, toda a área da ilha deveria ser liberada para exploração econômica pois o desenvolvimento sustentável garantiria sua preservação. Já o *ecologismo dos pobres* ou *movimento de justiça ambiental* destaca os conflitos ambientais, em qualquer escala, causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social.

> O eixo principal desta terceira corrente não é uma reverência sagrada à natureza, mas antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada

> com os direitos com as demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje (MARTÍNEZ ALIER, 2012, p.24-39).

Esta corrente estaria mais alinhada aos anseios da população local, que cada vez mais vem perdendo, seja para o capitalismo, seja para o ambientalismo, seu território identitário. O que se percebe na Ilha é a ocorrência de um híbrido dentre a primeira e a segunda corrente. O valor considerado pelos empresários tem inclinação econômica neoclássica, o da terra-mercadoria enquanto recurso ao qual deve ser dado destino eficiente, estimulado pela possibilidade de acumulação de capital advindas dos megaempreendimentos do turismo e das demais atividades daí decorrentes. Pouco ou nenhuma importância tem sido dada ao valor subjetivo socialmente situado, do território, antes ocupado pelas comunidades. Nem mesmo fomenta-se a exploração sustentável do território considerando o ser e saber fazer dessas comunidades, a fim de proporcionar-lhes uma vida digna.

Muniz e Sant'Ana Jr. (2009, p.269) salienta que o desenvolvimento sustentável mantém, desde o Relatório de Brundtland "a ideia de crescer sem destruir o meio ambiente e esgotar os recursos naturais." Esse desenvolvimento deveria suprir as necessidades atuais da população, "sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações." Proposta esta mais alinhada à segunda corrente de Martínez Alier e aos interesses econômicos ligados ao turismo na Ilha Grande. Os autores (op. cit.) consideram essa meta inalcançável sem que ocorram mudanças tanto na estrutura de produção e no comportamento de consumo, pois exigiriam uma nova ética do comportamento humano. Contudo parece desconsideram situações em que a vida econômica está enraizada na vida social.

Algumas correntes consideram necessário perceber a desterritorialização das populações locais a partir do socioambientalismo, surgido no Brasil a partir da união de interesses dos movimentos sociais e ambientalistas, na segunda metade da década de 1980. Conforme salienta Santilli:

> O socioambientalismo nasceu, portanto, baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais (SANTILLI, 2005, p.15).

O processo teve início como os seringueiros e castanheiros da Amazônia e depois se expandiu para Santa Catarina, Maranhão e Tocantins, abrangendo, respectivamente, coletores de berbigão, babaçueiras e quilombolas. Há, no elenco de características desses povos, mais uma que se deseja destacar, considerando a clara presença de sujeitos políticos capazes de constituir pactos:

> É o fato de que de que tiveram pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesses em manter ou em

> recuperar o controle sobre o território que exploram. Mas acima de tudo, estão dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais (CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2001).

5 I O CONTROLE SOCIAL FRENTE AO DESENRAIZAMENTO DA VIDA ECONÔMICA E SOCIAL DOS MORADORES ANTIGOS DA ILHA GRANDE

Resta claro que a desterritorialização das comunidades locais na Ilha Grande as impede de reproduzir seu modo de vida em seu território, seu "espaço de referência para a construção de suas identidades" (HASBAERT: 2004, p.35), desenraizando-as; interrompendo o ciclo de transmissão de cultura e conhecimentos tradicionais, que já foram e ainda são, como se sabe, fonte de saber para a produção de medicamentos hoje comercializados em farmácias; portanto, destruindo sua fonte autárquica de alimentos e ervas medicinais. Retiram-lhes a territorialidade nos ambientes que até hoje conservavam. Terras, que antes faziam parte de seu quintal, transformam-se agora em patrimônio intocável, mediante a nova definição de fronteira. Citando Bourdieu (1989, p.116), por meio de um discurso *performativo*, que busca legitimar a redefinição das fronteiras "e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada - e, como tal, desconhecida - contra a definição dominante, portanto reconhecida e legítima, que a ignora." De acordo com Ferreira (2010):

> [...] uma roça pode ser considerada, para os nativos da Ilha, um patrimônio, e as proibições legais a elas impostas significariam, então, uma desterritorialização. A história da Ilha é marcada por constantes desterritorializações e reterritorializações, na medida em que os usos do espaço, por força da abordagem de novas apreensões ideológico/práticas do lugar, foram recebendo novas e maiores regulações e normatizações. (FERREIRA, op. cit,, p.116)

O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) *Aventureiro* é emblemático. Segundo FERREIRA (op. cit.), houve um rompimento na dinâmica tradicional das roças com a criação reserva biológica. O sistema de plantio caiçara, por exemplo, passou a ser incompatível com a nova legislação ambiental, e teve que ser adaptado. Consequentemente, já não representava mais "uma fonte significativa de sustento da comunidade." Para citar mais um exemplo da autora, a proibição da passagem pelas praias do Leste e do Sul, caminho que liga o Aventureiro à Parnaioca, afetou mais uma vez os moradores antigos. A área foi considerada importante para a reprodução de algumas espécies. Por outro lado, há, segundo a autora, uma forte ligação entre as populações dessas praias, "ao ponto do povo do Aventureiro usar o cemitério da Parnaioca como seu."

Além dos conflitos com os ambientalistas, e não obstante alguns interesses econômicos em comum, as disputas territoriais dos moradores antigos também se dão com os grandes proprietários de terras e/ou empresários do turismo. Mas, mesmo excluídos

do poder, os moradores antigos possuem para Prado (op. cit.), alguma capacidade de resistência, embora haja um desequilíbrio de poder entre estes e os empresários do turismo.

> Essa situação pode ser vista como um caso de estabelecidos e outsiders no sentido em que Elias & Scotson (2000)[4] registraram no seu trabalho, sendo que, no Abraão, ao contrário do caso analisado por esses autores, de um modo geral, os "estabelecidos" - que têm um diferencial de poder a seu favor - são os que vieram de fora, os que chegaram recentemente e se instalaram como empresários do turismo; enquanto que os "outsiders" - os excluídos do poder - são os nativos/moradores antigos, que se tornaram empregados do turismo. Mas, ao que parece, os "nativos" do Abraão reagem com um outro poder - com fortes repercussões simbólicas e práticas - que é o de se manterem impermeáveis ou resistentes às tentativas "civilizatórias" dos "de fora" (PRADO, 2003, p.6).

Aos poucos avança na Ilha Grande a ideologia observada por Sevá (2012): os empresários capitalistas representariam o interesse coletivo, ao proporcionar progresso e emprego. Assim, em nome desse bem comum, os efeitos colaterais de seus atos, em especial nas áreas não legalmente protegidas, deveriam ser perdoados.

De um lado, os órgãos ambientais e adeptos, têm ao seu lado a força da lei de Estado, enquanto os empresários possuem o poder do capital. Já os antigos moradores da Ilha Grande contam com sua capacidade de organização, gestão e controle no território. A partir do diálogo com os atores locais é possível entender as demandas da totalidade. Para isso, os cidadãos, nos territórios, devem fazer parte da arena política, defendendo seus interesses. Como salienta Tenório (2008, p.14), "o cidadão é o sujeito privilegiado de vocalização daquilo que interessa à sociedade".

Se é na sociedade civil que se institucionalizam os discursos já formados de interesse público, Cançado et al. (2013) argumentam que a sociedade contemporânea pode se emancipar do Estado e do Mercado, estabelecendo uma ruptura na forma de administrar a própria sociedade e seus recursos, por meio da Gestão Social. Este paradigma teórico-social se desenvolveu a partir dos trabalhos de Jürgem Habermas, e a contribuição teórico-metodológica de Fernando Guilherme Tenório, em especial no que concerne à *cidadania deliberativa* e à *gestão social*. De acordo com Tenório, a *gestão*, para ser *social*, prescinde do consenso obtido a partir da ação racional comunicativa e dialógico, onde "a verdade só existe se todos os participantes da ação social admitem sua validade, isto é, verdade é a promessa do consenso racional." (TENÓRIO, 2008, p.27).

Sob os preceitos da Gestão Social, o Estado não se deve tratar os problemas socioeconômicos e ambientais de forma isolada, mas juntamente com a comunidade por meio das associações representativas dos cidadãos. Cançado et al. (2013, p.103) afirmam que a Gestão Social promove uma:

4 ELIAS, Norbert ; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahaar Editor, 2000.

> Ação gerencial dialógica voltada para o interesse público não estatal e para realização do bem comum [...] se situa em uma estrutura intermediária que faz a medição entre o sistema político de um lado e os setores privados do mundo da vida e dos sistemas de ação especializados em termos de funções de outro lado.

A prática da gestão social depende do exercício de uma cidadania deliberativa, condicionada ao agir comunicativo, e orientada pelos seguintes princípios: inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum. (TENÓRIO, 2008, p.161). A cidadania deliberativa é, segundo Tenório (2012, p. 28-9)

> Aquela prática cidadã não apenas manifestada através de votações periódicas, [...], os cidadãos - por meio de movimentos sociais, associações de bairro, sindicatos de trabalhadores ou patronais, instituições religiosas e outras agremiações da sociedade civil - poderiam participar dos processos deliberativos no que diz respeito à implantação de políticas públicas.

Villela e Medeiros (2016) salientam a importância da participação deliberativa em espaços públicos de discussão. Nesses espaços são definidas ações e decididas as alocações e distribuições de recursos públicos. Segundo Villela (2013) deve haver articulação por parte dos cidadãos em coletividade, mediante a abertura dos espaços de decisão, para que, mediante consenso, interesses dos diferentes atores envolvidos sejam atendidos. O autor salienta também que o processo de discussão deve ser negociado na esfera pública, e sustentado na igualdade de direitos e no pluralismo, garantindo a multiplicidade de atores democraticamente representados no processo de tomada de decisão. Diante do exposto acima, sugere-se, assim, a implantação da gestão social na Ilha Grande como um método promissor para mediação de conflitos.

6 I CONCLUSÃO

Os moradores antigos da Ilha Grande estão sendo pressionados tanto pelos empresários quanto pelos órgãos públicos ambientais amparados na legislação. É verdade que estes moradores também, em alguma medida, se valem das atividades do turismo para obter renda. Mas também é verdade que não ignoram a degradação ambiental que a *invasão* de turistas e a especulação imobiliária podem causar. Isto torna a relação tensa, pois precisam proteger seu território. Para isso, buscam apoio nos órgãos ambientalistas, públicos ou não, cujas ideologias demonstram estar próximas à corrente do *culto ao silvestre*. Como consequência, acabam perdendo a autonomia para exercer sua territorialidade.

Mais do que patrimônio genético, ou estoque de recursos, todo o espaço da ilha grande significa o quintal, fonte de alimentos e farmácia dos moradores antigos. A partir da análise proposta, considera-se que legisladores e órgãos ambientalistas deveriam, ao invés de afastá-los, contar com eles, assumindo que sua vida econômica está enraizada na vida social. A destruição do seu território significa da destruição do seu modo de vida.

A implantação da gestão social na Ilha Grande, empoderaria esses moradores, estimularia seu sentimento protetor da Ilha Grande, garantindo o natural controle social sobre a expansão das atividades do turismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. R. de; LIMA, R. G. Ecomuseu Ilha Grande: ecologia de saberes. In: Congreso Iberoamericano de Extensión Universitaria, 11, 2011, Santa Fé, Argentina. **Anais**... Santa Fé: UNL, 2011. Disponível em: <http://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/museos/completo/ecomuseu-ilha-grande-ecologi.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

BECKERT, J. **The social order of markets**. Cologne: MPIfG Discussion Paper, 2007.

BLOCK, F. **Postindustrial possibilities: a critique of economic discourse**. Berkeley: University of California Press, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Bourdieu, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: ______. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Betrand, 2006. P. 107-132.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2013.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. W. B. de. Populações indígenas, povos tradicionais e preservação na Amazônia. In: CAPOBIANCO, P. R. et al (Orgs.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.** São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001, pp. 184-193.

ECOMUSEU da Ilha Grande. **Apresentação.** Disponível em: <http://www.decult.uerj.br/decult_ecomuseu_ilha_grande.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

FERREIRA, H.C.H. **A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande**, Tese de Doutorado, CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

GAMA, S. V. G. da; DUTRA, F. F. AMORIM, N. M. O papel dos atores sociais na formulação de novas políticas publicas ambientais no distrito de Ilha Grande (Angra dos Reis, Rio de Janeiro - Brasil). In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11, 2010, Buenos Aires. **Anais**... Buenos Aires: UBA, 2010. Disponível em: <http://www.filo. uba.ar /contenidos/ investigacion/ institutos /geo/geocritica2010/ 428.htm>. Acesso em: 05 jan. 2016.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura Social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**, v.6, n.1, jan./jun., 2007.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender a desterritorialização. In: **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_______________ . Região numa "constelação de conceitos": espaço, território e região. In: ______. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 157-179.

MARTINEZ ALIER, J. Correntes do ecologismo. In: ______. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 21-39.

MUNIZ, L. M., SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: SANT'ANA JÚNIOR, H. A., PEREIRA, M. J. F., ALVES, E. J. P., PEREIRA, C. R. A. (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim**. São Luís: Edufma, 2009. p. 255-276.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO, R. M. Tensão no Paraíso: Aspectos da Intensificação do Turismo na Ilha Grande. **Caderno Virtual de Turismo**, v.3, n.1, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. Sao Paulo: Ática, 1993.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SEVÁ. O. **Territórios-resistência do povo e regiões-alvo do capital: Notas sobre a espoliação e a luta politica**. Reunião Brasileira de Antropologia. 28, 2012, São Paulo: ABA, 2012. Disponível em: <http://www.ifch. unicamp.br /profseva/ SEVA_ 28ABA_ Territorios _resistencia_29maio2012.pdf>

TENÓRIO, F. G. **Flexibilização organizacional: mito ou realidade**? Rio de Janeiro: FGV, 2000.

____________. **Tem razão a administração? Ensaios de teoria organizacional e gestão social**. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

____________. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do Mercado: ensaios de gestão social**. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2008.

VILLELA, L. E. Redes, desenvolvimento e gestão social em Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Estado do Rio de Janeiro. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, v. 2, p. 101-236.

___________; MEDEIROS, A. Dinâmica política dos atores sociais. In: TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S. (Orgs.). **Gestão social e conselhos gestores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016, v. 3, p. 91-118.

VINHA, V. da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. **Econômica**, v.3, n.2, dez., 2001 (impressa em set. 2003).

CAPÍTULO 6

TENDÊNCIAS RECENTES DOS ESTUDOS DE CIDADES MÉDIAS NO BRASIL: METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO NA MICRORREGIÃO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, CONGONHAS-MINAS GERAIS

Data de aceite: 01/10/2020

Mariza Ferreira da Silva
Universidade Federal do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO)
Curitiba-PR, Brasil
http://lattes.cnpq.br/8457868939198621

Esse artigo foi aprovado e apresentado no II CIGU – Congreso Internacional de Geografía Urbana: *"Ciudades bajo presión. Periferias como opción*", na mesa temática: *Dinámicas Sociodemográficas y territoriales,* em setembro de 2017. Encontra-se publicado, originalmente, nos Anais do referido congresso, realizado em Luján – Província de Buenos Aires, Argentina/2017. Foi publicado também, *in Brazilian Journal of Development.* DOI: 10.34117/bjdv5n7-170, em 2019.

RESUMO : O trabalho, resultado de pesquisas de mestrado com desdobramentos teórico-metodológicos que deu origem ao livro Congonhas: centro urbano emergente no colar perimetropolitano de Belo Horizonte-MG, publicado em 2014, apresenta a síntese fundamentada em revisão bibliográfica sobre as tendências recentes de estudos sobre cidades médias e a pesquisa exploratória da microrregião de Conselheiro Lafaiete, localizada na mesorregião de Belo Horizonte, capital do Estado Minas Gerais. A metodología analítico-reflexiva, buscou compreender o papel de agentes econômicos, políticos e sociais no processo de reestruturação urbana e regional, que participam das alterações socioespaciais pelas quais passam as cidades médias mineiras e o fenômeno de crescimento dessas cidades, particularmente o processo de metropolização do espaço nas periferias urbanas de Belo Horizonte. Possibiltou, ainda, verificar que a investigação sobre cidades e suas relações com os sistemas urbanos tem ampla tradição na geografia, assim como estes sistemas têm com os processos de desenvolvimento regional, com as atividades econômicas, com os aspectos demográficos e com as intervenções políticas. A aplicação do conceito de escala de urbanização permitiu analisar e explicar os processos espaciais que têm caracterizado o crescimento urbano-industrial e a construção de um entendimento sobre cidade média, como rol dinamizador na rede urbana entre a metrópole e as cidades de pequeno porte, no contexto regional. O trabalho conseguiu superar a exclusividade de parâmetros quantitativos, para além de uma classificação ou status da cidade do ponto de vista funcional. Permitiu incorporar outros elementos nas abordagens sobre esse nível de cidade (fluxos de pessoas, mercadorias, decisões políticas e investimentos, que por eles se materializam) e o papel das cidades médias na descentralização/desconcentração econômica e populacional na região metropolitana.

PALAVRAS - CHAVE: Cidades Médias; Geografia Urbana; Congonhas-MG; Metropolização; Periurbanização.

RECENT TRENDS OF STUDIES OF MEDIUM CITIES IN BRAZIL: METROPOLIZATION OF SPACE IN THE MICRO REGION OF CONSELHEIRO LAFAIETE, CONGONHAS-MINAS GERAIS

ABSTRACT: The work, the result of master's research with theoretical-methodological developments that gave rise to the book Congonhas: an emerging urban center in the perimetropolitan collar of Belo Horizonte-MG, published in 2014, presents the synthesis based on a bibliographical review on the recent trends of studies on Medium-sized cities and the exploratory exploration of the Conselheiro Lafaiete micro-region, located in the mesoregion of Belo Horizonte, capital of the state of Minas Gerais. The analytical-reflexive methodology sought to understand the role of economic, political and social agents in the process of urban and regional restructuring, who participate in the socio-spatial changes through which the medium-sized cities of Minas Gerais and the phenomenon of growth of these cities, particularly the process of metropolization Of the space in the urban peripheries of Belo Horizonte. It also made it possible to verify that research on cities and their relationship with urban systems has a long tradition in geography, as these systems have with the processes of regional development, economic activities, demographic aspects and political interventions. The application of the concept of scale of urbanization allowed to analyze and explain the spatial processes that have characterized the urban-industrial growth and the construction of an understanding about the average city, as a dynamic role in the urban network between the metropolis and the small cities, in the Regional context. The work managed to overcome the exclusivity of quantitative parameters, beyond a classification or status of the city from the functional point of view. It allowed to incorporate other elements in the approaches on this level of city (flows of people, goods, political decisions and investments that materialize for them) and the role of the medium cities in the decentralization / economic and populational deconcentration in the metropolitan region.

KEYWORDS: Medium Cities; Urban Geography; Congonhas-MG; Metropolization; Periurbanization.

INTRODUÇÃO

Com estudos específicos sobre cidades médias em Minas Gerais, estado pioneiro nestes estudos, destacam-se os de Amorim Filho, no decorrer da década de 1970 até o ano vigente, em profícua produção, tanto na Universidade Federal de Minas Gerais quanto na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, orientando pesquisas. Sua tese de doutorado, defendida em Bordeaux III, em 1973, apresentou a primeira pesquisa sobre a cidade média: Formiga e seu papel regional em Minas Gerais.

De acordo com Amorim Filho (2002, 2007) o início da década de 1990 é considerado como um novo marco para o interesse e os estudos sobre o tema, ganhando novo impulso e manifestando um dinamismo impressionante, e, no início do século XXI, o número de pesquisas, publicações e eventos voltados para as cidades médias alcançou uma quantidade e uma intensidade tais que é praticamente impossível para qualquer pesquisador isolado acompanhar tudo que se faz nesse domínio.

O pesquisador geógrafo avalia, também, que nas últimas décadas, o interesse e as pesquisas sobre as cidades médias aumentou consideravelmente, não apenas em Minas Gerais e no Brasil, mas do mesmo modo, em outros estados brasileiros e em vários países do mundo, inclusive os países na América do Sul.

Uma grande parte dos estudos urbanos na América Latina e no Brasil se orienta para a análise das grandes cidades, particularmente as áreas metropolitanas. Só nas últimas décadas o estudo das chamadas cidades médias ou intermédias vem ganando importância, sobretudo porque se lhes atribui a capacidade de suportar o processo de urbanização crescente da população, sem afetar tanto a qualidade de vida pelo menos até o grau que isto ocorre nas metrópoles.

As cidades médias, intermédias, de porte médio ou "cidades medianas", constituem uma parte significativa da estrutura urbana nos sistemas Nacionais e regionais. Entretanto, um dos problemas que é enfrentado no estudo destas cidades, para alguns autores, parte de sua própria definição e a denominação é objeto de discussão como analisa Borsdorf (1986).

Para Aguilar (2002) a aplicação do conceito de escala de urbanização para explicar os processos espaciais que interferem no crescimento das cidades, tanto médias como cidades metropolitanas torna-se relevante na explicação do desenvolvimento de um conjunto de funções de alto nível, na metrópole, como resultado de um processo de formação de uma cidade difusa em uma aglomeração de caráter intermédio.

Especificamente em Minas gerais, os estudos de morfología urbana das cidades médias com a utilização do modelo geocartográfico de Amorim Filho (2005, 2007), as análises epistemológica e empírica do zoneamento urbano-funcional e os estudos de hierarquia urbana têm apresentado vários desdobramentos para os estudos das cidades em geral, incluindo estudos recentes que envolvem os conceitos de rede urbana, periurbanização, perimetropolização e conurbação em áreas metropolitanas, a exemplo do trabalho de Alfio Conti (2009), na análise e caracterização do espaço perimetropolitano de Belo Horizonte.

No Brasil, há uma diversidade temática sobre o estudo de cidades e vários são os procedimentos metodológicos e a pluralidade das abordagens de investigação envolvendo o estudo de cidades médias. Constata-se um conjunto de estudos relacionados com as características econômicas dessas cidades e suas relações com o sistema nacional, inserido na rede urbana mundial, fazendo alusões ao sistema capitalista e seus desdobramentos, principalmente no que diz respeito à Rede de Pesquisadores Sobre Cidades Médias (ReCiMe). É sabido que as formações socioespaciais brasileiras, estruturadas por ciclos econômicos (açúcar, ouro, café etc.) e as relações políticas e sociais desiguais, revelam-se em um país marcado por disparidades.

O aprofundamento de uma investigação fundamentada no enfoque econômico, segundo Spósito (2007), pode oferecer elementos consistentes à análise da entrada de novos atores econômicos, verificando em que medida eles estabelecem identidades entre

as cidades, já que o movimento de expansão do capitalismo contemporâneo tende a promover homogeneidades.

Essa constatação estimula o estudo e a análise do papel de diferentes atores que alteram, de forma diversa, as estruturações urbanas e regionais, tanto em termos das redes urbanas (espaços regionais), quanto interurbanos.

Vários são os trabalhos que têm se preocupado com a questão desigual da rede urbana brasileira. Por isso analisam a rede de cidades, de forma sistêmica, dentro dos sistemas territoriais. A esses, agregam-se os trabalhos que se referem aos aspectos de uso do solo e dos processos socioespaciais em cidades médias e os estudos sobre a rede urbana brasileira.

Do ponto de vista teórico-metodológico, percebem-se alguns autores na direção de pesquisas epistemológicas que tratam da reflexão conceitual e do estudo da cidade a partir do sistema urbano global, fundamentando suas ideias na análise da rede urbana local e global. Perspectivas geográficas, históricas, econômicas e políticas também são consideradas, tendo em vista a constituição desigual do sistema urbano brasileiro, os diferentes tipos de configurações territoriais e as desigualdades de ocupação.

Temas relacionados à reorganização territorial na periferia brasileira, à modernização do território, aos eixos de desenvolvimento e à logística industrial, às novas tecnologías da informação e da comunicação, aos deslocamentos urbanos, aos novos padrões espaciais e a sustentabilidade, as novas funções exercidas pelas cidades pequenas no entorno local e a dinâmica com a cidade média em nível regional, são abordados nos estudos mais gerais.

Os estudos nos campos agrários e a relação das cidades com o agronegocio, a morfología urbana, o espaço público, a reprodução econômica e os sujeitos sociais, assim como, as desigualdades e a inclusão/exclusão social têm sido temas igualmente contemplados nesses estudos.

Do ponto de vista temático, percebe-se a variedade desses estudos quase que na proporção de um tema para cada pesquisa, sendo que a maioria delas é fundamentada em coleta e análise de dados secundários de órgãos oficiais, reflexões analíticas e empíricas de cidades: estudos de casos de abordagem comparativa aliados a trabalhos de campo na escala intraurbana. Alguns pesquisadores focalizam, por meio de suas investigações, além das cidades médias, os espaços metropolitanos e perimetropolitanos, que têm papel cada vez mais importante no processo de crescimento/desenvolvimento das cidades e regiões brasileiras. Porém, percebe-se no Brasil, que são apenas incipientes os estudos que investigam os processos de constituição da "cidade difusa", tratando da "periurbanização da área metropolitana e da conurbação entre cidades médias próximas à metrópole".

OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho foi verificar a situação atual dos estudos sobre cidades médias, seus avanços conceituais e metodológicos. Como objetivo específico visou atualizar informações referentes ao processo de metropolização do espaço polarizado por Belo Horizonte, no contexto geográfico do colar perimetropolitano e na microrregião de Conselheiro Lafaiete, tendo em vista as novas urbanizações de Congonhas: centro urbano emergente, em transição avançada para cidade média. Congonhas encontra-se em processo de conurbação com Ouro Branco, também centro emergente e com a cidade-sede microrregional Conselheiro Lafaiete.

DESENVOLVIMENTO

Transformações, por meio da especialização industrial aplicada às regiões agrícolas, ocorrem recentemente nas cidades pequenas e em regiões onde o processo de modernização da agricultura encontra-se intenso, no caso brasileiro. Não se pode negar a relevância dos estudos agrários e sua relação com os estudos urbanos. Cabe, aquí, ressaltar a ideia de se fazer a reflexão sobre as relações entre rede urbana, formação espacial e processo de modernização da agricultura, inseridas como partes integrantes das relações cidade/região.

No Brasil, em meio à profusão de estudos urbanos metropolitanos e em Minas Gerais, torna-se relevante ressaltar o trabalho de Amorim Filho et al. (1982, 1999, 2007) que estuda e vem acompanhando as cidades médias de Minas Gerais, por mais de quarenta anos. O trabalho de Denise Elias, atuante no campo dos estudos agrários, no Brasil que analisa a relação dos espaços rurais agropecuários em espaços não metropolitanos, tendo como referência as novas funções exercidas pelas cidades identificadas por ela, como cidades do agronegocio também é uma referência. Para essa pesquisadora:

> No Brasil, a reestruturação produtiva da agropecuária tem promovido profundos impactos socioespaciais, quer no campo quer nas cidades. Isto explica em parte a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano, muito mais complexo, resultado da difusão da agricultura científica e do agronegocio globalizado, que têm poder de impor especializações produtivas ao território (ELIAS, 2007, p. 115).

Ao buscar referências no trabalho dessa pesquisadora, nota-se uma profunda relação na proposta de estudo da presente investigação, tendo em vista o estabelecimento de metodologías comparativas, tanto em relação à forma de exploração, com fortes impactos socioterritoriais, realizados pela industria científica sofisticada e modernizada do mundo globalizado, quanto em pequenas e médias cidades e nos grandes centros metropolitanos em difusão, no território perimetropoliano. Isso torna possível, pensar na relação intrínseca entre a área rural e a área urbana, no sentido de buscar fundamentos para compreender

o processo de produção e reprodução do espaço urbano, nas cidades antes, identificadas como pequenas, que se transformam gradativamente, em cidades do agronegocio. Essa é uma característica marcante do estado mineiro que, passando da fase agrícola para a fase industrial, é conhecido pelos grandes latifúndios, pelas culturas agrícolas temporárias ou permanentes e pelo cultivo de grãos no cerrado mineiro, em áreas que foram desgastadas pela mineração, onde foram fundados os arraiais coloniais. Muitos deles, considerados cidades históricas, cuja sede é caracterizada pelo centro histórico ainda preservado, mas detentoras de grande territorialidade com terras agricultáveis e de grande possibilidade para expansão urbano-industrial, em virtude das minas, ainda a serem exploradas.

Outro trabalho de relevância é o de Beatriz Soares (2007) que busca compreender as múltiplas relações entre as pequenas e médias cidades no cerrado mineiro e seu entorno regional composto de pequenas cidades. Ela afirma que estas só podem ser analisadas quando se considera o mundo rural. Essa pesquisadora faz uma análise sobre os impactos socioespaciais e suas relações nas redes urbanas locais e regionais, gerados pela instalação de grandes empreendimentos industriais e comerciais em pequenos e médios centros, modificando a configuração urbana, tendo em vista a incorporação de atividades agrícolas modernas, profissionais especializadas ou mesmo atividades turísticas (rurais, ecológicas e culturais), de abrangência internacional. A autora sugere que essas cidades, geradas no contexto do processo de globalização/mundialização, deveriam ser estudadas identificando as possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias, informações e valores, pois esses elementos intensificam as relações entre as cidades e suas regiões e, ao mesmo tempo, as tornam diferentes umas das outras. Nesse sentido, a renovação funcional com vocação urbana nos campos agrários ou zonas industriais, muitas vezes por imposição de centros de decisão nesses territórios revela na sofisticação do campo ou das áreas de reservas naturais com vocação industrial, grandes dinamismos econômicos, mas também fortes impactos socioespaciais em pequenas e médias cidades. Para entender o crescimento e desenvolvimento de cidades que tiveram origens no espaço rural, o significado de rurbanização[1] ou a expressão rurbana, poderiam ser utilizados como formas de abstrair o significado da reestruturação produtivo-científica da agropecuária nos campos agrários. Ao mesmo tempo, a reestruturação do território pelas extensões de disseminação urbana, nas áreas de exploração urbano-industrial, no caso de Minas Gerais, buscou, a partir da década de 1970, utilizar meios tecnológicos para melhorar e aproveitar grandes parcelas de terras desgastadas pela mineração e depois pelas pastagens, tornando-as agricultáveis e produtivas e atraindo populações para trabalharem nessas atividades. De acordo com as ideias expressas no texto de Bauer, G. e Roux, J.M. *La rurbanization ou la ville éparpillée* (1976), traduzido por Amorim Filho:

1 Foi usado um neologismo para qualificar este fenômeno d'imbricação dos espaços rurais e de zonas urbanizadas: a rurbanização. Casas individuais, loteamentos, "nouveaux villages", são as manifestações mais visíveis, da rurbanização, mas não seu único aspecto. A rurbanização, neste sentido, resulta da expansão e da disseminação das cidades no espaço em uma zona rural; em consequência, é rurbana, de acordo com a primeira definição, aproximativa e provisória.

> A interpenetração do espaço rural agrícola e do espaço urbano torna-se, então, à escala do planejador, um dado permanente do quadro de vida neste tipo de crescimento, não podendo evoluir para o padrão de manchas urbanas contínuas por simples razões quantitativas. A rurbanização, cria desse modo, uma ocupação particular do território, cujas consequências não podem ser todas confundidas com aquelas dos subúrbios tradicionais em "mancha de óleo" (BAUER; ROUX apud AMORIM FILHO, 1976).

Os autores sugerem também, razões qualitativas no espaço rural agrícola e no espaço urbano, cuja ocupação do território se manifesta de forma variada. Essas cidades não crescem mais somente por absorção progressiva da zona rural imediatamente contígua à aglomeração. Elas criam, em um raio vasto, extensões de disseminação urbana, que assumem uma parte crescente das novas construções. Para esse fenômeno de interpenetração dos espaços rurais e de zonas urbanizadas, cuja manifestação é de presença observável em casas individuais, loteamentos e novas casas, chama-se a atenção para a necessidade de inserir o fenômeno (rurbanização) nos debates sobre o planejamento urbano e regional.

Ressalta-se, ainda, a importância de entender causas e consequências do fenômeno, podendo haver diminuição da população da zona rural e aumento das/nas periferias da zona urbana, principalmente em relação às grandes metrópoles. Resultante da expansão e da disseminação das cidades no espaço, pode-se entender que a expressão "rurbana", como definição aproximativa e provisória, é considerada para uma zona rural, próxima de centros urbanos (recebendo construções residenciais tipológicas da cidade e apresentando migrações definitivas) proporção decrescente de agricultores e artesões rurais, forte transformação do mercado fundiário, construções de casas individuais nos municípios rurais a menos de meia hora da aglomeração pólo, sendo caracterizada pela subsistência de um espaço não urbanizado fortemente dominante.

Do ponto de vista quantitativo, a rurbanização é primeiramente, uma válvula de escape para um crescimento demográfico que não encontra lugar no centro das cidades por falta de espaço, tendo como opção o meio termo "rurbanizado": nem urbano, nem rural.

Para conseguir atingir melhores estratégias de planejamento das zonas urbanas, faz-se necessário estudar melhor o fenômeno da rurbanização e sua distinção na organização espacial, pois não é um subúrbio tradicional. Os subúrbios vão sendo constituídos em contigüidade com a cidade-mãe, como prolongamentos espaciais. Os habitantes dos bairros novos são considerados subcitadinos e esperam o preenchimento do espaço do entorno para se transformarem em citadinos.

No caso do rurbano, quando os prolongamentos periféricos habituais vêm se juntar aos povoados que estão em um raio de cerca de 15 a 20 Km da cidade central, existe neste espaço entre a cidade e o meio rural construções novas. Tem-se, então, uma situação de rurbanização específica. "A grande cidade parece cada dia mais, como o bairro central de uma aglomeração descontinua"(J. F. GRAVIER, 1972). Esse tipo de crescimento não evolui

para o padrão de manchas urbanas contínuas por razões quantitativas. A rurbanização cria uma ocupação particular do território, cujas conseqüências não podem ser confundidas com a forma em “mancha-de-óleo“, dos subúrbios tradicionais, deixando em dúvida se realmente essa é uma nova forma de extensão urbana.

É possível verificar, historicamente, cinco formas de extensão das cidades ao mesmo tempo, consecutivas e cumulativas, porém distintas:

- A primeira fase, denominada de aldeia situa-se no entroncamento das estradas mais importantes. O espaço de uma aldeia à outra, depende do tempo de deslocamento a pé. As aldeias originaram-se em meados do século XIX. A extensão da cidade se dava por aglutinação e quanto mais a cidade se aproximava do limite, mais densa ela se tornava. Sua rede viária organizava-se em tabuleiro de xadrez. Várias metrópoles brasileiras, de origem europeia, têm essa origem. E de aldeia, transformaram-se em metrópoles no século XX.

- A segunda fase, ocorreu a partir de 1850. O crescimento urbano, mais por aglutinação do que por densificação, originou os subúrbios, mas com um desnível na qualidade dos serviços entre a aglomeração-mãe e as cidades denominadas “satélites”, em seu entorno. A configuração espacial, em sua caracterização tipológica é denominada de”enxame”. A estrada de ferro, no caso da Europa, mas depois difundida para outras partes do mundo, estimulou construções fora da cidade no entorno da estação. O zoneamento e a centralização foram pontos chaves do urbanismo moderno.

- A terceira fase, caracterizada a partir de 1900, constitui-se da chamada urbanização “dedos de luva”, cuja urbanização é contínua. Os veículos a motor e públicos ativam os eixos rodoviários e convergem para as cidades. As estações rodoviárias são mais próximas do que as estações ferroviárias.

- A fase quatro, se deu a partir de 1950, também no modelo francês, que se espalhou para o mundo. A motorização, com os veículos mais rápidos e individuais, mudou a relação dos habitantes e de seu espaço geográfico. Os efeitos da motorização fizeram recuar os limites impostos à aglomeração dando novo estímulo ao processo da aglutinação, expandindo o núcleo e alargando os dedos de luva. Todas as localidades da região crescem. A localidade periférica se “aproxima”. A interpenetração do espaço agrícola e do espaço rurbanizado torna-se um dado permanente do quadro da vida.

- A rurbanização é a mais recente.

Do ponto de vista da dispersão urbana, a cidade que passa por todas as fases é a metrópole, que em seu processo de dispersão têm em sua rede urbana as cidades médias e as cidades pequenas. A localidade periférica, ao se aproximar funde-se com o espaço agrícola, por meio do espaço rurbanizado, que é intermediário a esses dois, no processo de interpenetração do urbano no rural e vice-versa. Sob a ótica da rurbanização

e o funcionamento da economia, o fenômeno rurbano não dificulta, mas ao contrário, deixa funcionar perfeitamente as estruturas do capitalismo, que busca mais uma urbanização social, do que uma concentração física da população. Os rurbanos serão clientes tão disciplinados quanto os habitantes dos centros urbanos.

A rurbanização, também, tem uma vantagem técnica. A evolução de um tecido urbano desconcentrado bem maior do que a aglomeração de uma mancha contínua, um tecido de moradias individuais pouco denso é bastante adaptável a transformações funcionáis importantes, à Introdução de novos centros de emprego e de serviços próximos ao hábitat, ou de novos alojamentos de categorias diferentes. Seria mais fácil construir nos espaços rurbanizados, tanto equipamentos quanto grandes infraestruturas, a medida das necessidades, simplificando as técnicas de planiicação a médio e longo prazo.

CRESCIMENTO DA CIDADE DIFUSA E SUAS FORMAS DE EXPANSÃO NO TECIDO URBANO: PERIURBANIZAÇÃO, SUBURBANIZAÇÃO E CONURBAÇÃO

Os conceitos de cidade difusa, cidade dispersa ou cidade região, aplicam-se regularmente às cidades metropolitanas, porém é possível transportar esses conceitos às cidades médias que cumprem funções de metrópoles regionais. O crescimento das cidades, caracterizado pelo tipo difuso reconhece três formas distintas: a periurbanização, a suburbanização e a conurbação. Para Merlén (1998) e Hidalgo et al. (2003a), citados por Arenas e Gonzáles (2007), a periurbanização corresponde; "la urbanización que se produce en las franjas cercanas a las grandes aglomeraciones". Porém, o pesquisador Molinero (1990) não vê o espaço periurbano como um espaço contínuo. Ele identifica as mudanças sucedidas como próprias dos espaços rurais, ao afirmar que os espaços periurbanos se distinguem, antes de tudo, por essas intensas transformações que têm lugar no campo que circunda a cidade. Alguns autores descrevem os processos demográficos nas áreas periurbanas (crescimento da população como produto da emigração e por um alto crescimento natural) para analisar o processo de periurbanização. Outro fator relevante a ser considerado, para compreender o processo de periurbanização, aliado ao tamanho demográfico destas áreas, é a atividade econômica.

Aduar (2000) agrega, à ideia de periurbanização, que: "É um processo de crescimento demográfico, edificatório e da atividade econômica que se produz no entorno das cidades convencionais" (ADUAR, 2000 apud ARENAS; GONZÁLES, 2007, p. 500) – Tradução minha)[2].

Ainda que a expansão urbana possa ter uma explicação em variados âmbitos da atividade humana, sem dúvida, é a instalação residencial a que mais há incidido na forma da dita expansão.

2 No original, lê-se: "Es un proceso de crecimiento demográfico, edificatorio y de la actividad económica que se produce alrededor de las ciudades convencionales" (ADUAR, 2000 apud ARENAS; GONZÁLES, 2007, p. 500).

Paulet (2006) explica que o fenômeno de extensão das zonas urbanas origina-se com as revoluções industriais, mas, sobretudo, é depois da Segunda Guerra Mundial que aparecem os "grandes conjuntos de assentamentos" e que se acelera o processo de urbanização. A noção da cidade se amplia, assim como se expande a sua espacialidade avançando para as áreas periféricas.

O tecido urbano torna-se cada vez mais complexo, com novas construções que correspondem às técnicas, aos meios de transportes, às atividades de cada época. A periferia é constituída por um conjunto de assentamentos de caráter urbano, separados por áreas de paisagens rurais e com implantações urbanas dispersas.

A cidade se expande em um território que vai bem mais além do que seriam seus limites tradicionais. Nesse sentido, a cidade não só está formada por sua área compacta e franja de dispersão, mas também por outros núcleos urbanos que interagem profundamente chegando ao processo de configuração de uma cidade difusa no espaço.

De acordo com Paulet (2006), a periferia da cidade tornou-se sinônimo de alargamento e a distância faz com que se desenvolva uma função determinante: a circulação. A extensão das zonas periurbanas acarreta uma mobilidade crescente de habitantes, mesmo em centros secundários que se multiplicam nas periferias.

A circulação ampla entre o lugar de trabalho e a residência torna o problema maior nas grandes aglomerações. A cidade se densifica e suas periferias iniciais, ao serem ultrapassadas por um tecido urbano complexo, se estendem para além da cidade, passando de sua aglomeração a uma área urbana difícil de definir.

Outra forma de expansão reconhecida no crescimento das cidades de tipo difuso é a suburbanização. Esta se diferencia da periurbanização, pois se trata de um crescimento contínuo da cidade em suas bordas[3], e não de um crescimento em saltos[4], ilhas ou satélites distantes do centro da cidade ou anel urbano.[5]

Quando a cidade torna-se bastante diferenciada, o uso do automóvel é um dos principais fatores na configuração espacial de uma cidade fragmentada e difusa. E o acesso a essas áreas se dá, predominantemente, via automóvel. A questão dos eixos viários, como rodovias, por exemplo, parece ser indispensável para entender o processo de integração das áreas urbanizadas mais distantes.

A urbanização se realiza a distâncias cada vez maiores, em pequenos territórios, penetrando na maioria das vezes nos espaços de uso agrícola das imediações da cidade.

---

3 Em termos gerais, o clássico crescimento tipo mancha de óleo (ribbon-urbanization), controlado por um deslocamento massivo e homogêneo da população nas bordas e pela agregação de novos solos urbanos tomados das áreas rurais, controlado por redes de comunicação e pela acessibilidade (HERBERT; THOMAS, 1982), está dando lugar a novos tipos de padrões espaciais.

4 O crescimento tipo "salto de rã" (leap-frog) corresponde a um desenvolvimento urbano descontínuo, onde os assentamentos urbanos ocupados por distintos segmentos sociais se deslocam em meio às imediações rurais (CLAWSON, 1962, GOODALL, 1972).

5 Ao mesmo tempo, se apresentam padrões tentaculares, que correspondem ao crescimento horizontal a partir de vías estruturantes; crescimento por densificação em altura; e uma combinação destes, com padrões tradicionais de crescimento urbano.

A terceira forma de expansão é caracterizada pela conurbação. O conceito de conurbação originou-se em meados do século XX, por Geddes (1960), que o definiu como sendo “a fusão física de espaços urbanos cuja origem é distinta e que é provocada pela urbanização não controlada que se difunde sobre território determinado” (HIDALGO et al. apud ARENAS; GONZÁLES, 2007, p. 500).

O ESPAÇO GEOGRÁFICO DE CONTATO ENTRE A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, MICRORREGIÃO DE CONSELHEIRO LAFAIETE E MUNICÍPIO DE CONGONHAS-MG

Na figura 1, a seguir, é possível observar a proximidade do município de Congonhas com Belo Horizonte. Pode-se deduzir que a polarização da metrópole transcende a região metropolitana e o respectivo colar que se configurou espacialmente, com os municípios conurbados no entorno de Belo Horizonte.

Congonhas, nos documentos oficiais de mapeamento, não é considerado um município pertencente à conurbação da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e não faz parte da área denominada oficialmente de colar metropolitano, porém está na zona de contato entre essas duas áreas e a área da microrregião de Conselheiro Lafaiete.

Congonhas, como pode ser verificado no mapa, é um dos municípios que se localizam no limiar do colar metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, área de municípios limítrofes da RMBH, sob a polarização direta da metrópole.

Está na região de contato entre a área de expansão da RMBH, em um espaço que está sendo denominado de “colar perimetropolitano de BH”, considerado também como parte da “auréola periurbana” ou “anel periurbano”.

Tanto a RMBH e o colar metropolitano quanto a microrregião de Conselheiro Lafaiete fazem parte da mesorregião de Belo Horizonte. Belo Horizonte é a capital, sede econômica e administrativa estadual, sendo centro das macro, meso e microrregião.

No mesmo mapa (fig. 1: Contexto Geográfico da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e Localização de Congonhas na Microrregião de Conselheiro Lafaiete), observa-se a localização espacial dos municípios que compõem a região metropolitana de Belo Horizonte e o colar metropolitano, ao Norte, do município de Congonhas.
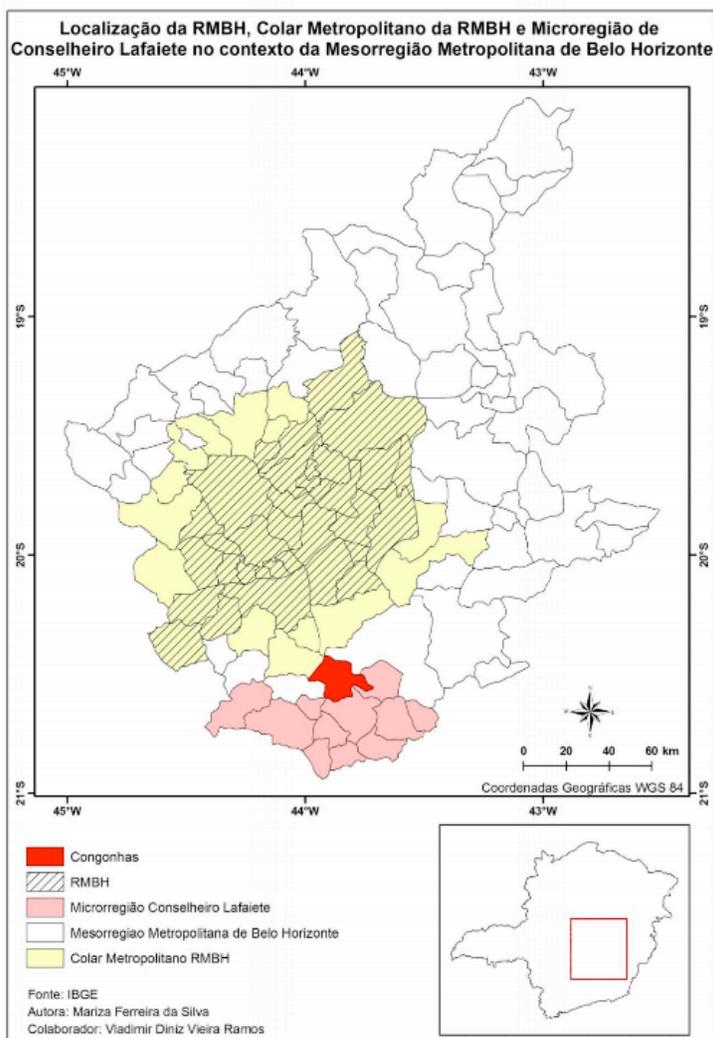
Fig. 1: Contexto Geográfico da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e Localização de Congonhas na Microrregião de Conselheiro Lafaiete.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Minas Gerais, 2011.

Na figura 2, verifica-se as urbanizações, distritos e localidades do município de Congonhas e seu contexto urbano-industrial.

Fig. 2: Congonhas-MG – Carta Imagem.

Fonte: IBGE, ANA, IGAM, CBH-Paraopeba, 2003).

No mapa verifica-se a posição de Congonhas, em relação aos municípios limítrofes, distritos e povoados. Os municípios que limitam com Congonhas são:

a) a Norte: Ouro Preto;

b) ao Sul: São Brás do Suaçuí e Conselheiro Lafaiete;

c) a Leste: Ouro Branco

d) a Oeste: Belo Vale e Jeceaba.

O município conta com três distritos, sendo eles: Distrito Sede, Alto Maranhão e Lobo Leite e um número bastante expressivo de povoados.

A sede de Congonhas é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade (1985), Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO (2001) e Imagem de Minas (Rede Globo, 2004).

Sua vocação além de turística religiosa é também um dos importantes centros de mineração do estado, que nasceu em torno das lavras de ouro do rio Maranhão, cuja

motivação foi a procura de novos veios auríferos e continua sendo um fator de integração entre municípios mineradores e polos industriais do país.

A cidade abriga um dos relicários barrocos coloniais, com a Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e os doze Profetas Bíblicos, esculturas de pedra-sabão (obras de Antônio Francisco Lisboa – 1800 a 1805).

A cidade foi selecionada para essa pesquisa, tendo em vista que é um centro emergente, em processo avançado de transição para cidade média e encontrar-se em processo de conurbação com a cidade de Conselheiro Lafaiete e com a cidade de Ouro Branco, no espaço perimetropolizado por Belo Horizonte.

CONCLUSÃO

No contexto geográfico de estudos de cidades médias no Brasil, em Minas Gerais, apesar dos avanços desses estudos, percebe-se a necessidade de buscar referências conceituais para melhor analisar e explicar a função da cidade no sistema de cidades e/ou na rede urbana, em âmbito global, mas também em âmbito local.

Percebe-se, ainda, a importância da ligação desses estudos com a rede urbana, que permite o estudo sistêmico entre as cidades, tanto do ponto de vista interurbano quanto intraurbano, tendo em vista as interrelações e a dinamicidade, características relevantes nesse contexto. Ou seja, é necessário verificar a natureza das relações externas das cidades no espaço regional e a natureza interna de cada cidade e suas relações interiores.

Do ponto de vista dos espaços metropolitanos, verifica-se, que o grau de complexidade e a intensificação das relações urbanas, principalmente em relação aos processos de perimetropolização, suburbanização e conurbação são imprescindíveis para a compreensão do fenômeno de dispersão urbana e/ou a descentralização urbana, na reconfiguração recente do espaço urbano metropolitano e na formação da cidade difusa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho, pela orientação da minha Dissertação de Mestrado sobre as Cidades Médias de Minas Gerais, específicamente a cidade de Congonhas-MG, em seu contexto regional; e ao Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho, pela orientação da minha Tese de Doutorado cuja temática é a avaliação da cientificidade da geografia crítica à luz da teoría científica de Karl Raimund Popper. Agradeço ainda, à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –, pela concessão de bolsa de estudos, por mérito, no Curso de Mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas) e no Curso de Doutorado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Adrián (2002). Las megaciudades y las periferias expandidas. Ampliando el concepto en Ciudad de México. Eure, Santiago, v. 28, n. 85, p. 121-149. Dic. 2002. Disponível em < http://www. Scielo. cl/scielo/>. Acesso em: 13 ago. 2010.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; ABREU, J.E. (2002). Cidades médias e descentralização tecnológica: o caso de Minas Gerais. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 12, n. 18, p. 5. 14, set.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO (2007). A morfología das cidades médias: v. 2. Goiânia: Vieira.

ARENAS, F. ; GONZÁLEZ (2007). La expansión urbana fuera de las metropolis: el caso de la conurbación Rancagua – Machali en el valle central de Chile. In: SPOSITO, M. E. B. et al. Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular.

BAUER, G; ROUX, J. M. (1976). La Rurbanisation ou la ville éparpillée. Paris, Éditions du Seil, 1976, 192 p.

BORSDORF, Axel (1986). Las ciudades medianas en el proceso de urbanización sudamericano. In: BENECKE, D. W. et al. Desarrollo demográfico, migraciones y urbanización en América Latina. Regensburg: Eichstäter Beiträge Bd., p. 273-275.

CONGONHAS (2002). Prefeitura Municipal. Assessoria de Planejamento e Controle. Sumário de Dados de Congonhas. Congonhas: Prefeitura Municipal.

CONTI, Alfio (2009). O espaço perimetropolitano de Belo Horizonte: uma análise exploratória. 2 v. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte: PUCMinas.

ELIAS, Denise (2007). Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolianos: notas teórico metodológicas. In: SPOSITO, M. E. B. et al. (org.). Cidades Médias: espaços em Transição. São Paulo: Expressão Popular.

GRAVIER, J.F. (1972). Paris et lê Desert Français. Paris, Flammarion.

SILVA, Mariza Ferreira da (2014). Congonhas: Centro urbano emergente no colar perimetropolitano de Belo Horizonte-MG. São Paulo: All Print.

SOARES, Beatriz Ribeiro (2007). Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, M. E. B. et al. Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular.

SPOSITO, M. E. B. et al. (2007). Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular.

PAULET, Jean-Pierre (2005). Géographie urbaine. Paris: Armand Colin.

CAPÍTULO 7

ANÁLISIS CORRELACIONAL ENTRE MIGRACIONES, VALORES Y ESTILOS DE VIDA

Data de aceite: 01/10/2020

Víctor Renobell Santaren
Universidad internacional de la Rioja
http://orcid.org/0000-0001-6617-5020

Silvia Fuentes de Frutos
Universidad internacional de la Rioja
http://orcid.org/0000-0002-0552-8280

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo entreves la relación causal entre migraciones y estilos de vida. Desde una perspectiva comparada se analizan los diferentes estilos de vida y se plantea su correlación causal con la mirada sobre las migraciones en el mundo contemporáneo. Se define el concepto modular de estilos de vida y a continuación de desarrollan los parámetros principales del mismo en las diversas sociedades del mundo contemporáneo. Para enlazar los estilos de vida actual se analizan a través de la encuesta de valores las diferentes tipologías causales de los principales valores contemporáneos. Se han aportado las ideas principales de Kirchmeyer (1992 y 1993), Loscocco & Roschelle (1991), Sorcinelly & Near (1989) Champoux (1980 y 1981), (Kabanoff,1980), Miessner (1971), O´Reilly & Roberts (1975), Kabanoff & O´Brien (1980), O ´Driscoll (1992), Iris(1993) Weirner (1992), Glover (1978) Judge (1977 y 1993) así como Calle, (2000) y Loehr (1986,1993). Y como resultado se observa el decálogo de los estilos de vida a los que se tienen que adaptar el inmigrante cuando llega a alguno de estas naciones o países referidos en el análisis.

PALABRAS CLAVES: estilos de vida, valores sociales, sociedad de consumo, inmigración

ABSTRACT: This work aims to glimpse the causal relationship between migrations and lifestyles. From a comparative perspective, the different lifestyles are analyzed and their causal correlation is proposed with the view on migrations in the contemporary world. The modular concept of lifestyles is defined and its main parameters are then developed in the various societies of the contemporary world. To link current lifestyles, the different causal typologies of the main contemporary values are analyzed through the survey of values. The main ideas of Kirchmeyer (1992 and 1993), Loscocco & Roschelle (1991), Sorcinelly & Near (1989) Champoux (1980 and 1981), (Kabanoff, 1980), Miessner (1971), O'Reilly & Roberts (1975), Kabanoff & O'Brien (1980), O'Driscoll (1992), Iris (1993) Weirner (1992), Glover (1978) Judge (1977 and 1993) as well as Street, (2000) and Loehr (1986, 1993) . And as a result, the decalogue of the lifestyles to which the immigrant has to adapt when he reaches one of these nations or countries referred to in the analysis is observed.

KEYWORDS: lifestyles, social values, consumer society, immigration

1 I INTRODUCCIÓN

Los estilos de vida son formas naturales de comportamientos colectivos. Y los comportamientos están socializados según las

comunidades y las culturas determinadas (Giddens, 2015). Desde este punto de vista las migraciones son procesos que pueden variar y/o modificar un estilo de vida determinado. En este análisis hemos reflejado los principales estilos de vida relacionados con las culturas mayoritarias. Y a partir del estilo de vida hemos analizado la correlación de este con laos procesos migratorios en la actualidad. Los procesos migratorios han sido y son moneda de cambio de gobiernos y mandatarios. El 3,5 de la población mundial es migrante (Datos del Banco Mundial, 2017). Bajo este panorama global este estudio analiza las condiciones de estilos de vida que podemos encontrar en varias regiones del mundo y establece un análisis de los valores sociales y creencias que pueden ayudar a entender porque el inmigrante tiene diferentes perspectivas según los valores de cada zona del mundo y los estilos de vida asociados. El inmigrante tiende a buscar estilos de vida similares para poder socializarse mejor con los grupos de referencia de cada país o nacionalidad.

El principal objetivo es describir las condiciones de vida que marcan los valores y creencias de cada sociedad y de cada estilo de vida determinado. Bajo este prisma se analizan los valores y creencias, se categoriza los pilares fundamentales del análisis de estilos de vida en el mundo contemporáneo y se perfila la intersección entre valores, estilos de vida e inmigración.

2 | ¿QUÉ SON LOS ESTILOS DE VIDA?

Explica Díaz (2005) que, históricamente, el estilo de vida ha definido un estado de salud óptimo y por tanto se ha asociado con la prevención de la enfermedad o del riesgo que pueda comprometer al organismo. Algunos de los estudios que han contribuido a la prevención de ciertos estilos de vida han puesto el acento en la seguridad de los vehículos y la conducción temeraria, en el consumo de alcohol y drogas, en el tabaquismo, en el sobrepeso y el sedentarismo, en la promiscuidad que pueda extender las enfermedades de transmisión sexual, en el mal uso y tenencia de armas de fuego, en la sobremedicación y el abuso de fármacos sin prescripción médica, etc. Campañas como la que incentivaba el uso del cinturón de seguridad, de la práctica sexual con medios profilácticos o el manejo del estrés son el resultado de algunos de estos estudios. Coreil (1985, citado por Díaz, 2005:178) definió el estilo de vida como el conjunto de patrones que, de manera regular y acostumbrada, generan conductas específicas de vida. Dichos patrones pueden no ser del todo saludables porque ponen en peligro la salud o la supervivencia del propio organismo. Giddens (1995, citado por Díaz, 2005:178), en cambio, sostiene que es el trabajo lo que condiciona los estilos de vida porque abren más o menos posibilidades a mejores condiciones de vida. Asimismo, según este autor, la selección de determinado estilo de vida se verá influida por la presión del grupo al que se pertenece, por identificación con algún modelo de referencia, por las posibilidades socioeconómicas o por decisión familiar.

Los investigadores Kirchmeyer (1992 y 1993), Loscocco & Roschelle (1991),

Sorcinelly & Near (1989) Champoux (1980 y 1981), (Kabanoff,1980), Miessner (1971), O´Reilly & Roberts (1975), Kabanoff & O´Brien (1980), O´Driscoll (1992), Iris(1993) Weirner (1992), Glover (1978) Judge (1977 y 1993) así como Calle, (2000) y Loehr (1986,1993) han realizado una revisión sobre un tema particular dentro de las actividades no relacionadas al trabajo, la importancia de la actividad física en el individuo , la relación entre el trabajo y la vida fuera del trabajo, las actitudes en el trabajo y su relación a la participación social. Estos estudios han provocado un interés en las empresas hacia una búsqueda por alternativas de distintas actividades para fomentar una mayor productividad. Las empresas reconocen que el invertir en estilos de vida saludables redundara en una mayor producción. En el Behavioral Risk Factor Survillance System (BRFSS) del año 2000 sostiene que la actividad física como un estilo de vida ha sido promulgada para mejorar la salud, mientras que la tendencia hipocinética es lo inverso.

Para Diaz (2005) que variables personales como la formación académica, la edad, el género, el lugar de residencia, el nivel socioeconómico o el estado civil pueden condicionar unos u otros estilos de vida, además de otros factores de tipo cultural, de poder y autoridad o del ámbito religioso y político. A nivel colectivo, la familia, el grupo de pertenencia, la relación que establece el individuo con las figuras de autoridad y con otros vínculos sociales también van a ser un acicate para reconducir un estilo de vida hacia un lado u otro. Díaz (2005:178) pone la atención también en la relación que se da entre un tipo de personalidad y el tipo de ocupación laboral que desempeña, tomando como punto de partida la lectura que se hacía del estilo de vida burgués preocupado por el significado humano que se deriva de la propia posición que se ocupa en la sociedad.

Como resumen podemos decir el análisis de los estilos de vida algo importante estudio de las ciencias sociales. Los estilos de vida son la parte más práctica y el resultado de la estructura social de un país o una región de terminado. Cómo hemos visto a lo largo de los temas de esta asignatura hay cuatro aspectos principales incluyen en el estilo de vida desde un punto de vista más macro-social. Nos referimos al entorno político, entorno económico, entorno de creencias y el entorno global o internacional. Estos cuatro entornos marcan el envoltorio de los estilos de vida.

Pero desde el punto de vista micro-sociales podemos analizar varios aspectos muy concretos de cada una de las sociedades. Veamos ahora un listado de las variables claves en el análisis de los estilos de vida de una sociedad o un grupo determinado:

a. Ejercicio físico

b. Alimentación diaria

c. Posibilidades laborales y horarios laborales

d. Posibilidad de estudios y aprendizaje

e. Relaciones sociales y amigos

f. Relaciones sexuales

g. Uniones, familia y matrimonio

h. Ocio y tiempo libre

i. Capacidad de consumo/endeudamiento

j. Libertad de acción y pensamiento

Analizaremos ahora cada una de estas variables para ver hasta qué punto ayuda a definir el estilo de vida de una sociedad o de un grupo. Todas ellas marcan el estilo de vida de una sociedad todas ellas vienen definidas por la estructura social y las variables macro sociales.

a. **Ejercicio físico:** cómo hemos visto en los estudios anteriores la actividad física es uno de los componentes claves de la salud tiene sentido es una de las variables principales de los estilos de vida y la calidad de vida.

b. **Alimentación diaria:** la alimentación sería otro de los hechos principales que marcan los estilos de vida y la calidad de vida de una persona. El análisis de alimentación y las posibilidades de alimentación de un grupo de personas marcan sustancialmente el estilo de vida terminado de ese grupo.

c. **Posibilidades y horarios laborales:** las posibilidades laborales y los horarios laborales es otra de las características de las variables principales que marcan los estilos de vida de una población. En este ámbito está también lo que se llama la conciliación de la vida laboral con la vida familiar que tendrá que ver con la falta de relación en el entorno laboral y la vida familiar o privada.

d. **Posibilidad de estudios y aprendizaje:** el nivel de estudios de una población y las posibilidades de estudio aprendizaje es otra de las variables que marcan los estilos de vida de una población.

e. **Relaciones sociales y amigos:** las relaciones sociales y los amigos también es una variable importante en el análisis de los estilos de vida. Hay sociedades en las que esto tiene más importancia y otras en las que no es tan importante.

f. **Relaciones sexuales:** este es otro de los aspectos hilo de vida y la calidad de vida psico emocional. Numerosos estudios actuales nos relacionan con la satisfacción personal y la felicidad.

g. **Uniones, familia y matrimonio:** sin duda el ser humano tiende hacer uniones que se formaliza en el matrimonio y en familias.

h. **Ocio y tiempo libre:** las capacidades y opciones respecto al ocio y al tiempo libre marca también el estilo de vida de una sociedad.

i. **Capacidad de consumo/endeudamiento:** otro de los elementos claves es la capacidad de consumo y o de endeudamiento tienen las personas que viven en un entorno determinado. Sin dudar la capacidad de consumo marca muchos aspectos de nuestra vida y define el estilo de vida principal de una persona.

j. **Libertad de acción y pensamiento:** la libertad de acción y pensamiento marcar al estilo de vida determinado de muchas personas. En sociedades más cerrada o autoritarias está variable es principal para analizar el estilo de vida de esa sociedad.

3 I ANÁLISIS DE VALORES Y CREENCIAS EN RELACIÓN A LOS ESTILOS DE VIDA

Cómo hemos ido viendo a lo largo de esta asignatura los sistemas de valores y creencias son importantes para definir la estructura social de una sociedad. Veamos ahora a qué nos referimos cuando hablamos de valores y creencias. Macionis y Plummer (2012:125) entienden por valores las pautas morales y los patrones abstractos que, en función de cada cultura y grupo social, tienden a juzgar lo que es bueno o malo. Por tal razón se puede decir que los valores desempeñan una función normativa. A diferencia de los patrones, las creencias son principios que las personas consideran como verdaderas, frente a otros que, si no coinciden con dichas premisas, serán desacreditadas por falsas o ajenas al ideario de esas personas. Tanto las creencias como los valores culturales influyen en la percepción del entorno y en el punto moral que se adopte frente al mundo y pueden venir más o menos implícitos en la familia, en la escuela o en las organizaciones religiosas, de acuerdo con unos principios aprobados institucional o colectivamente.

Podríamos decir que no existen unos valores y unas creencias universales, cada cultura y cada continente tiene unos valores que predominan por encima de otros. A pesar de ello los valores y creencias sí pueden analizarse y podemos ver los diferentes valores globales que podemos encontrar en el mundo contemporáneo.

El profesor de ciencias políticas Ronald Inglehart (2000:256) ha producido un importante, y polémico, cuerpo de evidencia acerca de “los diferentes tipos de valores que se aceptan en los seis continentes, en unos 60 países diferentes de todo el mundo, durante los últimos 20 años”. Según el resumen que hacen Macionis y Plummer (2012:126) del estudio de Inglehart, éste distinguió entre los valores tradicionales *versus* valores seculares-racionales, por un lado, y entre los valores de supervivencia frente a los valores de autoexpresión. Las sociedades seculares son mucho más flexibles y racionalistas que aquellas otras de corte tradicional, las cuales fundamentan sus principios apelando a una

raíces que se hunden en el pasado (sobre todo cuando la voz de autoridad proviene de la religión o de un líder autocrático), mientras que los valores de supervivencia estarían asociados a niveles subjetivos de bajo bienestar, a un estado de salud precario, a una confianza interpersonal más bien baja, a un énfasis en los valores materiales por encima de los inmateriales y a una cierta intolerancia hacia los grupos externos a la propia comunidad. En una línea similar se apuntarían los valores de autoexpresión, tan propias de las sociedades postmaterialistas y postmodernas, donde los valores individualistas cobran mayor significación que los colectivos.

Inglehart explica que en las sociedades industrializadas, una de las principales variaciones se encontró entre los grupos de edad. Entre los más mayores, la prioridad más elevada se concedía a la seguridad económica y física, pero los más jóvenes adoptan lo que Inglehart llama un punto de vista postmaterialista, donde temas como el medioambiente y el feminismo adquieren más importancia. Estos grupos más jóvenes dan más importancia a su propia identidad, a inventarla o expresarla según sus propios criterios.

La dicotomía entre valores postmaterialistas y valores postmodernos es otro de los ejes fundamentales que varios autores han analizado. Los jóvenes, y sobre todo aquellos que presumen de una mayor formación académica, son los que comparten valores postmodernos como el feminismo, el medioambiente o la elección de un estilo de vida muy característico, pero con un deje mucho más radical que los postmaterialistas, según apuntan Gibbins y Reimer (1999:103).

POSTMATERIALISTAS	POSTMODERNOS
Se mantiene valores esenciales	No hay valores esenciales: mezcla y correspondencia
Medioambiente y feminismo, etc..	Acuerdo, pero cambiando las formas y los debates
Valores eternos	Valores en continuo cambio que se adaptan a los grupos y a los individuos
Orden y pautas	Poco interrelacionados pero cada uno debe ordenarlos por sí mismo
Específicos	Forman un mosaico
Unidos	Imagen de internet, web (telaraña mundial)
Estables	En continuo cambio

Tabla 1: Comparativa valores postmaterialista y postmodernos

Fuente Gibbins y Reimer (1999)

Algunas fuentes para comprender los diferentes **valores culturales** son:

- Eurobarómetro, realizado en los países europeos desde 1973 (http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/General/index).

- Estudio Mundial de Valores (WVS por sus siglas World Values Survey), realizado desde 1981 (http://www.worldvaluessurvey.org/) .
- Estudios más específicos, tales como la encuesta de Actitudes Sociales Británicas (http://www.bsa.natcen.ac.uk/) o, en España, las encuestas del Centro de Investigaciones Sociológicas (http://www.cis.es/) .

Las World Values Surveys fueron diseñadas para proporcionar una medición completa de las principales áreas de interés humano, desde la religión hasta la política, la economía y la vida social. Dos dimensiones dominan la imagen: (1) Tradicional/secular-racional y (2) Valores materialistas/valores autoexpresivos.
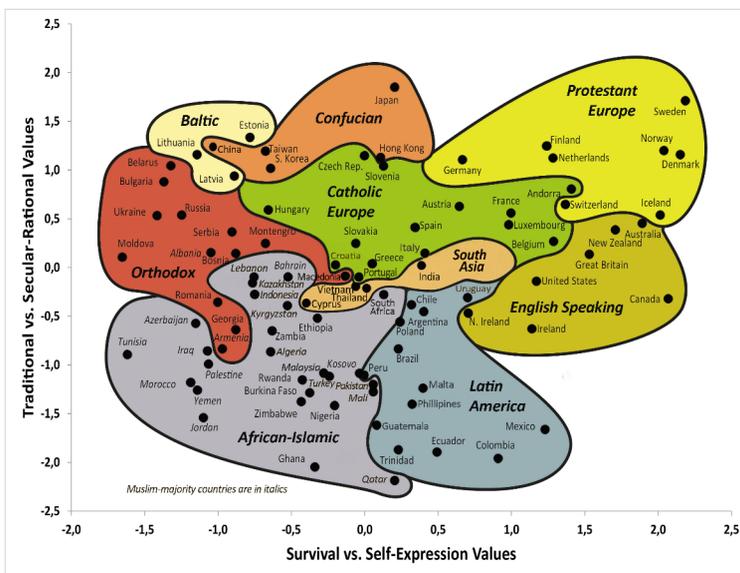
Gráfico 1: Estudio Mundial de Valores

Fuente: Inglehart-Welzel Cultural Maps of the World, http://www.worldvaluessurvey.org/images/Culture_Map_2017_conclusive.png

El mapa cultural global muestra cómo se ubican las puntuaciones de las sociedades en estas dos dimensiones. Avanzar hacia arriba en este mapa refleja el cambio de los valores tradicionales a secular-racional y moverse hacia la derecha refleja el cambio de los valores de supervivencia (materialistas) a los valores de autoexpresión. Los valores tradicionales enfatizan la importancia de la religión, los vínculos entre padres e hijos, la deferencia a la autoridad y los valores familiares tradicionales. Las personas que aceptan estos valores también rechazan el divorcio, el aborto, la eutanasia y el suicidio. Estas

sociedades tienen altos niveles de orgullo nacional y una perspectiva nacionalista. Los valores seculares-racionales tienen las preferencias opuestas a los valores tradicionales. Estas sociedades ponen menos énfasis en la religión, los valores familiares tradicionales y la autoridad. El divorcio, el aborto, la eutanasia y el suicidio se consideran relativamente aceptables. Aunque el suicidio no es necesariamente más común. Los valores de supervivencia (materialistas) ponen énfasis en la seguridad económica y física. Está vinculado con una perspectiva relativamente etnocéntrica y bajos niveles de confianza y tolerancia. Los valores de la autoexpresión otorgan alta prioridad a la protección del medio ambiente, la creciente tolerancia hacia los extranjeros, homosexuales y lesbianas y la igualdad de género, y las crecientes demandas de participación en la toma de decisiones en la vida económica y política.

Veamos algunos ejemplos analizados. Por ejemplo, en las sociedades que tienen porcentajes altos en valores tradicionales y de supervivencia. Esta característica la encontramos en países como Zimbabwe, Marruecos, Jordania, Bangladesh. Otro de los ejemplos es el análisis en las sociedades con altos porcentajes en valores tradicionales y de autoexpresión. Son ejemplos de esta opción países como los Estados Unidos, la mayor parte de América Latina, Irlanda. Otro ejemplo son las sociedades con altos porcentajes en valores secular-racional y de supervivencia. Con esta característica encontramos países como Rusia, Bulgaria, Ucrania, Estonia. Y finalmente el ejemplo de sociedades con altos porcentajes en valores secular-racionales y de autoexpresión. Destacan con estas características países como Suecia, Noruega, Japón, Benelux, Alemania, Francia, Suiza, República Checa, Eslovenia y algunos países de habla inglesa.

Para muchos científicos sociales la cultura es la llave para comprender cómo cambian y crecen las sociedades. Explican el hecho de que algunas se han convertido en naciones industrializadas y otras no, considerando sus valores esenciales. Creen que los valores esenciales moldean la sociedad. Weber veía que el nacimiento del capitalismo había tenido mucho que ver con el protestantismo a través de la ética protestante y Lawrence Harrison (Harrison y Huntingdon, 2000:299) sugiere que existen diferencias reales entre los valores de las que llama sociedades progresistas y sociedades estáticas. Las sociedades progresistas son las más industrializadas; las estáticas son aquellas que no han cambiado demasiado. Entre las diferencias en los valores menciona las siguientes:

1. **Educación**: es una llave hacia el progreso para las culturas progresistas, pero de importancia marginal, excepto para las elites, en las culturas estáticas.
2. **Orientación temporal**: las sociedades progresistas miran hacia el futuro, las estáticas miran hacia el pasado o el presente.
3. **Trabajo**: fundamental para las sociedades progresistas, pero a menudo una carga en las culturas estáticas.
4. **Frugalidad**: un valor principal para las sociedades progresistas (que conduce

a la inversión la seguridad financiera); a menudo una amenaza para las culturas estáticas.

5. **Mérito**: fundamental para el progreso en las culturas progresistas, mientras que lo que cuenta en las culturas estáticas son las relaciones personales y la familia.

6. **Comunidad**: en las culturas progresistas, la comunidad se extiende más allá de la localidad y de la familia; en las culturas estáticas, la familia circunscribe la comunidad.

7. **Ética**: más rigurosa en las sociedades avanzadas, mientras que la corrupción es mayor en las sociedades estáticas.

8. **Justicia y juego limpio**: expectativas impersonales universales en las culturas progresistas. En las sociedades estáticas, la justicia toma un rumbo u otro en función de las personas sobre las que se aplica y con quienes uno mantiene vínculos personales.

9. **Autoridad**: dispersa en las sociedades progresistas; concentrada en las sociedades estáticas.

10. **Secularización**: en las sociedades progresistas se ha reducido la influencia de la religión sobre la vida civil. En las sociedades estáticas, la religión tiene una influencia importante.

4 | VALORES EUROPEOS E INMIGRACIÓN

Siendo Europa tan grande y diverso, no es sorprendente que exista en el continente tal disparidad de valores y creencias culturales. En las últimas décadas, el flujo de inmigración ha aumentado aún más lo que Macionis y Plummer (2012:130) señalan como un "mosaico cultural" europeo. Estos autores sitúan un pilar para la constitución de los valores compartidos por toda Europa en el período de la Ilustración, a partir de las ideas concebidas por pensadores del siglo XVIII como Voltaire, Hume o Diderot. De esta fragua filosófica surgirán importantes reformas a nivel social que promovieron la implementación de la razón y de la ciencia en todas las esferas de la sociedad, logrando grandes cambios a nivel de progreso, desarrollo, industria, educación, urbanismo, política y sanidad, entre otros. El ciudadano medio se sentirá a partir de entonces parte responsable de su propio futuro y del de la sociedad, ejerciendo un control racional sobre el mundo con el fin de mejorarlo. En segundo lugar, Macionis y Plummer (op. cit.) mencionan la influencia de la religión judeo-cristiana, como prueban valores inviolables como la celebración de la Navidad y festividades como la Semana Santa, estrechamente vinculados a los valores, la cultura, el folklore y la identidad social de muchos países europeos. Por último, Macionis y Plummer señalan el concepto de ciudadanía, nacida a rebufo del desarrollo de los Estados nacionales y del principio de jerarquía, extendiéndose de manera más o menos implícita la sumisión a unos patrones estructurales en la sociedad según los cuales unos ciudadanos

atienden a su propia posición social como un grado superior o inferior en función del escalafón que ocupan, herencia evidente de los valores que se transfirieron del sistema feudal y aristocrático que durante siglos caracterizó la idiosincrasia europea y que derivó históricamente en el sistema de clases que ha perdurado hasta el declive del comunismo en media Europa.

También los valores culturales pueden ser incoherentes e incluso abiertamente contradictorios (Lynd, 1967; Bellah et al., 1985). Los ciudadanos europeos se encuentran divididos entre la actitud de *yo primero* propia de una forma de vida individualista y la necesidad opuesta de pertenecer y contribuir a una *comunidad* mayor. Igualmente creen en la igualdad de oportunidades, para inmediatamente después cambiar de opinión y juzgar a otros por su etnia, género u orientación sexual. La incoherencia de los valores refleja la diversidad cultural de la sociedad y el proceso de cambio cultural por el cual nuevas tendencias suplantan a viejas tradiciones. A grandes rasgos, la cultura europea es claramente diferente de las culturas asiáticas.

Bajo estas características encontramos que los procesos migratorios de esta región responden a características comunes. Los valores religiosos citados hacen que el extranjero sea siempre visto como un enemigo hasta que no incorpora bienes materiales que puedan garantizarse la vida plena. Bajo la ciudadanía de estas naciones están las prácticas de enculturación ofreciendo servicios formativos destinadas a la adaptación del extranjero a las condiciones de vida del resto de la sociedad. Los países con altos índices de migrantes sufren procesos de adaptación-negación de los extranjeros. El principio de jerarquía queda así impuesto bajo condiciones capitalistas donde el que menos tiene ocupa el nivel más bajo de la pirámide social. Y necesita una adaptación basada en mejorar económicas y sociales para adquirir el rango de ciudadano de pleno derecho y asumir los valores sociales descritos anteriormente.

5 | VALORES ASIÁTICOS E INMIGRACIÓN

En la década de 1990 se abrió un tenso debate que mantenía entre Europa y Asia respecto a los principales valores que caracterizaban al mundo oriental en contraste con el occidental. Macionis y Plummer (2012:130) los enumeraron como sigue: creencia en la fortaleza de las familias, reverencia por la educación, el trabajo duro como virtud, virtud del ahorro y la frugalidad, contrato social entre las personas y el estado, los asiáticos del este practican el trabajo en equipo nacional, los buenos gobiernos necesitan la libertad de prensa, los ciudadanos pueden participar en el país, los gobiernos deben mantener un ambiente moral sano, y desconfianza de las formas de individualismo extremas.

Todas estas diferencias significativas dan lugar a valores y creencias antagónicas que marcaran dos estilos de vida muy diferenciados. La estructura social de una y otra cultura son muy diferentes y se fundamentan y ejemplifican en valores tan diferentes como

los que hemos visto y que reflejan los estudios sobre valores y diversos autores como Dicken (2004, p. 569) y después de Koh y Mahbubani (2002).

Como se observan muchos valores van encaminados al trabajo como eje vertebrador del poder social. Con estos valores en alza la inmigración solo tiene un sentido, y es poder colaborar al trabajo y engrandecer el país. Fuera de todo este sentido socio-laboral el inmigrante cae en un pozo vacío sin sustento social. El sentido de padre protector del Estado está dirigido al conjunto de familias autóctonas siendo los extranjeros apartados del sentido de país y de sociedad.

6 I SOCIEDAD DEL CONSUMO E INMIGRACIÓN

En la sociedad occidental contemporánea, el principal eje que articula la producción son las prácticas de consumo. El sociólogo y antropólogo Marcel Mauss ya sugirió que el consumo debía ser entendido como un hecho social, pues plantea una realidad objetiva y material que es indisoluble de otra dimensión simbólica, pues pone en circulación estrechos vínculos entre los valores y el sentido que se les otorga a los objetos y a las actividades de consumo desde cada grupo social. Los grupos sociales que se vinculan a través de esos objetos y prácticas de consumo invierten muchos recursos (económicos, temporales y afectivos) para crear, modelar y estructurar buena parte de su propia identidad y los modos de expresión que les distingue de otros grupos sociales. Así, dice Mauss, debería entenderse el consumo como una dialéctica que plantea la significación de los sujetos sociales implicados alrededor de ciertas prácticas comunes (Alonso, 2007:15).

Más bien hay que considerar al consumo como uso social, esto es, como forma concreta, desigual y conflictiva de apropiación material y utilización del sentido de los objetos y los signos que se producen en un campo social por parte de grupos sociales con capitales (económicos, simbólicos, sociales, culturales) distintos y desde posiciones sociales determinadas por el proceso de trabajo.

En lo que se refiere al consumo estrictamente hablando, Alonso (2007:16) identifica una serie de dinámicas que lo regulan: la fragmentación, la individualización, la virtualización y la globalización. Son la consecuencia del paso de un modelo adquisitivo segmentado a un universo social unificado por la compartimentación de los mismos referentes en materia de consumo. A su vez, el consumo de masas crea de manera paradójica la impresión de consumos distintivos; es decir, la adquisición de ciertos objetos de consumo sugiere diferencias entre las élites y los grupos sociales que se identifican por la ostentación de dichos objetos, asociados a un determinado estilo de vida.

Evidentemente nuestra sociedad de consumo ha cambiado y evolucionado. El llamado, en la literatura especializada, nuevo consumidor es un consumidor responsable, interesado en la seguridad, la simplicidad, los efectos sobre la salud, la buena relación calidad/precio, la información y el aprendizaje de los códigos ya muy complejos de los

mercados de productos. El nuevo modelo de consumidor que apunta Alonso (2007:17) presume de un mayor pragmatismo y conocimiento que el modelo tradicional, el cual respondía a una figura estereotipada de consumidor absolutamente dominado por las leyes del mercado. Este nuevo consumidor, no obstante, no puede entenderse de manera aislada, pues ha sido construido dentro de las alternativas que ofrece una vida en común. La educación, la movilización social y el conocimiento del ámbito real de elección en el mercado permitirían racionalizar mejor las esferas de consumo, lo cual debería provocar la necesidad de influir activamente en la responsabilidad política para que el consumidor no quede a merced de los intereses del mercado.

El mundo de la vida cotidiana es el ámbito moderno del consumo, pero también el marco de creación de nuevos movimientos sociales, de formas de convivencia, de métodos de conocimiento y autoconocimiento. Alonso (2007:17) advierte que las leyes de consumo están insertadas casi de manera íntima en todos los mecanismos de funcionamiento de la vida diaria, y no habla sólo desde el ámbito del mercado, sino de áreas como el bienestar, la educación y la salud, las cuales no pueden entenderse aisladamente sin atender a los valores de consumo. De paso, el autor insiste en que las políticas públicas deberían planificar la participación ciudadana en la toma de decisiones sobre las demandas sociales que a nivel de mercado cubren las necesidades que no cumplen las instituciones encargadas a tal fin.

7 | HABITUS Y SOCIEDAD GLOBAL

Según Chan y Goldthorpe (2007: 168), en la sociedad de consumo sostienen que existe un estrecho solapamiento entre la estratificación social y los gustos y hábitos culturales. Así justifican que los individuos que pertenecen a clases sociales altas ostenten gustos personales que se traducen en objetos de consumo típicos de una cultura de élite, mientras que los que provienen de los estratos más bajos consumen lo que se ha denominado baja cultura, cultura popular o cultura de masas. Ya en 1925, el filósofo José Ortega y Gasset proclamó en *La Deshumanización del Arte* que, a nivel sociológico, el arte moderno se caracteriza por dividir al público entre "los que entienden" y "los que no lo entienden", lo que contribuye aún más a incentivar una distinción que parece extenderse hasta una concepción elitista de unos frente a otros. En contrapartida, aquellos que pertenecen al grupo de las élites culturales se revisten de un aura de superioridad que "contribuye también a que los mejores se conozcan y reconozcan entre el gris de la muchedumbre y aprendan su misión, que consiste en ser pocos y tener que combatir contra los muchos". En resumen, tal distinción separa el orden de "los hombres egregios y el de los hombres vulgares", rompiendo con la falsa utopía de "la igualdad real entre los hombres" (Ortega y Gasset, 2008: 48).

Es precisamente esta escisión la que Pierre Bourdieu examina, desde una

perspectiva más empírica, en su trabajo más importante, *La Distinction* (2006). Para este autor, existe una intrínseca correspondencia entre los hábitos y la clase social de los individuos. El resultado de esta relación es lo que se ha llamado habitus de clase, el cual implica un sistema de disposiciones que los individuos de un grupo social adquieren bajo las condiciones simbólicas y materiales en las que han crecido bajo el amparo de dicho grupo o clase social. En otras palabras, el habitus supone una unidad semántica que engloba todo un conjunto diverso de prácticas que circunscribe no sólo los intereses, sino también los hábitos de consumo y los valores culturales que dan identidad al grupo. El habitus, dice Bourdieu (2006:45), promueve también una violenta escisión entre los grupos sociales, ya sea a nivel simbólico o por un sentido de superioridad respecto al resto de grupos que se perpetua con la transmisión de sus propios valores entre los nuevos miembros que vayan llegando al grupo.

En un polo opuesto, más radical y propio de la postmodernidad –y por ende más individualista–, las bases del gusto y de los hábitos culturales no se relacionarían tanto con la estratificación social, sino con el ejercicio individual de la autorrealización. No tendría aquí tanto sentido la influencia del grupo social o del estatus en el estilo de vida, sino que los individuos adquieren mayor libertad para acceder a cualquiera de las opciones que se ofrecen en el medio social. Las colectividades servirían como plantillas de modelo para formar y recrear las identidades de los miembros que la componen con cierta flexibilidad (Giddens, 2014:267), pero sus estilos de vida serían más particulares que dependientes del *background* social del cual provienen. De hecho, el gusto por unas formas u otras de consumo favorecería la construcción de un tipo de identidad particular, según admite Bauman (2002:96).

Herrera (2010:)9) no es tan optimista, pues considera que la dictadura del consumo de masas ha llevado a la sociedad actual a pasar del *poder elegir* al *tener que elegir* para afianzar necesariamente un estilo de vida que dote de sentido a la existencia de cada individuo. No se trata tanto de seguir ahondando en las teorías que critican el aburguesamiento de las clases obreras, sino de tratar de crear supuestos individualismos dentro de un mercado común de opciones y referentes. Contradiciendo lo que decía Bourdieu, la construcción del gusto no estaría tan limitada a cuestiones de índole estratificadora; no puede en tal caso restringirse lo que se entiende por habitus a una u otra clase, sino que cada individuo cree escoger libremente su propio estilo de vida dentro de un crisol que no es tan infinito como se presume, pues siempre se acaban homogeneizando en algunos conjuntos de valores y referentes dentro de una sociedad cada vez más globalizada.

En cambio, Chan y Goldthorpe (2007:170) son más partidarios de asumir una total independencia entre los hábitos y las prácticas de consumo que supuestamente doten de significado referencial con una función segregadora o excluyente entre los distintos grupos culturales. Estos autores no se fijan tanto en los estilos de vida, sino en los tipos de productos culturales que se consumen. Así, los que provienen de las clases altas no suelen

centrarse únicamente en los productos propios de su estrato social, sino que pueden consumir también ingentes cantidades de media y baja cultura, lo que supone una especie de consumo omnívoro o de un cierto gusto ecléctico, según observa Peterson (2005), mientras que las personas de estratos más bajos tan sólo se aficionan a una oferta de géneros, productos y servicios culturales muy ceñido, y rara vez acceden o tienen interés por acceder a una amplia gama de productos culturales de entre todos los existentes en su sociedad. Las clases bajas no suelen pasar de un consumo unívoro, apuntan Chan y Goldthorpe (2007:170).

8 I ESTILO DE VIDA NORTEAMERICANO

El estilo de vida americano está definido por los hábitos y creencias y la estructura social de los ciudadanos de ese país. Con una población de 324 millones de habitantes los estilos de vida que encontramos son diversos. Podemos resumir explicando que la sociedad norteamericana es una sociedad idealista caracterizada por las ideas de igualdad y responsabilidad social. Una población étnica muy dispersa, con orígenes dispares. Son recurrentes las luchas entre el gran grupo étnico afrodescendiente y los quién descendientes centroeuropeos. Y los estilos de vida marcan muy diferentes costumbres según el origen de cada uno.

Las estructuras familiares son rígidas y las redes de apoyo variables. El consumismo marca fuertemente la estructura y el hábito social de cada ciudadano. La dualidad marca mucho el carácter y el estilo de vida americano. Heredado de una época de bonanza y expansión el estilo de vida norteamericano está abierto a ser globalizador y cerrado en si mismo. Es una sociedad sedentaria y con una alimentación rápida. La comida no es el espacio de dialogo y de debate social. De amplias posibilidades laborales, pero sin horarios fijos y con gran predominancia de la vida laboral. A pesar de contar con un número grande de universidad los sistemas educativos son elitistas y para unos pocos. Las relaciones sociales son abiertas y necesarias para una sociedad tan dispar. Las uniones y matrimonios son el tipo de uniones principales y la familia siendo principal en la vida privada no llega a la importancia del estilo de vida europeo. El tiempo libre es más limitado y el ocio y la cultura se limita también a un estilo de vida muy determinado y elitista. Gran capacidad de consumo de todos sus ciudadanos y aun siendo grande la libertad de acción y de pensamiento tiene sus limitaciones en una sociedad predominantemente rígida.

9 I ESTILO DE VIDA EUROPEO

El continente europeo está formado con diversos países que tienes a homogeneizarse respecto a sus raíces judeo-cristinas. La estructura social fuertemente influenciada por la religión ha dado lugar a estilos de vida centrados en lo privado y la familia. El trabajo es uno de los ejes principales que junto al logro educativo y laboral ofrece un estilo de vida

determinado. De valores racionalista y sentido crítico profundo el estilo de vida europea se orienta al consumismo enriquecedor y a pautas de vida en sociedad.

Una sociedad cada vez más marcada por el culto a la salud y al ecologismo. Con un entorno laboral fuerte y unos horarios laborales fruto de las luchas sindicales de los siglos pasados. La familia y el especio familiar es muy importante y en él se centra la mitad del tiempo de vida útil de los ciudadanos. Una sociedad con altos niveles educativos y interés por el aprendizaje. Racionalista y conservadora respecto a las relaciones sociales y de convivencia. Con un amplio escaparate de ocio y cultura. Las opciones culturales son muy amplias y consumidas por la comunidad asiduamente.

La capacidad de consumo en grande a pesar de las crisis cíclicas que acostumbran a azotar a las economías en expansión. Es una sociedad abierta al mundo y con vocación de apadrinar a otras sociedades emergentes. Con una amplia libertad de acción y de pensamiento debido a los siglos de democracia y de participación política activa.

10 I ESTILO DE VIDA ASIÁTICO

El estilo de vida asiático es diverso y desigual. Encontramos varios países con valores diferentes y sistemas políticos y estructurales heterogéneos. Pero construyendo un modo de vida y un estilo asiático diríamos que la sociedad asiática es una sociedad mas cerrada que las otras. Fruto de sistemas políticos cerrados y/o dictatoriales la ciudadanía tiene poco grado de libertad de acción y de pensamiento. Las creencias y la religión es muy importante y los estilos de creencia que ofrecen las diversas religiones orientales están centradas en la interiorización como eje principal. Así la vida social y la vida interior pueden ir por caminos diferentes. La alimentación es básica y funcional debido a sistemas económicos pobres o empobrecidos por cuestiones bélicas. Las posibilidades laborales son en cierta medida elitistas y poco amplias. Y cuentan con una vida dedicada al trabajo en todas sus funciones. LA vida privada y el ocio y la cultura ocupan un espacio muy pequeño en la vida y el estilo de vida asiático. Las relaciones sociales pocos y nulas fuera del ámbito laboral o familiar. La precariedad laboral hace que el poder de consumismo sea muy bajo.

11 I ESTILO DE VIDA AFRICANO

Finalmente, el continente africano está marcado por las guerras y las dictaduras por dominar un territorio cambiante e inerte. La climatología hace que el estilo de vida esté marcado por el cooperativismo y la confianza. Por esas razones climáticas y por el poco desarrollo industrial la alimentación escasea y la desnutrición es un aspecto importante. Las posibilidades laborales son pocas y están marcadas por las diferencias sociales. Una zona marcada por unos pocos ricos y la gran mayoría pobre hace que el estilo de vida esté muy dicotomizado.

La familia y las uniones son un eje principal e imprescindible para la supervivencia

social e incluso física. Como hemos comentado el cooperativismo y el intercambio son dos valores principales que se expanden en todos los ámbitos de vida. Desde la vida laboral hasta las relaciones sociales y las capacidades de consumo vienen determinadas por ese cooperativismo social. En muchos lugares las posibilidades de acción y pensamiento son pocas y predomina la migración hacia lugares con mejores condiciones de vida.

12 | CONCLUSIONES

Como se ha podido analizar la perspectiva de análisis de estilos de vida encaja perfectamente con el desarrollo de pautas y medidas de inmigración en la sociedad actual. Se ha descrito el análisis conceptual de estilo de vida bajo la mirada de la sociedad de consumo y se han descrito uno a uno los principales valores y estilos de vida de cada zona (Europa, Estados Unidos, Asia y África). Bajo las propuestas del mapa cultural global se han desencadenado las diferencias en un pleno análisis comparativo transnacional.

El estilo de vida se ha relacionado con el hábitus (Bourdieu) concepto que ayuda a entender la distinción de valores y saberes que explican la pluralidad de perspectivas entre los continentes analizados. Desde sociedades progresistas o sociedades arcaicas existen grandes diferencias que afectan de pleno a la inmigración. Motivo por el que lugares como Asia muestran menos deterioro social respecto a la inmigración y continentes como el europeo están en continuo proceso de reinterpretación-evasión de las pautas globales de migración.

Llegados a este punto la comprensión del fenómeno de la inmigración desde la perspectiva de los valores y creación y el estilo de vida configura un reto en las nuevas perspectivas políticas que acuna dichos países.

REFERENCIAS

Alonso, Luis Enrique (2007) Las nuevas culturas del consumo y la sociedad fragmentada. En *Pensar la Publicidad*, vol.I, n.2, 13-32

Beltrán, D. E. (2017). *Redes sociales virtuales como dispositivos mediáticos contemporáneos.* En Cuadernos de Lingüística Hispánica, (30), 105-123.

Bottomore, T. (1976). *La sociología como crítica social.* Barcelona: Península.

Boudon, R. (1981). *La lógica de lo social: introducción al análisis sociológico*. Madrid: Rialp.

Calhoun, Craig; Light, Donald; y Keller, Suzanne (2000) Sociología. Madrid: McGraw Hill.

De Miguel, J. (1998). *Estructura y cambio social en España*. Madrid: Alianza.

Elster, J. (1991). *El cemento de la sociedad: las paradojas del orden social*. Barcelona: Gedisa.

Fundación Encuentro (2015) *Informe España 2015.* Edita Fundación Encuentro, Madrid

García Ferrando, Manuel (Coord.) (2005) Pensar nuestra sociedad. Valencia: Tirant lo Blanch.

Giddens, Anthony (1985). *El capitalismo y la moderna teoría social*. Barcelona: Labor.

Giddens, Anthony (2000). *Un mundo desbocado. Los efectos de la globalización en nuestras vidas*. Madrid: Taurus.

Giddens, Anthony (2014) *Sociología*, Alianza Editorial, España.

Giddens, Anthony y Philip W. Sutton (2015) *Conceptos esenciales de sociología*, Alianza Editorial, España.

Giddens, Anthony. (1995). *La constitución de la sociedad: bases para la teoría de la estructuración*. Buenos Aires: Amorrortu.

Giner, Salvador; Lamo De Espinosa, Emilio; y Torres Albero, Cristóbal (1998) *Diccionario de Sociología*. Madrid: Alianza Editorial.

Herrera Gómez, M. y Pagés Luis, S. (2002). Libertad y orden en la acción social: una relectura de las aportaciones de Parsons. *Revista de Estudios Políticos*, 116, 145-166

Herrera Usagre, Manuel (2010) Estratificación social y estilos de vida culturales. En *Documentos de trabajo* (Centro de Estudios Andaluces), Serie 2, Nº. 4, págs. 1-53.

Kerbo H. ,R. (2010) *Estratificación Social y Desigualdad.* Madrid: McGraw Hill .

Lucas, A. (2010) *Estructura social. La realidad de las sociedades avanzadas*, Sevilla: Pearson-Prentice Hall.

Luhmann, N. (1998). *Sistemas sociales: lineamientos para una teoría general*. Barcelona: Anthropos.

Lyotard, J. F. (1989). *La condición postmoderna*. Madrid: Cátedra.

Macionis, John J. y Ken Plummer, (2012) *Sociología* (4ª Ed) Madrid: Prentice-Hall.

Marsal, J. F. (1977). *Teoría y crítica sociológicas*. Madrid: Guadiana.

Nisbert, R. (1976). *La formación del pensamiento sociológico*. Buenos Aires: Amorrortu.

Nisbet, R. (1976). *Cambio social e historia: aspectos de la teoría occidental del desarrollo*. Barcelona: Editorial Hispanoeuropea.

Pino Artacho, J. (1990). *La teoría sociológica. Un marco analítico de la modernidad.* Madrid: Tecnos.

Polanyi, K. (1989). *La gran transformación*. Madrid: La Piqueta.

Requena, Miguel; Leire Salazar y Jonas Radl, (2013) *Estratificación social*. Madrid: UNED-Mac Graw Hill.

Ritzer, G. (2001). *Teoría Sociológica Clásica*. Madrid: McGraw-Hill.

Rodríguez Ibáñez, J. E. (1989). *La perspectiva sociológica. Historia, teoría y método.* Madrid: Taurus.

Solé, C. (1976). *Modernización. Un análisis sociológico*. Madrid: Península.

Sorokin, P. (1961). *Achaques y manías de la sociología moderna y ciencias afines.* Madrid: Aguilar.

Tezanos, J. F. (2007). *La explicación sociológica*. Madrid: UNED.

Tocqueville, A. (1996). *El Antiguo Régimen y la Revolución*. México: Fondo de Cultura Económica.

Touraine, A. (1978). *Introducción a la sociología*. Barcelona: Ariel.

Zeitlin, I. (1981), *Ideología y Teoría Sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu.

CAPÍTULO 8

AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DO RAMO COMERCIAL

Data de aceite: 01/10/2020
Data da submissão: 10/09/2020

Geovana Aparecida Pires Chagas
Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO
Guarapuava – PR
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3533523250511323

Jucilene Nazaré
Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO
Guarapuava – PR
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2032558749052475

Elizangela Aparecida Scarpim
Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO
Guarapuava – PR
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0904738755515698

João Francisco Morozini
Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO
Guarapuava – PR
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8001253994469703

RESUMO: O presente trabalho apresentará a análise econômico-financeira de uma empresa do ramo comercial utilizando o modelo de ponderação por nota, para isso fez-se necessário um breve estudo sobre a importância da análise econômico- financeira para as empresas. Para apresentação dos resultados foi realizada uma explanação sobre a técnica de modelo de ponderação por nota, utilizando os índices-padrão de Liquidez, Rentabilidade e Endividamento. Ao final do estudo averiguou-se que a aplicação dos índices-padrão sobre as demonstrações contábeis é fundamental para os gestores conhecerem a real situação econômico-financeira da empresa. Em tese, os indicares demonstraram que a empresa encontra-se em uma situação péssima, passível de falência.

PALAVRAS - CHAVE: Avaliação, Gestão Financeira, Demonstrações Contábeis

ECONOMIC-FINANCIAL EVALUATION OF A COMMERCIAL BRANCH COMPANY

ABSTRACT: The present work will present the economic-financial analysis of a company in the commercial branch using the weighting model by grade, for this it was necessary a brief study on the importance of economic-financial analysis for companies. For the presentation of the results, an explanation of the weighting model technique was performed, using the standard indexes for Liquidity, Profitability and Indebtedness. At the end of the study, it was found that the application of standard indices on the financial statements is essential for managers to know the real economic and financial situation of the company. In theory, the indications showed that the company is in a terrible situation, liable to bankruptcy.

KEYWORDS: Economic and financial valuation, Financial Management, Financial Statements, Analysis

1 | INTRODUÇÃO

Com o crescimento demasiando da competitividade mercadológica e a troca de informações, a economia mundial tem passado por transformações que tem exigido das empresas diferentes estratégias e uma boa gestão.

Para estabelecer uma boa gestão é de suma importância que os empresários conheçam suas empresas. Saber sobre todos os pontos que envolvem o desempenho organizacional, sejam eles relacionados aos produtos, ao mercado, aos concorrentes e principalmente ao desempenho financeiro.

Para acompanhar o resultado que a empresa obtém, as demonstrações contábeis são ferramentas que auxiliam nesse processo, porém, são baseadas em regras contábeis, e muitas vezes, de difícil compreensão para seus gestores. Assim, além de elaborar as demonstrações contábeis dentro da esfera legal, é imprescindível analisá-las e interpretá-las buscando compreender os aspectos que que envolvem a atual situação da empresa.

De acordo com Assaf Neto (2002, p.48):

> A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Sendo assim, cabe ressaltar a importância da análise das demonstrações para as empresas, a qual ajuda a identificar sua “saúde” financeira. Silva *et al* (2015), afirma que as análises das demonstrações se tornam a base do processo de avaliação da empresa, sendo um fator determinante para a tomada de decisão.

Há diversas maneiras de realizar análises de demonstrações contábeis, dentre elas o modelo de ponderação por nota, o qual é apresentado por Matarazzo (2010), e permite chegar a uma única conclusão da análise (MOROZINI e MOROZINI, 2014). Com isso, este trabalho busca responder a seguinte questão: **Com base na análise das demonstrações contábeis por meio do modelo de ponderação por nota, é possível identificar a real situação econômico-financeira de uma empresa do ramo comercial?**

Com base nos dados históricos das demonstrações contábeis durante o período de três anos 2014, 2015 e 2016, o objetivo geral deste trabalho é analisar as demonstrações contábeis por meio do modelo de ponderação por nota, buscando identificar a real situação econômico-financeira de uma empresa do ramo comercial.

Para suportar o objetivo geral, têm-se como objetivos específicos: a) levantar os dados da empresa analisada; b) conceituar e elencar pontos fundamentais da importância da análise das demonstrações contábeis; c) calcular os indicadores

para obter os resultados da análise econômico-financeira da empresa; d) fazer um comparativo entre os anos que foram analisados.

Ainda, o trabalho justifica-se pela necessidade de apresentar à empresa estudada o cenário em que se encontra, auxiliando-a nas tomadas de decisões, bem como, se necessário reestruturar-se, inovando e criando novas estratégias.

Para o desenvolvimento deste estudo, a seguir será apresentado o referencial teórico, os materiais e métodos utilizados, os resultados e discussões e, por fim, as considerações finais e as contribuições.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A análise das demonstrações é muito importante para uma empresa que quer estar em sintonia com sua posição econômico-financeira e busca evoluir (SILVA e SILVA, 2013). De acordo com Diniz (2015), a fonte de dados utilizada para a elaboração das análises são as demonstrações contábeis, sendo elas, de acordo com o Art. 176 da Lei 6.404/76: Balanço Patrimonial (BP), Domonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração de Lucros e Prejuízos (DLPA) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Silva e Silva (2013), ressaltam que o Balanço Patrimonial e a Demonstração resultado do Exercício são as principais demonstrações.

Para Iudícibus *et al*. (2010), o Balanço Patrimonial é considerado como a principal demonstração contábil, o qual tem por finalidade demonstrar a posição financeira da empresa em um determinado momento. Já a Demonstração resultado do Exercício busca fornecer os resultados (negativos ou positivos) auferidos por uma organização, os quais são reflexos de suas atividades operacionais e não operacionais e consequentemente alteram o Patrimônio Líquido em um determinado período (MOROZINI e MOROZINI, 2014).

Muitas vezes para os usuários, compreender as demonstrações contábeis é uma tarefa difícil. Por isso, para Silva e Silva (2013), a análise das demonstrações contábeis, pode ajudar no entendimento dos resultados obtidos pela empresa, as quais devem ter uma linguagem facilitada, que permita identificar os principais fatores para uma tomada de decisão mais correta e eficaz.

Ainda estes autores afirmam que os índices é a forma mais apropriada para um analista interpretar as demonstrações contábeis, de maneira a encontrar resultados fidedignos da real situação de uma empresa. Porém, para Morozini e Morozini (2014), "para fazer uma análise econômico-financeira não basta apenas aplicar as fórmulas nos dados financeiros, obtendo os índices como resultado". Assim, para Matarazzo (2010), os indicadores constituem em instrumento para análise das demonstrações contábeis, e sua principal função é a interpretação cautelosa, e por fim faz um diagnóstico da situação econômica financeira da empresa.

Dessa maneira, Marion (2002), elenca a análise econômico-financeira em 3 níveis

distintos, sendo eles: nível introdutório, nível intermediário e nível avançado. No nível introdutório está o tripé da análise, utiliza os índices de liquidez, rentabilidade de estrutura de capital para identificar a situação econômico-financeira. Os demais níveis, realizam um maior aprofundamento da análise econômico-financeira, com base no tripé inicial.

Dessa maneira, os índices que serão abordados nessa pesquisa são, de acordo com Morozini e Morozini (2014):

Índice	Conceito	Fórmula
Liquidez		
Liquidez Geral	Quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada R$ 1,00 de dívida total.	AC + RLP / PC + ELP
Liquidez Corrente	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R$ 1,00 de Passivo Circulante.	Ativo Circulante / Passivo Circulante
Liquidez Imediata	Quanto a empresa possui de Ativo Líquido para casa R$ 1,00 de Passivo Circulante.	Disp. + At. Conv. Rápida / Passivo Circulante
Rentabilidade		
Giro do Ativo	Quanto a empresa vendeu para cada R$ de investimento total	Vendas Líquidas / Ativo Total
Margem Líquida	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R$ 100,00 vendido.	Lucro Líquido x100 / Vendas Líquidas
Rentabilidade do Ativo	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R$ 100,00 de investimento total.	Lucro Líquido x100 / Ativo Total
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R$ 100,00 de capital investido.	Lucro Líquido x100 / PL
Estrutura do Capital		
Participação do Capital de Terceiros	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R$ 100,00 de capital próprio.	Capital de terceiros x100 / PL
Composição do Endividamento	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais.	Passivo Circulante x100 / Capital de terceiros
Imobilização do Patrimônio Líquido	Quanto a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R$ 100,00 de Patrimônio Líquido.	Ativo Permanente x100 / PL
Imobilização dos Recursos não Correntes	Qual percentual de Recursos não Correntes destinado ao Ativo Permanente.	Ativo Permanente x100 / PL + ELP

Quadro 1: Índices x Conceitos x Fórmulas

Fonte: Morozini e Morozini (2014).

Para fazer a análise econômico-financeira e conhecer a verdadeira situação da empresa, devem ser utilizados os índices citados, pois de acordo com Morozini e Morozini (2014, p. 21), "devido ao seu grau de complexidade, eles fornecem dados para obter uma visão parcial da empresa analisada". Ainda, afirma que, após a utilização dos índices para a análise, pode ser realizado um aprofundamento, utilizando técnicas adicionais, como

exemplo, o modelo de ponderação por nota, estudado por Matarazzo (2010), o qual permite chegar a uma única conclusão da análise, independente de quem o analise (MOROZINI e MOROZINI, 2014).

O modelo de Matarazzo (2010) é calculado com base nos índices do tripé: Liquidez, Rentabilidade e Estrutura do Capital. Para obter o índices-padrão, analisou mais de 400 empresas do mesmo ramo, e constatou que os mesmos são determinados por *Decis*. De acordo com Morozini e Morozini (2014, p. 48), Decil é:

> Uma medida estatística da mesma natureza da mediana. É o valor tal que, colocados os elementos do universo em ordem crescente, metade fica abaixo de si e metade fica acima. O papel da mediana é possibilitar a comparação de um elemento do universo com os demais. O objetivo é conhecer a sua posição relativa na ordem de grandeza do universo. Quando são utilizados decis, tem-se não uma única medida de posição, mas nove, de maneira que se pode dispor de informações que proporcionam ótima ideia da distribuição estatística dos índices tabulados.

A aplicação do método utilizado por Matarazzo (2010) será explanada e exemplificada no decorrer da análise dos resultados, o qual foi aplicado a empresa analisada.

e se desenvolveu com bases em estudos de livros, artigos e periódicos. O tipo de pesquisa utilizada é tanto Pesquisa Bibliográfica quanto Pesquisa explicativa.

3 I MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa foi realizada através da abordagem quantitativa, a qual coleta e analisa dados quantitativos por meio de uma amostra, sobre determinadas variáveis, sendo capaz de fazer inferências causais que explicam por que as coisas acontecem ou não de uma forma determinada (ESPERÓN *apud* PITA e DIAS, 2002).

Como instrumento para a coleta de dados aplicou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa explicativa, por meio de levantamento bibliográfico e documental. Na pesquisa documental permite-se utilizar materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados, conforme os objetivos da pesquisa (GIL, 2009).

Para aplicar a pesquisa utilizaram-se os cinco passos do método de avaliação descritos por Matarazzo (2010) seguido por cinco passos:

1º passo: Listagem dos Índices;

2º passo: Tabelas de Índices-Padrão;

3º passo: Posição Relativa de cada índice;

4º passo: Avaliação dos índices; e

5º passo: Avaliações Gerais.

Os dados para a pesquisa foram coletados por meio de dois tipos de Demonstrações contábeis, sendo eles: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do exercício, os quais foram coletados nos três últimos anos 2014, 2015, 2016 diretamente da empresa

comercial pesquisada.

4 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que fosse possível realizar os cálculos, primeiramente foi necessário observar os valores apresentados no Balanço Patrimonial da Empresa X, referente aos anos analisados: 2014, 2015 e 2016.

Balanço Patrimonial	**2014**	**2015**	**2016**
Ativo	**26.881.137,94**	**24.363.296,58**	**23.768.551,05**
Ativo Circulante	**16.806.914,99**	**14.480.489,58**	**13.614.623,05**
Disponível	1.288.632,75	1.021.360,58	703.659,60
Créditos	6.370.622,24	6.538.531,00	7.548.702,45
Estoques	9.147.660,00	6.920.598,00	5.362.261,00
Ativo Não Circulante	**10.074.222,95**	**9.882.807,00**	**10.153.928,00**
Créditos e Valores	6.211.241,95	6.019.826,00	5.990.947,00
Imobilizado	3.862.981,00	3.862.981,00	4.162.981,00
Passivo	**26.881.137,94**	**24.363.296,58**	**23.768.551,05**
Passivo Circulante	**9.716.549,00**	**9.716.098,48**	**10.415.057,99**
Fornecedores	6.504.200,00	6.515.615,60	6.997.306,60
Empréstimos e Financiamentos	2.365.273,00	2.386.509,40	2.589.516,00
Obrigações Fiscais	638.775,00	595.884,39	606.971,39
Outras Obrigações	208.301,00	218.089,09	221.264,00
Passivo Não Circulante	**8.047.685,84**	**6.999.520,00**	**8.194.703,99**
Empréstimos e Financiamentos LP	8.047.685,84	6.999.520,00	8.194.703,99
Patrimônio Líquido	**9.116.903,10**	**7.647.678,10**	**5.158.789,00**
Capital Social	11.196.452,00	11.196.452,00	10.096.452,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.079.549,90)	(3.548.773,90)	(4.937.662,93)

Quadro 2: Balanço Patrimonial Empresa X

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados fornecidos pela empresa (2017).

Ainda, para completar os dados necessários para os cálculos, foram extraídos alguns dados relevantes da Demonstração do Resultado do Exercício.

DRE	2014	2015	2016
Vendas Líquidas	28.857.624,50	26.947.885,00	24.109.938,90
Resultado Líquido	(893.048,40)	(1.469.225,00)	(1.388.889,03)

Quadro 3: Informações relevantes DRE

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados fornecidos pela empresa (2017).

Utilizando o modelo de Ponderação por Nota, foi possível chegar a situação econômico-financeira da empresa por meio da sequência de passos apresentados pelo modelo de Matarazzo (2010).

O primeiro passo foi calcular os índices das demonstrações contábeis: Liquidez, Rentabilidade e Estrutura do Capital, dos três anos analisados.

Índice	Símbolo	2014	2015	2016
Estrutura Capital				
Participação de Capital de Terceiros	CT/PL	**194,85%**	**218,57%**	**360,74%**
Composição do Endividamento	PC/CT	**54,70%**	**58,13%**	**55,97%**
Imobilização do Patrimônio Líquido	AP/PL	**42,37%**	**50,51%**	**80,70%**
Imobilização dos Recursos não Correntes	AP/PL+ELP	**58,69%**	**67,47%**	**76,04%**
Liquidez				
Liquidez Geral	LG	**1,30**	**1,46**	**1,05**
Liquidez Corrente	LC	**1,73**	**1,49**	**1,31**
Liquidez Seca	LS	**0,13**	**0,11**	**0,07**
Rentabilidade				
Giro do ativo	VL/AT	**1,07**	**1,11**	**1,01**
Margem Líquida	LL/VL	**-3,09%**	**-5,45%**	**-5,76%**
Rentabilidade do Ativo	LL/AT	**-3,32%**	**-6,03%**	**-5,84%**
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	LL/PL	**-9,80%**	**-19,21%**	**-26,92%**

Quadro 4 - Listagem dos Índices

Fonte: Matarazzo (2010, p.139), adaptado pelos autores (2017).

Com o resultado do cálculo dos índices, seguiu-se para o segundo passo, o qual foi feito uma comparação com os índices da tabela de índices-padrão elaborada por Matarazzo (2010), com intuito de identificar em qual decil cada indicador pertence.

Símbolo	1. DECIL	2. DECIL	3. DECIL	4. DECIL	MEDIANA	6. DECIL	7. DECIL	8. DECIL	9. DECIL
Estrutura Capital									
1 - CT/PL	47%	66%	85%	114%	**146%**	171%	218%	262%	430%
2 - PC/CT	52%	64%	73%	80%	**86%**	93%	100%	100%	100%
3 - AP/PL	22%	33%	422%	51%	**57%**	67%	81%	98%	130%
4 - AP/PL+ELP	20%	27%	34%	41%	**47%**	53%	61%	68%	83%
Liquidez									
5 – LG	0,84	0,97	1,06	1,13	**1,23**	1,37	1,55	1,74	2,22
6 – LC	1.04	1,19	1,30	1,43	**1,54**	1,70	1,93	2,22	2,76
7 – LS	0,50	0,66	0,76	0,87	**0,98**	1,08	1,22	1,38	1,37
Rentabilidade									
8 - VL/AT	0,71	0,92	1,14	1,21	**1,30**	1,42	1,59	1,71	2,12
9 - LL/VL	-2,8%	0,2%	1,3%	2,3%	**2,3%**	4,5%	6,7%	8,4%	12,2%
10 - LL/AT	-5,0%	0,3%	1,5%	3,2%	**5,01%**	6,9%	8,3%	11,1%	16,0%
11 - LL/PL	-8,5%	2,0%	5,13%	9,2%	**13,41%**	16,6%	23,4%	32,1%	48,8%

Tabela 1 – Tabela Padrão

Fonte: Matarazzo (2010, p.139)

No terceiro passo apresentou a posição do decil, o qual foi encontrado por meio da aproximação com relação à tabela de índices-padrão.

Índice	2014	Decil mais próximo	2015	Decil mais próximo	2016	Decil mais próximo
Estrutura Capital						
1 - CT/PL	**194,85%**	7	**218,57%**	7	**360,74%**	9
2 - PC/CT	**54,70%**	1	**58,13%**	2	**55,97%**	1
3 - AP/PL	**42,37%**	4	**50,51%**	4	**80,70%**	7
4 - AP/PL+ELP	**58,69%**	7	**67,47%**	8	**76,04%**	9
Liquidez						
5 – LG	**1,30**	5	**1,46**	7	**1,05**	3
6 – LC	**1,73**	6	**1,49**	4	**1,31**	3
7 – LS	**0,13**	1	**0,11**	1	**0,07**	1
Rentabilidade						
8 - VL/AT	**1,07**	3	**1,11**	3	**1,01**	2
9 - LL/VL	**-3,09%**	1	**-5,45%**	1	**-5,76%**	1

10 - LL/AT	**-3,32%**	1	**-6,03%**	1	**-5,84%**	1
11 - LL/PL	**-9,80%**	1	**-19,21%**	1	**-26,92%**	1

Quadro 5: Posição do decil de cada índice

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

No quarto passo, os índices foram conceituados entre ótimo e péssimo, e obtiveram notas que variam entre 0 e 10, de acordo com o Decil em que se encontravam. Para os índices de estrutura de capital, as notas e conceitos variam de 0-10, indicando pelo 1º Decil de forma crescente e para os índices de Liquidez e Rentabilidade acontece pelo 1º Decil de forma decrescente.

Índice	**2014**		**2015**		**2016**	
	Nota	**Conceito**	**Nota**	**Conceito**	**Nota**	**Conceito**
Estrutura Capital						
1 - CT/PL	3	Razoável	3	Razoável	1	Razoável
2 - PC/CT	9	Ótimo	8	Ótimo	9	Ótimo
3 - AP/PL	6	Satisfatório	6	Satisfatório	3	Satisfatório
4 - AP/ PL+ELP	3	Razoável	2	Razoável	1	Razoável
Liquidez						
5 – LG	5	Satisfatório	3	Satisfatório	3	Satisfatório
6 – LC	6	Razoável	4	Razoável	3	Razoável
7 – LS	1	Ótimo	1	Ótimo	1	Ótimo
Rentabilidade						
8 - VL/AT	3	Bom	3	Bom	2	Bom
9 - LL/VL	1	Ótimo	1	Ótimo	1	Ótimo
10 - LL/AT	1	Ótimo	1	Ótimo	1	Ótimo
11 - LL/PL	1	Ótimo	1	Ótimo	1	Ótimo

Quadro 6: Notas e conceitos

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Por fim, no quinto passo, foram atribuídos pesos aos índices, primeiramente de forma individual e posteriormente por grupos. O quadro abaixo ilustra os pesos considerados para os índices.

Índice	Peso
1 - CT/PL	3
2 - PC/CT	9
3 - AP/PL	6
4 - AP/PL+ELP	3
5 – LG	5
6 – LC	6
7 – LS	1
8 - VL/AT	3
9 - LL/VL	1
10 - LL/AT	1
11 - LL/PL	1

Quadro 7: Atribuição de pesos aos índices (individualmente).

Fonte: Morozini e Morozini (2014, p.51)

Com base nos pesos individuais, demonstrados no Quadro 6, foram calculadas as notas individuais de cada índice, a partir da multiplicação das notas dos decis pelo peso de cada um.

Índice	2014			2015			2016		
	Nota Decil	Peso	Nota Individual	Nota Decil	Peso	Nota Individual	Nota Decil	Peso	Nota Individual
1 - CT/PL	3	0,6	1,8	3	0,6	1,8	1	0,6	0,6
2 - PC/CT	9	0,1	0,9	8	0,1	0,8	9	0,1	0,9
3 - AP/PL	6	0,2	1,2	6	0,2	1,2	3	0,2	0,6
4 - AP/PL+ELP	3	0,1	0,3	2	0,1	0,2	1	0,1	0,1
5 – LG	5	0,3	1,5	3	0,3	0,9	3	0,3	0,9
6 – LC	6	0,5	3	4	0,5	2	3	0,5	1,5
7 – LS	1	0,2	0,2	1	0,2	0,2	1	0,2	0,2
8 - VL/AT	3	0,2	0,6	3	0,2	0,6	2	0,2	0,4
9 - LL/VL	1	0,1	0,1	1	0,1	0,1	1	0,1	0,1
10 - LL/AT	1	0,1	0,1	1	0,1	0,1	1	0,1	0,1
11 - LL/PL	1	0,6	0,6	1	0,6	0,6	1	0,6	0,6

Quadro 8: Notas individuais dos índices

Fonte: Elaborado pelos autores, (2017).

A partir das notas individuais de cada índice, obteve-se a nota de cada grupo de índices.

Índice	2014		2015		2016	
	Nota Individual	Nota do grupo	Nota Individual	Nota do grupo	Nota Individual	Nota do grupo
1 - CT/PL	1,8	4,2	1,8	4,0	0,6	2,2
2 - PC/CT	0,9		0,8		0,9	
3 - AP/PL	1,2		1,2		0,6	
4 - AP/ PL+ELP	0,3		0,2		0,1	
5 – LG	1,5	4,7	0,9	3,1	0,9	2,6
6 – LC	3,0		2,0		1,5	
7 – LS	0,2		0,2		0,2	
8 - VL/AT	0,6	1,4	0,6	1,4	0,4	1,2
9 - LL/VL	0,1		0,1		0,1	
10 - LL/AT	0,1		0,1		0,1	
11 - LL/PL	0,6		0,6		0,6	

Quadro 9: Notas em grupos dos índices

Fonte: Elaborado pelos autores, (2017).

Para o cálculo dos índices, foi considerado a tabela desenvolvida por Morozini e Morozini (2014), a qual foi adaptada de Matarazzo (2010).

Grupo	Peso	Grupo	Peso	Grupo	Peso
Estrutura de Capital	0,4	Liquidez	0,2	Rentabilidade	0,4

Quadro 10: Pesos dos grupos de índices

Fonte: Morozini e Morozini (2014, p.51)

Para obter-se a nota por grupo, multiplicaram-se as notas estabelecidas aos índices pelos pesos atribuídos, chegando à nota de Avaliação Geral da empresa.

Índice	2014			2015			2016		
	Nota do grupo	Peso do grupo	Nota Geral	Nota do grupo	Peso do grupo	Nota Geral	Nota do grupo	Peso do grupo	Nota Geral
Estrutura de Capital	4,2	0,4	3,18	4,0	0,4	2,78	2,2	0,4	1,88
Liquidez	4,7	0,2		3,1	0,2		2,6	0,2	
Rentabilidade	1,4	0,4		1,4	0,4		1,2	0,4	

Quadro 11 – Atribuição dos pesos dos grupos para nota geral

Fonte: Elaborado pelos autores, (2017).

Analisando o resultado da empresa, verifica-se que o desempenho da situação econômico-financeira no período estudado foi classificado como razoável e péssimo. Observando o valor das notas da Avaliação Geral para cada ano, percebe-se que a empresa não conseguiu manter um bom desempenho ao longo do período, ou seja, em 2014 sua nota foi considerada razoável, a qual foi caindo nos anos seguintes, chegando em 2016 a uma nota péssima, concluindo que a empresa está falindo, senão já falida.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o crescimento constante da concorrência mercadologia é essencial que os profissionais da Contabilidade saibam utilizar as informações contidas nas Demonstrações Contábeis, para transformá-las em informações úteis que possam auxiliar os gestores na tomada de decisão.

O principal objetivo deste trabalho foi responder o questionamento se com base na análise das demonstrações contábeis por meio do modelo de ponderação por nota, era possível identificar a real situação econômico-financeira de uma empresa do ramo comercial. Com esse estudo afirma-se que a utilização dos índices- padrão, permite que as empresas avaliem seus desempenhos, para que possam conhecer a real situação econômico-financeira.

Após a utilização do Modelo de Ponderação por Nota, pode-se concluir que as informações dos índices calculados e o desempenho da situação econômico- financeira da empresa analisada, têm como fornecer informações importantes para anteceder situações de desestabilidade financeira da empresa, portanto, se a empresa analisada conhecesse sua real capacidade econômico-financeira, poderia ter tido estratégias para melhor sua situação.

Ainda, o presente estudo abre perspectivas para outros pesquisadores aplicarem este método de análise de demonstrações, como também outros métodos, para que consigam, por meio dessas ferramentas, auxiliar as empresas na tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro comércio e serviços, industriais, bancos comerciais e múltiplos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm>. Acesso em: 10 de set. 2017.

DINIZ, N. **Análise das demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro : SESES, 2015.

ESPERÓN, J.,M. T *apud* PITA, F.S.; PÉRTEGAS, D. S. Pesquisa quantitativa na ciência da enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 21, n. 1, 2017. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452017000100101&script =sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 10 de set. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S. *et al*. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010. 794 p.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis contabilidade empresarial**. 2.ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**. 7.ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOROZINI, J. F; MOROZINI, F.. **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Editora All Print, 2014.

SILVA, E. C. B. SILVA, J. A. F. **A Importância Da Análise Financeira De Balanços Para O Gestor Financeiro.** Revista Conexão Eletrônica – Volume 10 – número 1/1 – ano 2013 – Pag. 766-777. Disponível em: < http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2013/downloads/2013/3/31.pdf>. Acesso em ago. 2017.

SILVA, L. R. MELLO, J. A. V. B. GONZE, N. C. ORRICO FILHO, R. D. **Construção de um índice-padrão e análise da performance financeira das empresas de capital aberto que atuam no setor de exploração de Rodovias.** Scientia Plena, v. 11, n. 3 (2015). Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/2138/1150>. Acesso em: 08 set 2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

MARIA IZABEL MACHADO - Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009). Em 2012 defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFPR) na linha de pesquisa “Cultura e Sociabilidades” no eixo temático Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Em 2017 defendeu sua tese de doutorado (UFPR) também na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, desta vez no eixo temático Gênero e Trabalho. Como pesquisadora se dedicou durante sua formação acadêmica aos temas economia solidária, gênero, trabalho e cuidado. Atualmente as pesquisas em curso se inscrevem na perspectiva pós-estruturalista e de gênero acerca da cartografia dos sujeitos no ensino superior, especialmente na formação em pedagogia. Como educadora atuou na formação de lideranças populares por meio de ONGs e outras instituições, também com formação de professores em projetos de cultura de paz nas escolas. Atuando na docência nas redes públicas e privada desenvolveu trabalhos acerca da inclusão e segregação no ambiente escolar e com uso de literatura em sala de aula para ensino-aprendizagem de sociologia, na educação básica, especialmente no ensino médio. Atua como docente na Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Educação), participando como pesquisadora do grupo Mutamba (UFG) e do Núcleo de Estudos de Gênero (UFPR). Nesta instituição ainda desenvolve projeto de extensão interdisciplinar a partir da imbricação educação, sociedade e cultura. Contato: mariaizabelmachado@ufg.br

ÍNDICE REMISSIVO

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2020

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2020